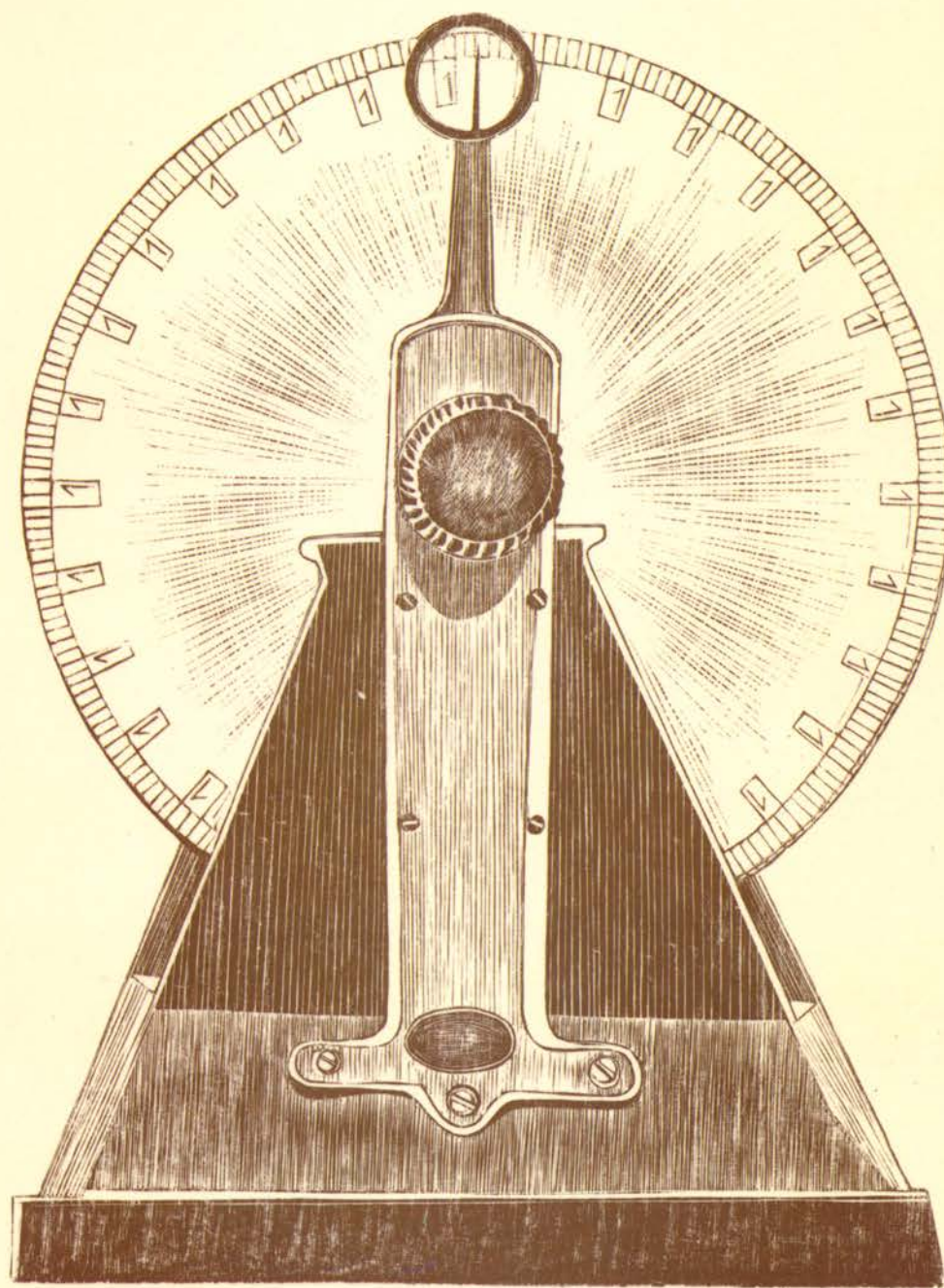


BOLETIM TÉCNICO DO SENAC

Volume 27 nº 2 maio/agosto 2001

ISSN 0102-549X



A Revista da Educação Profissional

CERTIFICAÇÃO PROFISSIONAL

A Certificação nos Domínios da Educação Profissional e do Mercado de Trabalho*

João Carlos Alexim**

* Palestra proferida na 37a. Reunião Anual de Diretores Regionais do Senac, realizada em Campos de Jordão/SP, de 24 a 27 de abril de 2001.

** João Carlos Alexim é sociólogo. Mestre em Sociologia pelo Instituto Universitário de Pesquisa do Rio de Janeiro/IUPERJ. Ex-diretor do CINTERFOR - Centro Interamericano de Investigación y Documentación sobre Formación Profesional. Ex-diretor do Escritório da OIT no Brasil. Ex-secretário nacional de Relações do Trabalho

E-mail: jcalexim@domain.com.br.

RAZÕES DE INTERESSE PELA CERTIFICAÇÃO

A introdução da Certificação no domínio do mercado de trabalho já foi tentada nos anos 70, quando o CINTERFOR/OIT¹ lançou um programa regional de discussão de uma metodologia de certificação entre as instituições nacionais de formação profissional. Várias reuniões foram realizadas, então, em diversos países, inclusive no Brasil, não encontrando o tema acolhida por parte dos dirigentes. Na ocasião, foram apenas formados alguns especialistas.²

No início dos anos 80 o Ministério do Trabalho, através de sua Secretaria de Mão-de-Obra, colocou de novo o assunto na pauta das instituições de formação profissional, chegando mesmo a publicar um documento normativo.³ Também não alcançou repercussão e o tema foi esquecido, desde então, até recentemente.

O que teria mudado para fazer ressurgir a idéia e, agora, com um interesse manifesto de distintos atores sociais e governos, ainda quando em diferentes formas e intensidades?

A explicação mais convincente aponta para o processo de globalização. Com a decisiva ajuda da revolução tecnológica, as relações internacionais têm-se ampliado enormemente. Em particular, os negócios estão rompendo as fronteiras nacionais e esse incremento do comércio entre países e regiões tem produzido forte impacto nas políticas econômicas internas de cada país.

Estamos ingressando em um mundo baseado no conhecimento e na informação. Mudanças relacionadas à organização da produção e do trabalho têm forjado um "novo paradigma", chamando a atenção de analistas e dirigentes.

Em muitos países as autoridades educacionais têm-se perguntado sobre o que poderia e deveria fazer a escola para tornar-se significativa para o emprego. Nos Estados Unidos foi realizado um relatório sobre "como as escolas preparam os jovens para o emprego", constatando que "mais da metade dos jovens deixam a escola sem os conhecimentos ou fundamentos requeridos para encontrar e manter um bom emprego".⁴ Na Inglaterra se afirmava existir já "uma demanda para que a educação e a capacitação profissional fossem mais relevantes para o emprego".⁵

De fato, acompanhando a evolução dos produtos e serviços, os recursos humanos vêm recebendo maior atenção do sistema produtivo. Dentro da concepção de qualidade total, ganham melhor tratamento e permanente avaliação. Não se concebe qualidade sem desempenho superior do trabalho.

Mertens ressalta essa convicção afirmando que "um componente importante da arquitetura interna da empresa é a competência do fator humano, isto é, a contribuição que são capazes de desenvolver as pessoas para alcançar determinados objetivos".⁶

Superando a mera dimensão produtiva, as iniciativas por uma educação integral e permanente, que mantenha valores comunitários e de solidariedade, caminham juntas no mesmo propósito de tornar a vida humana compatível com as novas estruturas de poder e de realização do processo civilizatório baseado em tecnologias cada vez mais envolventes e globalizantes.

A nova tecnologia possibilitou romper com a rigidez produtiva das grandes escalas, inaugurando o processo produtivo flexível, com programação para diferenciações e personalização dentro das escalas produtivas. Seria uma revisão do "taylorismo/fordismo" ou mesmo sua superação, conforme o entendimento de autores reconhecidos. O taylorismo prevê uma divisão refinada do trabalho; a separação rígida entre concepção e execução; a padronização e segmentação de tarefas; e uma gerência profissional. O fordismo investe nas linhas de montagem, na homogeneização dos produtos, na padronização e na economia de escala. Uma mão-de-obra sem especialização é aproveitada para trabalhar em máquinas de tarefa única a fim de produzir bens padronizados. O fordismo, além disto, invade o lar e as esferas privadas e íntimas da vida do trabalhador, criando uma cultura própria que ressalta o puritanismo e a disciplina, entre outros atributos, dentro e fora do trabalho.⁷

As novas demandas da produção tornaram o mercado de trabalho mais seletivo, exigente, fato esse reforçado pela nova organização empresarial, mais enxuta, com mais tecnologia e menos trabalho, transferindo parte da produção para outras empresas, geralmente pequenas e menos racionalizadas.⁸ Menor demanda de mão-de-obra tem implicado menores oportunidades de trabalho, menores ofertas salariais e por vezes "sobrevvalorização" de credenciais educativas.

As novas máquinas permitem o controle numérico e a produção de pequenos lotes de bens, voltados para setores especializados do mercado (da demanda). A tecnologia flexível gera a especialização flexível com os traços de diversidade, diferenciação, fragmentação, descentralização produtiva, ênfase na comunicação, hierarquias mais niveladas, franquias, terceirização e marketing. Convém observar, com Drucker,⁹ que nesse processo o maior desafio estará na superação das carências dos trabalhadores dos serviços, que não dispõem da educação necessária para se transformar em trabalhadores do conhecimento, e serão eles a maioria em todos os países.

A necessidade de ampliar as oportunidades de escolarização do trabalhador se impõe por razões econômicas, mas também de justiça social. Fala-se então em educação integral e permanente, sistemas educativos flexíveis e modulares, e o desenvolvimento de valores comunitários de solidariedade.

Há maiores exigências de educação, mas igualmente se está reconhecendo a função educativa da empresa e dos centros de trabalho e, em conseqüência, o valor dos conhecimentos adquiridos fora da escola, a experiência dos indivíduos no trabalho, buscando recuperar e incorporá-los na estrutura curricular. No mesmo sentido, além de atestar a qualificação do trabalhador, no seu conjunto, a Certificação pode facilitar a continuação dos seus estudos no sistema regular ou na educação profissional.

Quando não existe um mecanismo que proporcione informações seguras e oportunas sobre o que os indivíduos sabem fazer, o mercado reage colocando barreiras artificiais, como no caso do credencialismo, que acabam prejudicando, sobretudo, o trabalhador. A Certificação pode proporcionar ao mercado de trabalho os sinais claros que ele necessita para funcionar com maior eficiência e menores custos.

Outro fator atual e decisivo de valorização da certificação se encontra na evolução da consciência de cidadania e como parte disso os direitos do consumidor. Nunca se insistiu tanto na participação social como parceria para cobrança de qualidade dos serviços, o que coloca diretamente maiores exigências de desempenho do trabalhador.

A introdução dos programas de normalização nos negócios internacionais, com os sistemas ISO 10 e outros semelhantes, tornou a adoção da Certificação em setores de ponta ou ligados às exportações um fato impositivo.

Normas que fixam critérios relativos à estrutura e funcionamento dos organismos certificadores de pessoal, (INMETRO/NIE-DINQP-014/00),¹¹ ou que estabelecem os requisitos de qualificação e certificação de pessoal, (ISO 9712/99),¹² tornam-se fundamentais para ordenar as iniciativas de Certificação em nível nacional.

Exemplos da ABRAMAN,¹³ da FBTS,¹⁴ da ABENDE¹⁵ e da Petrobrás¹⁶ dão conta dessa nova realidade envolvendo garantia de qualidade na produção, nos serviços e nos negócios em geral.

Apesar do interesse pela Certificação, têm ocorrido resistências que partem de todos os lados com argumentos quase sempre discutíveis.

Os trabalhadores/sindicatos temem uma discriminação dos mais antigos, que não receberam o treinamento que hoje está à disposição dos mais jovens. Temem, portanto, que acabe gerando a exclusão. A resposta para esse argumento encontra-se na associação genética entre certificação e oportunidades de capacitação. Ou seja, qualquer trabalhador que se sinta prejudicado ou que se submeta a uma avaliação certificatória deve ter acesso à orientação sobre como e onde receber complemento formativo para recuperar seus eventuais déficits. Os sindicatos resistem também, com o argumento de que a Certificação tende a transferir para o trabalhador a responsabilidade pelo seu eventual desemprego, o mesmo que pensam sobre o conceito de "empregabilidade".

Os empregadores mais tradicionais pensam que a Certificação pode obrigá-los a uma política salarial mais rígida, o que pode ser verdade se não associam a Certificação com processos mais modernos de organização do trabalho.

Os governos comprometidos com políticas econômicas liberais colocam restrições apenas ao modelo de Certificação. Preferem a iniciativa espontânea e setorial dos agentes econômicos, sem construção de sistemas centrais e estruturas vinculantes.

A adoção, pelo Mercosul,¹⁷ da Certificação como mais um recurso de apoio à cooperação e integração, em particular à eventual circulação de trabalhadores, reforça o interesse por esse instrumento.

Em síntese, a Certificação pode proporcionar avaliação mais uniforme e justa do trabalhador, devendo também contribuir para redução das desigualdades, para evitar o subjetivismo e a discriminação, combatendo a exclusão social e promovendo a cidadania. Significa ainda dar tratamento mais apropriado à diversidade no mercado de trabalho, facilitando a mobilidade dos trabalhadores e reduzindo os custos para a empresa. Isto, naturalmente, se a Certificação é aplicada dentro de cuidadosos critérios de equidade e integração social.

O CONCEITO DE CERTIFICAÇÃO

A Certificação é um tema complexo e polêmico. Não existe um caminho ou modelo único para a Certificação, razão pela qual sempre se está buscando conhecer a maior variedade possível de experiências.

Mas a idéia de "certificar" não é nova, nós convivemos com a prática de certificar em muitas áreas de nosso cotidiano.

O primeiro tipo de certificado que nos ocorre é aquele distribuído na conclusão de cursos. Geralmente, além do título conquistado, se costumam relacionar os elementos aprendidos, o tempo dedicado etc. Outro certificado muito conhecido vem a ser a carteira de motorista, pela qual um órgão reconhecido atesta que o portador tem a destreza necessária para sair-se bem dirigindo uma viatura convencional. Está ainda classificando o nível alcançado pelo motorista: apenas amador, ou já profissional. Os testes são diferentes para cada caso e aí está uma característica da certificação, a adoção de níveis de exigências ou de qualificação.

A política de regulamentação de profissões tem sido objeto de controvérsias. O governo mantém a prática apenas para funções que implicam risco social. Mas ainda é comum e os segmentos do mercado de trabalho pressionam os congressistas para seguir apresentando projetos de reconhecimento profissional, fora dos bancos universitários, onde já é tradição. Pois bem, aí reside mais uma forma de certificação, a das "profissões regulamentadas".

Os conselhos de regulação e controle profissionais, tipo CREA,¹⁸ OAB,¹⁹ encontram também na Certificação um efetivo instrumento para implementação de seus objetivos. E esses estão em plena ascensão. A carteira de afiliado garante ao cliente que o portador possui o preparo para o exercício daquela profissão. Quando um profissional se equivoca pode ser punido pelo órgão de controle.

A carteira de trabalho pode também ser identificada como um certificado? A questão é polêmica. Em princípio não, porque não atesta qualificação nenhuma, apenas permite anotações sobre aspectos formais do emprego, não registra desempenho. Entretanto, em casos especiais, uma carteira assinada por determinada empresa, caso da IBM²⁰ em certa época, ou Petrobrás mais recentemente, já representa um atestado de bons antecedentes profissionais. Mas a rigor não deve constituir certificação.

São numerosas as definições de Certificação. CINTERFOR/OIT, no projeto de 1975, definia Certificação Ocupacional como "um processo tendente a reconhecer formalmente as qualificações ocupacionais dos trabalhadores, independentemente da forma como foram adquiridas".²¹

Para muitos a Certificação é simplesmente um instrumento de controle a serviço do mercado, o que não a impediria, em tese, de proporcionar benefícios ao trabalhador. Nesse sentido a prática do tripartismo, dentro do modelo pretendido pela OIT, deve favorecer a coincidência de interesses, contribuindo para as boas relações no trabalho.

Ibarrá define um sistema de certificação de competência laboral como "um mecanismo hábil, eficiente e transparente, que deve avaliar e certificar com amplo valor social os conhecimentos e habilidades dos indivíduos, independentemente da forma como tenham sido adquiridos e com base em uma norma reconhecida em nível nacional".²²

Em uma tentativa de englobar os diferentes conceitos, poderíamos definir a Certificação como "o reconhecimento dos conhecimentos, habilidades e atitudes (competências), de domínio do trabalhador, exigidos pelo sistema produtivo, de acordo com padrões socialmente definidos, concedido por entidade reconhecida e/ou autorizada, independentemente do modo como foram adquiridos e mesmo que não tenha o candidato passado por um processo formal de ensino/aprendizagem".²³

A Certificação é sempre o reconhecimento de algum mérito ou qualidade e seu conteúdo costuma variar segundo as definições, sendo mais comum falar de "conhecimentos, habilidades e atitudes" que incluem o aspecto intelectual, o de destreza e o comportamental.

É importante compreender que se certifica uma qualidade "do trabalhador", de seu domínio. Mas, embora a posse seja do trabalhador, o conteúdo é definido pelos clientes: o empregador e o mercado.

O que o trabalhador deve saber é decidido pela realidade econômica, pelas exigências do empresário ou da empresa. Entretanto, em geral, esse perfil de necessidades, depois de detectado pela pesquisa de campo ou por métodos indiretos, deve ser discutido e acordado com as entidades sindicais ou profissionais, para que responda a interesses de todas as partes. Nessa perspectiva, a OIT adota o tripartismo como instrumento de ampliação de consenso e de efetividade.

Para ter maior eficácia o certificado deve ser fornecido por entidade especializada, reconhecida pelo mercado e pelas autoridades nacionais.

O credenciamento por um órgão oficial, embora não obrigatório do ponto de vista legal, valoriza o certificado. Mas o fator preponderante é necessariamente o reconhecimento do próprio mercado.

Um sistema de Certificação deve idealmente incorporar as seguintes características:

- assumir caráter voluntário;
- ter validade universal e formato único;
- ser imparcial e acessível, para manter credibilidade e permitir transitividade;
- estar conformado por órgãos particulares e especializados.²⁴

Costuma ser recomendado, embora não obrigatório, que as funções de certificação e de formação sejam atendidas por órgãos distintos. Este continua a ser um ponto de controvérsia. A neutralidade necessária no processo de avaliação se traduz em geral na postura separatista. Uma mesma instituição, entretanto, pode manter unidades independentes dedicadas, respectivamente, a cada função. A apreciação do mercado é que indica, em última instância, a validade de qualquer das alternativas.

Um processo de Certificação pode também limitar-se a um aspecto específico/competência de uma ocupação. Significaria selecionar elementos mais relevantes da ocupação, deixando livres outros de menor expressão.

E, finalmente, a Certificação sendo um reconhecimento em função do mercado, do sistema produtivo, não tem por que depender exclusivamente da fonte escolar. Precisa reconhecer o que o trabalhador adquire diretamente em sua experiência de trabalho.

METODOLOGIA DA CERTIFICAÇÃO

Embora não exista uma concepção única para moldar a Certificação, pode-se considerar que as seguintes tarefas devem ser cumpridas:

1. definição ou configuração de um marco legal;
2. escolha de metodologia de análise ocupacional;
3. definição de atividades e instrumentos de avaliação;
4. definição de procedimentos para a certificação;
5. definição de metodologia para transpor os perfis a programas de formação.

O processo parte de uma clara definição do universo operacional, a institucionalização, a identificação de conteúdos ocupacionais, um acordo entre os atores sociais para elevar os perfis à categoria de normas, a elaboração de instrumentos de avaliação e certificação e o desenho de programas formativos baseados nos perfis.

ASPECTOS DE INSTITUCIONALIZAÇÃO

Um sistema de Certificação exige uma organização que pode ser mínima ou mesmo bastante complexa. Os exemplos internacionais são demonstrativos:²⁵

Na Inglaterra, muito citada em relação ao tema, foi criado um "Conselho Nacional de Qualificações Vocacionais" (National Council for Vocational Qualifications), com funções reguladoras e de fiscalização; e ainda comitês de normalização no setor industrial (lead industry bodies), organismos certificadores (awarding bodies) e centros avaliadores. Entre os requisitos de credenciamento de entidades se consideram os recursos físicos, o pessoal necessário, os instrumentos de avaliação elaborados, os procedimentos de normalização e certificação e os mecanismos de controle de qualidade. A base do programa inglês surge da suposição de que "havia uma demanda dos atores sociais de que a educação e a formação profissional fossem mais relevantes para o emprego".²⁶ Vale-se de "standards" externos e visíveis, ressaltando o desempenho em situação real de trabalho em vez de conhecimento teórico. Os resultados desejados/competências devem ser também relevantes.

Na França, foi criado um Conselho Interministerial com poderes para autorizar especialistas que assinam e garantem os certificados, mantendo diferenciados os âmbitos nacional e regional e adotando os exames teóricos e práticos com uso de simuladores.

A Espanha não edificou uma entidade central, mas utiliza um Instituto de Qualidade e Avaliação para dar apoio técnico às iniciativas. A formação profissional ocupacional é ministrada pelo INEM (Instituto Nacional de Empleo), que outorga certificados e edita um "Repertório de Certificados de Profissionalização", funcionando como apoio para as empresas na formação contínua.

Na América Latina, a experiência mais completa é a do México, que criou o "Conselho Nacional de Normalização e Certificação" (CONOCER), entidade que regula e promove a Certificação através de "organismos certificadores" que por sua vez podem instituir "centros de avaliação". A operacionalização do modelo mexicano é bastante complexa. O conjunto instrumental inclui um modelo de operação do sistema e regulamentos para organismos certificadores e centros de avaliação e certificação.

O modelo mexicano trabalha com cinco níveis (graus de autonomia, responsabilidade e complexidade do trabalho), cobre 12 áreas e setenta subáreas. Como fontes de evidência para avaliação, relacionam: manifestações abertas e observáveis de desempenho; conhecimentos; aprendizagem prévia e informações gerais.²⁷

No Brasil, coube ao Ministério do Trabalho e Emprego/MTe a iniciativa de propor um projeto para "discussão e avanço conceitual da certificação".²⁸ Em parceria com a OIT, esse projeto tem promovido seminários e editado documentos, concorrendo para recolocar na agenda nacional o tema da Certificação, envolvendo empregadores e trabalhadores através de suas entidades representativas. Na execução do projeto se buscou atrair a participação das tradicionais instituições de formação profissional (Senac e Senai) e outras entidades que já praticavam ou estavam em processo de implantação da Certificação, como a ABRAMAN no campo da manutenção, a FBTS²⁹ no terreno da soldagem, e o Instituto de Hospitalidade para o turismo e hotelaria.

Entre os parceiros do setor governamental o Ministério da Educação (MEC), como parte da aplicação da LDB³⁰, deu início a um projeto destinado a implantar a Certificação como instrumento de avaliação de competências individuais de modo a facilitar a continuação ou conclusão de estudos no ensino técnico. MTe e MEC estão buscando o trabalho associado para articular os dois sistemas da educação profissional no país.

O PROCESSO DE CERTIFICAÇÃO

Um processo típico de certificação começa pela decisão que deve ser tomada por autoridade do governo, dos empregadores ou dos trabalhadores sobre a conveniência ou necessidade de criar um mecanismo de certificação em relação a um determinado universo ocupacional, ou setor da economia. As razões que ditam essa eleição prendem-se normalmente a questões de qualidade e segurança. Um produto ou serviço precisa ser garantido para ganhar na concorrência de mercado ou para obter prestígio junto aos consumidores, ou para entrar em pauta de exportação. O aumento da concorrência comercial e a maior exigência do consumidor têm pressionado pela qualidade.

Uma vez decidida a adoção da Certificação, um órgão responsável deve iniciar os estudos para composição do modelo,

que envolve estrutura e procedimentos, incluindo:

1. um órgão de funções normativas, que vai selecionar as ocupações ou competências que serão objeto de certificação, por vezes contratando estudos de campo;
 2. um órgão com funções de análise ocupacional o de competências;
 3. um órgão com funções certificadoras;
- 4) além disto, deverá dispor diretamente, ou mediante acordo ou contrato, de um órgão de formação.

Uma estrutura certificadora deverá dispor, em outros termos, de:

1. unidade normativa do sistema;
 2. unidade de pesquisa e análise ocupacional e de competências;
 3. unidade de estabelecimento de normas de competência;
1. unidade de elaboração de testes;
 2. unidade de avaliação e certificação.

Um sistema ou processo de Certificação pode necessitar, por sua vez, de um atestado, ou certificado de credenciamento que lhe outorgue um órgão oficial de natureza superior, que assegure um desempenho apropriado desse sistema ou processo.

Pode ser um Conselho Nacional, quando existente, ou um órgão como o INMETRO³¹ no Brasil. Os critérios que tal órgão deverá assegurar incluem: neutralidade, imparcialidade, equidade (legitimidade de/confiabilidade) e precisão, eficiência, consistência (capacidade técnica).

COMPONENTES DA CERTIFICAÇÃO

1 - Análise Funcional é uma técnica destinada a identificar as competências inerentes a uma função produtiva dentro de uma empresa, um grupo de empresas, ou todo um setor de produção ou de serviços, que consiste em desagregar funções produtivas confrontando objetivos e resultados até alcançar a compreensão sobre funções realizáveis por uma só pessoa. Uma análise funcional parte da seleção de uma área ocupacional e faz a verificação sucessiva da contribuição das diferentes funções, das unidades e dos elementos de competência. Define em seguida o correspondente campo de aplicação e as evidências de desempenho. Finalmente, utiliza um guia de avaliação e se expressa em geral por um mapa funcional ou uma árvore de funções.³²

Existem numerosos modelos de análise funcional/ocupacional. Mas são poucas as variações entre eles. As objeções mais comuns ao modelo tradicional de análise vêm basicamente da experiência inglesa:³³

- falta de coerência entre os sistemas;
- insuficiente reconhecimento do aprendizado realizado fora dos sistemas formais de educação e capacitação;
- levantamentos de necessidades distorcidos pelo enfoque no conhecimento ou nas destrezas em vez das competências;
- falta de padrões prontamente compreensíveis da demanda;
- barreiras de acesso às qualificações e mecanismos inadequados de seleção, carreira e transferências.

Algumas análises partem da descrição de um profissional qualificado trabalhando em uma empresa de ponta no setor e

a ênfase fica no seu desempenho superior. A análise descreve o posto ou a função em termos de elementos de competência com critérios que indicam os níveis requeridos.

Tem tido destaque a análise conhecida como metodologia DACUM (Developing a curriculum), que parte de três supostos:

- trabalhadores especializados podem descrever e definir seu trabalho com precisão;
- a definição do desempenho das tarefas do trabalhador é uma forma efetiva para descrever a função;
- todas as tarefas/funções demandam certo nível de conhecimentos, habilidades, ferramentas e atitudes.³⁴

Outras análises dão maior peso às relações existentes com o entorno e as situações de trabalho, concedem importância à pessoa, seus objetivos e possibilidades. Definem-se por desempenhos médios ou inferiores (mínimos), de modo a facilitar a inserção no mercado, promover a participação ou apoiar-se na capacitação coletiva.

O produto da análise funcional/ ocupacional/de competências são registros de conhecimentos, habilidades e comportamentos aplicados no desempenho de uma função produtiva a partir de requisitos de qualidade definidos pelo setor produtivo, que servem de base para estabelecimento dos perfis, standards e normas.

2-Normas

Uma "Norma Técnica" descreve as habilidades, destrezas, conhecimentos e operações que um indivíduo deve ser capaz de desempenhar e aplicar em distintas situações de trabalho.³⁵

As normas estão associadas a atributos gerais que facilitam o desempenho do trabalhador, atributos específicos para o trato de situações contingentes, e comportamentos e conhecimentos relacionados com o contexto.

Existem normas de reconhecimento nacional, regionais, compreensivas, uniformes e auto-reguladas. Normas mínimas permitem uma preparação inicial, facilitando transição da escola para o trabalho (Alemanha, Dinamarca) ou a mobilidade de trabalhadores (Japão, Canadá). Normas de abrangência nacional são mais igualitárias e servem para evitar dispersão e possibilitar a transitividade.³⁶

As normas se apóiam em níveis (de complexidade),³⁷ considerando:

- graus de autonomia;
- capacidade de resolução de problemas;
- criatividade para enfrentar situações imprevistas.

Geralmente são usados cinco níveis que formam uma escala diferenciada segundo: o volume de supervisão recebida, a intensidade de rotinas, previsibilidade, autonomia e responsabilidade.

Uma norma se refere à expectativa de desempenho no trabalho, a um standard ou padrão que serve para determinar se um indivíduo é competente. Enfim, ao conjunto de conhecimentos, habilidades, atitudes e destrezas aplicados no desempenho de uma função produtiva a partir de requerimentos de qualidade e eficiência esperados pelo setor produtivo.

A norma se refere ao que se deve alcançar no desempenho real de trabalho, em qual função, com que qualidade e conhecimentos.

Uma norma é também o resultado de uma negociação entre profissionais, entre empregadores, entre trabalhadores ou entre estes e aqueles. Os perfis levantados na pesquisa são dados frios. O acordo alcançado entre os atores sociais e profissionais "esquentam" esses dados de modo a valerem como referência para a avaliação e certificação. Ao ser acordado, o perfil eventualmente revisado torna-se uma Norma ou um Título Profissional, segundo alguns países.

3- Avaliação

A avaliação é a verificação padronizada da correspondência entre uma norma e a capacidade de um indivíduo para atendê-la. Mostra o quanto de uma norma um indivíduo está mostrando ser capaz de atender no desempenho de uma função.

A avaliação, na Certificação, tem as seguintes características:³⁸

- é centrada em resultados (e não associada a um curso), que devem ser especificados até se tornarem claros e transparentes;
- deve estar vinculada a uma atuação na vida real;
- vale por um tempo determinado;
- é individualizada;
- não compara indivíduos (sem comparações estatísticas);
- não utiliza escalas;
- o indivíduo é competente ou não (sem escalas de pontuação);
- as questões são conhecidas previamente.

Para receber a certificação de uma competência o candidato deve demonstrar de modo conclusivo que cumpre todos os critérios de atuação.

Uma característica essencial do sistema é a possibilidade de conhecer com exatidão o que pode fazer a pessoa que está sendo avaliada.

O resultado de uma avaliação é a certificação ou o encaminhamento do indivíduo para complementar seus déficits registrados no processo.

A REGULAMENTAÇÃO

No plano da legislação e regulamentação os processos/mecanismos de Certificação encontram distintas fundamentações.

Resolução do CONMETRO, 02/97³⁹ estabelece que são atribuições do SINMETRO (leia-se INMETRO que é órgão executor) "a promoção, articulação e consolidação de todos os esforços na área de certificação.

Informa a resolução que o SBC foi "concebido de modo a operar descentralizado, dentro de um mesmo padrão técnico utilizável por todos os agentes públicos e privados, com interesse na certificação de conformidade, respeitando-se as particularidades e legislações pertinentes a cada área de atividade".⁴⁰ Enfatiza que a certificação "induz à busca contínua de melhoria da qualidade".⁴¹ Que "a Certificação é também uma referência para consumidores de que o produto, o processo ou serviço atende a padrões mínimos de qualidade".⁴²

Define que Certificação "é o modo pelo qual uma terceira parte (independente das partes envolvidas) dá garantia de que um produto, serviço ou processo está em conformidade com requisitos especificados"⁴³ e ressalta que "é cada vez mais compulsória a Certificação de produtos e serviços ligados à saúde, segurança e meio ambiente".⁴⁴

A mesma resolução indica que "cabe ao INMETRO conceder, manter, estender, reduzir, impedir, cancelar o credenciamento de organismos de certificação de produtos, processos, serviços, pessoal (nosso destaque), e de organismos de treinamento, no âmbito do SBC",⁴⁵ esclarecendo que "produtos, processos ou serviços incluem, entre outros componentes, atividades de organismos ou pessoas".⁴⁶

O CONMETRO, por esse instrumento, se coloca como responsável pelo credenciamento de órgãos que pretendam operar oficialmente no campo da Certificação, mesmo de trabalhadores.

O Parecer 17/97 do Conselho Nacional de Educação/CNE⁴⁷ trata também do assunto, nos seguintes termos resumidos:

Não é cabível, nos dias atuais, a postura de desconsideração pelas habilidades, conhecimentos e competências adquiridos por qualquer pessoa por meio de estudos não formais ou no próprio trabalho.

Os cursos técnicos poderão ser organizados em módulos correspondentes a profissões no mercado de trabalho, com terminalidade e com direito à Certificação Profissional, contemplando de forma integrada em cada componente curricular, as dimensões de:

- competências teóricas e práticas específicas da profissão;
- conhecimentos gerais;
- atitudes e habilidades comuns ao mercado de trabalho.

A educação profissional básica, destinada a qualificar e requalificar trabalhadores, independente de escolaridade prévia, não está sujeita à regulamentação curricular...e poderá propiciar certificação (nosso destaque) de competências ou de qualificação profissional.

Para o MEC a certificação de competências, como forma de valorização profissional, possibilita que o conhecimento adquirido na educação profissional, inclusive no trabalho, seja reconhecido legalmente, dando direito a prosseguimento ou conclusão de estudos.

O ENFOQUE DE COMPETÊNCIAS

Se nas iniciativas anteriores a Certificação era destinada ao reconhecimento de ocupações, atualmente é quase unânime a decisão de adotar um enfoque de competências, com todos os problemas que essa escolha possa acarretar.

Na maioria dos casos, na verdade, se adota um enfoque misto, onde um conjunto de competências conforma uma ocupação ou função, ou mesmo um posto de trabalho.

O novo conceito de produção exige uma massa de conhecimentos e atitudes bastante diferentes das qualificações formais requeridas pelas organizações tayloristas de trabalho. Ocorre, em consequência, uma crise nas noções de postos de trabalho e de tarefas. Competência lança a atenção sobre a pessoa, mais que sobre o posto, associando qualidades de indivíduos e formas de cooperação intersubjetivos, características do novo modo de produção, tomando difícil dissociar o tempo do trabalho do tempo do não-trabalho, o profissional e o pessoal, o público e o privado, a empresa penetrando nos tempos sociais.

Competência não tem uma definição única e consensual. A identificação de competências resulta igualmente difícil e polêmica, acaba instituindo-se por acordo ou por definição operacional.

McClelland afirmava que os exames acadêmicos tradicionais não garantiam nem o desempenho nem o êxito na vida e com frequência estavam discriminando minorias étnicas, mulheres e outros grupos vulneráveis no mercado de trabalho.⁴⁸ As competências podiam oferecer um pouco mais de certezas. McClelland privilegiou as competências gerenciais em um projeto-piloto definindo-as como "características de fundo de um indivíduo que guardam uma relação causal com o desempenho efetivo ou superior no posto".⁴⁹ Chegou a 21 competências e 360 indicadores.

Para caracterizar competências citam-se capacidades inatas e adquiridas, como atitudes, aptidões, conhecimentos e habilidades; padrões de desempenho definidos pelo mercado de trabalho; acúmulo de experiências individuais (expertise/maestria); conjunto complexo de conhecimentos e aptidões desenvolvido na experiência e na formação.

Pensa-se também em competência associada à noção de empregabilidade, o que tem levado alguns críticos e sobretudo os sindicatos a questionar uma possível suposição implícita de atribuir aos próprios trabalhadores a culpa pelo eventual desemprego.

Uma competência é sempre a capacidade de resposta, em forma de desempenho, a uma situação preestabelecida e definida, mas também a situações irregulares e deve incorporar dimensões sociais e comportamentais. O desafio do sindicalismo estaria em como integrar as competências em uma lógica coletiva.

Ducci aponta a complexidade do termo, que deve referir-se à "capacidade produtiva de um indivíduo, medida em termos de desempenho real e não meramente pela agregação de conhecimentos, habilidades, destrezas e atitudes necessárias, mas não suficientes para um desempenho produtivo em um contexto de trabalho".⁵⁰

O conteúdo típico de um standard de competência laboral pode estar assim configurado:

- 1) descrição da unidade (atividade laboral significativa/relevante);
- 2) descrição do elemento (resultado laboral);
- 3) critérios de desempenho (qualidade do resultado);
- 4) evidências de desempenho (provas concretas);
- 5) campo de aplicação (âmbito, máquinas, relação);
- 6) conhecimentos (básicos, teóricos);
- 7) guia para avaliação (como alcançar evidência).⁵¹

Ao contrário da tradicional, a certificação por competências apresenta as seguintes características:

- expedida ao final de uma avaliação;
- baseada em evidências de desempenho;
- centrada em "standards";
- verificação através de mecanismos internos e externos;
- participação dos atores sociais.⁵²

(A tradicional é expedida ao final de um ciclo formativo; baseada em provas teóricas e práticas; centrada em currículos; ganha-se uma vez para sempre; não usa verificação externa).

Alguns autores tentam delinear uma aproximação entre os perfis profissionais e o desenvolvimento curricular baseado em competências, relacionando os seguintes componentes:

- todos os passos necessários para realizar a tarefa, do início ao final;
- conhecimento técnico necessário para realizar os passos em forma exata;
- informações matemáticas, contextuais ou científicas para compreender e/ou realizar as tarefas;
- conhecimento das normas de segurança;
- uso de ferramentas, equipamentos e instrumentos especiais;
- atitudes específicas;

Gallart e Jacinto revelam que a competência diz respeito ao conjunto de saberes postos em jogo pelos trabalhadores para resolver situações concretas de trabalho.⁵³

Alison Wolf relata as dificuldades vividas pela experiência inglesa. A busca de clareza na avaliação teria dado lugar a "uma metodologia ainda mais complexa e complicada".⁵⁴ Apesar dos esforços, "não se conseguiu que todos os aspectos resultassem claros e sem ambigüidades, continuando as diferenças de interpretação com a prática avaliativa".⁵⁵ Foram acrescentadas outras especificações às normas, "de conhecimentos e compreensão subjacentes", ⁵⁶ sem resultados concretos. Até mesmo a transparência dos requisitos de avaliação foram questionados.

Na dura crítica de Alison Wolf se pode observar o grau de dificuldades que representa o enfoque de competências e sua relação com o processo de avaliação. Depois de juntar "imensas quantidades de papéis inaproveitáveis e prescrições detalhistas, não se pode deixar de assinalar o contraste entre a aparente simplicidade e amplitude do conceito de competências e sua aplicação prática na realidade, rígida e restritiva".⁵⁶

Apesar das dificuldades encontradas, não apenas na Inglaterra, a crença nas bondades do enfoque por competências mantém o esforço e a iniciativa em muitos países, para alcançar resultados compensatórios.

CONCLUSÕES

A Certificação tem se mostrado um instrumento de enorme utilidade, se aplicado em contextos e condições apropriadas. Uma boa negociação entre os atores sociais parece necessária para facilitar o ajuste ao mercado e às expectativas dos setores diretamente interessados.

Quando a Certificação está ligada a políticas mais amplas de produtividade e competitividade existem maiores chances de dar resultado.

Os aspectos sociais de combate à discriminação e de promoção da igualdade de oportunidades trazem dificuldades adicionais para a realização de processos de certificação e não devem ser descuidados.

O enfoque de competências tem sido associado necessariamente aos processos de certificação mais recentes e representa a nova economia em seus aspectos de organização e relações de trabalho mais flexíveis e individualizados.

A Certificação pode proporcionar meios para melhorar o ajustamento da formação profissional às necessidades do mercado, empresas e trabalhadores, mas requer, para seu pleno funcionamento, estruturas especializadas e acordos políticos complexos. O investimento inicial pode ser bastante elevado, em função de estudos ocupacionais e mudanças no processo pedagógico, além da configuração e montagem de estruturas diferenciadas. E nunca é demais recordar a tendência a condenar a reunião das funções de formação e certificação dentro de uma mesma unidade institucional.

A Certificação pode proporcionar avaliação mais uniforme e justa do trabalhador, devendo também contribuir para redução das desigualdades, para evitar o subjetivismo e a discriminação, combatendo a exclusão social e promovendo a cidadania. Significa ainda dar tratamento mais apropriado à diversidade no mercado de trabalho, facilitando a mobilidade dos trabalhadores e reduzindo os custos para a empresa. Isto, naturalmente, se a Certificação é aplicada dentro de cuidadosos critérios de equidade e integração social.

Diante da complexidade e heterogeneidade do problema no país, setores do governo parecem preferir a iniciativa espontânea e setorial dos agentes econômicos, sem construção de sistemas centrais e estruturas vinculantes.

Notas

1 CINTERFOR. Centro Interamericano de Investigación y Documentación sobre Formación Profesional. Agência especializada da OIT (Organização Internacional do Trabalho) para América Latina e Caribe.

2 SEMINARIO SOBRE POLITICAS DE CERTIFICACION, 1976, Caracas. Informe. Montevideo: CINTERFOR, 1977. 111 p. (Informes, 77). Proyecto 128.

3 BRASIL. Ministério do Trabalho. Secretaria de Mão-de-Obra. Estudo da problemática da institucionalização da certificação ocupacional no Brasil; documento básico. Brasília, 1981. 64 p. (Formação de Mão-de-Obra, 2).

4 WHAT Work Requires of Schools U.S. Washington D.C: Department of Labor. 1991. p. 5.

5 SEMINARIO INTERNACIONAL SOBRE FORMACION BASADA EN COMPETENCIA LABORAL, 1, 1996, Mexico. Formacion basada en competencia laboral: situacion actual y perspectivas. Montevideo: CINTERFOR, 1997. 262 p. (Herramientas para la Transformación, 4). p. 48.

6 MERTENS, Leonard. Competencia laboral: sistemas, surgimiento y modelos. Montevideo: Cinterfor, 1996. 119 p. (Herramientas para la Transformación,3). p. 7.

7 KUMAR, Krishan Da Sociedade pós-industrial à pós-moderna. Rio de Janeiro: Zahar, 1997. p. 31-35, 71-73.

8 Id. *ibid.*, p. 55-58.

9 DRUCKER, Peter Sociedade pós-capitalista. São Paulo: Pioneira, 1993. p.15. (Col. Novos Ubrais)

10 International Organization for Standardization. Disponível: <http://www.izzo.ch>

-

11 INMETRO. Norma interna, junho 2000, que estabelece critérios para o credenciamento de organismos de certificação de pessoal. Versão do original EN-45013 DIN Deutsh Institut fur Norming EV 1990.

12 ISO 9712: Qualification and certification of personnel. 1999 Disponível: <http://www.izzo.ch>

13 Associação Brasileira de Manutenção.

14 Fundação Brasileira de Tecnologia de Soldagem.

15 Associação Brasileira de Ensaio Não-Destrutíveis.

16 Petrobrás. Petróleo Brasileiro S.A.

17 Mercosul. (Mercado Comum do Sul) criado pelo Tratado de Assunção em 1991, tendo como países signatários Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai.

18 CREA. Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia.

19 OAB. Ordem dos Advogados do Brasil.

20 IBM. Indústria de Máquinas Serviços Ltda.

21 SEMINARIO SOBRE MEDICION DE LAS CALIFICACIONES OCUPACIONALES DE LOS TRABAJADORES, 1976, San Jose de Costa Rica. Informe. Montevideo: CINTERFOR,1976. 85 p. (Informes, 70). Proyecto 128/3.

22 IBARRA, Agustín Educación y formación profesional: el papel de los programas de formación profesional en la generación de empleos. [s.l.]: CONOCER, 1997. Documento apresentado no Seminário Internacional sobre Emprego e Relações de Trabalho. São Paulo, abril 1997. Mimeog. p.18.

23 ALEXIM, J. C. A certificação no contexto da educação profissional e do mercado de trabalho. Campos de Jordão: Senac, 2001. 17 p. Mimeo. Trabalho apresentado à 37o. Reunião de Diretores Regionais do SENAC, 2001.

- 24 IBARRA, Agustín. El sistema normalizado de competencia laboral. In: ARGÜELLES, Antonio. Competencia laboral y educación basada en normas de competencia. México: Ed. Noriega, 1996. p. 53.
- 25 FORMACION basada en competencia laboral: situación actual y perspectivas. Montevidéo: Cinterfor, 1997. 262 p. (Herramientas para la Transformación,4)
- 26 TAYLOR, Marie. Educación y capacitación basados en competencias: un panorama de la experiencia del Reino Unido. In: FORMACION basada en competencia laboral: situación actual y perspectivas. (1997) op. cit., p. 47.
- 27 IBARRA, Agustín. (1997) op. cit., p.79 e segs.
- 28 Projeto sobre O AVANÇO conceitual e metodológico da formação profissional no campo da diversidade no trabalho e da certificação profissional. Brasília: OIT/ MTb, 1997.
- 29 FBTS. Fundação Brasileira de Tecnologia da Soldagem. <http://www.fbts.com.br>
- 30 BRASIL. Leis, Decretos. Lei n. 9.394, de 23 de dezembro de 1996. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, v. 134, n. 248, p. 27833-27841, 23 dez. 1987. Seção I. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.
- 31 INMETRO. Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial.
- 32 MERTENS, Leonard. (1996) op. cit., p. 74.
- 33 HANDLEY, David. El desarrollo del sistema de calificación profesional nacional en Reino Unido. In: ARGÜELLES, Antonio. Competencia laboral y educación basada en normas de competencia. México: Ed. Noriega, 1996. p. 172 e segs.
- 34 BRIGIDO, Raimundo. Certificação: bases conceituais, vertentes e estratégias de implementação. In: OIT. Certificação de competências profissionais: discussões. Brasília: MTE/.SEFOR, 1999. p. 83.
- 35 IBARRA, A . (1996) op. cit., p. 48.
- 36 MERTENS, Leonard. (1996) op. cit., p.85.
- 37 Id. ibid., p. 89.
- 38 WOLF, Alison. La Medición de la competencia: la experiencia del Reino Unido. CEDEFOP - Revista Europea de Formación Profesional, n. 1, p. 31-37, 1994

39 BRASIL. CONSELHO NACIONAL DE METROLOGIA, NORMALIZAÇÃO E QUALIDADE INDUSTRIAL. CONMETRO. Resolução do Conselho CONMETRO, 02 de dezembro de 1997. Reformula o Sistema Brasileiro de Certificação-SBC e aprova o documento "Termo de Referência do Sistema Brasileiro de Certificação-SBC". 15 p. Disponível: <http://www.industrialsite.com.br/in/normas/inmetro/inmetro.htm>

-

40 Id. *ibid.*, p 3.

41 Id. *ibid.*, p 3.

42 Id. *ibid.*, p 3.

43 Id. *ibid.*, p 4.

44 Id. *ibid.*, p 3.

45 Id. *ibid.*, p 3.

46 Id. *ibid.*, p 10.

47 BRASIL. CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO. CEB — Parecer n. 17/97, aprovado em 3/12/97 (Proc. 23001.000691/97-61). Aprova as Diretrizes operacionais para a educação profissional em nível nacional. [on line] Disponível: <http://www.mec.gov.br/cne>

-

48 MCCLELLAND, David. Apud. MERTENS, Leonard. *op. cit.*, p. 69.

49 Id. *ibid.* p. 69.

50 DUCCI, M. Angelica. El enfoque de competencia laboral en la perspectiva internacional. In: FORMACION basada en competencia laboral: situación actual y perspectivas. (1997) *op. cit.*, p. 19.

51 VARGAS, Fernando. Conceptos básicos de competencias laborales. [on line] Montevideo: Cinterfor/ OIT, 2000. Disponível na Internet <http://www.cinterfor.org.uy>

52 Quadro de Vargas em exposição oral. [on line] Disponível na Internet: <http://www.cinterfor.org.uy>. Conceptos Básicos de Competencias Laborales. Las 40 Preguntas más frecuentes sobre Competencia Laboral.

53 JACINTO, Claudia (Coord.); GALLART, Maria Antonia (Coord.). Por una segunda oportunidad: la formación para el trabajo de jóvenes vulnerables. Montevideo: CINTERFOR, 1998. 341 p. (Herramientas para la Transformación).

54 WOLF, Alison (1994) *op. cit.*, p. 34.

55 Id. ibid., p. 34.

56 Id. ibid., p. 34.

57 Id. ibid., p. 35.

| [Voltar](#) |

ECONOMIA

Emprego Metropolitano e Mudança Ocupacional

Rosélia Piquet*

* Rosélia Piquet é Doutora em Economia pela UFRJ. Coordenadora do Mestrado em Planejamento Regional e Gestão de Cidades, da Universidade Candido Mendes-Campos dos Goytacazes, RJ.

E-mail: rpiquet@alternex.com.br

A observação da dinâmica econômica e social recente indica que os dramáticos problemas do mercado de trabalho surgidos nos países avançados já aportaram no Brasil e parecem ter vindo para ficar. Aqui, as mudanças no chamado "mundo do trabalho" têm-se caracterizado pelo crescimento do excedente estrutural de mão-de-obra e pelo aumento do desemprego aberto, tendo o País ocupado, em 1999, o terceiro lugar em volume do desemprego aberto — que representava 5,6% do total do desemprego mundial — enquanto detinha apenas 3% da PEA global.¹ Em conseqüência, sobre uma estrutura social já desigual e excludente, ampliaram-se o desemprego e as formas precárias de trabalho, tais como o trabalho sem carteira, o trabalho em tempo parcial, o de elevada rotatividade etc.

Contudo, entre 1930 e 1980, o Brasil levou avante um dos mais bem-sucedidos modelos de crescimento econômico, fundado na ampla difusão do emprego assalariado. Entre os anos 1940 e 1970, por exemplo, a cada dez postos de trabalho criados, apenas dois não eram assalariados, e sete apresentavam registro formal.² Inversamente, durante a década de 1990, a cada 10 empregos criados, somente dois eram assalariados, porém sem registro formal. Essa triste performance leva o país a assumir a terceira posição no ranking mundial do desemprego, pois possui, segundo dados da PNAD do IBGE, 7,6 milhões de pessoas sem trabalho em 1999.³

Como ao longo da década de 1990 as políticas econômicas do governo federal foram de orientação liberal, nenhuma medida de defesa da produção e do emprego nacionais foi tomada. Ao contrário, a opção por um desenvolvimento subordinado à inserção internacional expôs fortemente nossa estrutura produtiva à concorrência externa, ampliando a presença de componentes importados. Dado que durante a década de 1990 o produto interno bruto (PIB) apresentou um lento crescimento, acompanhado de fortes pressões para aumento da produtividade, o resultado foi a destruição de empregos, seja pela reorganização da base produtiva, seja pela "exportação" desses empregos por meio da importação de bens e serviços. Os efeitos perversos dessa política não se fizeram esperar, e não apenas o desemprego alcançou um recorde histórico, como o emprego formal contraiu-se, mesmo quando a economia cresceu.

A crescente atenção dos meios de comunicação de massa ao tema do desemprego já tornou de domínio público vários aspectos das profundas transformações no mercado de trabalho brasileiro. De modo geral, entretanto, o tratamento dispensado a essa questão ameniza a gravidade dos impactos sociais das mudanças em curso. Nessas abordagens, o desemprego é tratado como um fenômeno localizado em que o principal impacto social parece resumir-se nas dificuldades de adaptação da mão-de-obra às novas exigências profissionais, o que seria contornado com (re)treinamento ou com mudanças de ramo ou de lugar.

A questão da qualificação da força de trabalho ganhou realce no debate sobre emprego no Brasil, e os que participam com maior distanciamento desse debate passam a ter a impressão de que o desemprego decorre da má qualificação do trabalhador brasileiro perante a reorganização da base produtiva nacional em um mundo globalizado. Entra em moda o termo "empregabilidade" e começa-se a falar nas frágeis condições de empregabilidade do trabalhador brasileiro, transferindo-se para ele a responsabilidade de estar desempregado e de ter individualmente que resolver essa situação desfavorável.

Essa não é, contudo, a visão dos que se dedicam ao estudo do tema, uma vez que a quase totalidade dos textos que versam sobre a questão do emprego revela que os períodos recessivos, na década de 1990, têm produzido quedas significativas nos níveis de emprego formal, não recompostas nos momentos de recuperação econômica, gerando níveis de desemprego cada vez mais elevados e progressiva precarização, notadamente nas regiões metropolitanas.

O desemprego é também tratado como um problema menor, apenas regional ou setorial, que estaria afetando mais profundamente a região altamente industrializada de São Paulo. Os dados apresentados a seguir mostram que tal afirmativa não se sustenta, pois o desempenho negativo da indústria quanto à manutenção do nível do emprego apresenta-se em todas as regiões metropolitanas estudadas.

Assim, por meio da análise do comportamento do emprego formal em quatro regiões metropolitanas brasileiras — Fortaleza, Porto Alegre, Rio de Janeiro e São Paulo —, o texto visa indicar o sentido da evolução do emprego e da estrutura ocupacional nessas metrópoles.

A escolha dessas regiões metropolitanas deve-se às seguintes razões: a de São Paulo, por ser o núcleo da economia brasileira; a do Rio de Janeiro, porque estaria passando por um recente processo de modernização, afastando-a da qualificação de "região decadente"; a de Fortaleza, por apresentar nos últimos anos um vigor econômico que a situa em posição de destaque no Nordeste, e a de Porto Alegre, por estar diretamente ligada à inserção do Brasil no Mercosul.

A mudança na composição ocupacional

A controvérsia sobre os efeitos decorrentes do processo de modernização empresarial sobre o perfil da mão-de-obra não constitui fato novo. É sabido que a introdução de novas práticas produtivas vêm acompanhadas por uma nova base de conhecimentos para o exercício do trabalho, o que provoca alterações na estrutura de emprego, no padrão de remunerações e no perfil da demanda por mão-de-obra.

As sociedades do mundo desenvolvido experimentaram nas últimas décadas o processo de transferência de empregos das atividades produtoras de bens materiais para as que provêem bens imateriais ou serviços. Esse crescimento do setor terciário, que chega a empregar uma proporção de trabalhadores que oscila entre metade e dois terços do total do emprego, segundo o país ou a região, passa a ser considerado um indicador positivo do progresso econômico e da evolução para uma sociedade do bem-estar.

As teorias que buscam explicar o crescimento do setor de serviços remontam aos trabalhos de Colin Clark (1940),⁴ que sugerem a existência de uma tendência histórica de caráter evolutivo, na qual as etapas essenciais do processo de crescimento econômico e de transformação social se dariam através da passagem das sociedades pré-industriais a outras, de caráter industrial, e mais tarde às da fase pós-industrial.

Essa visão linear do crescimento econômico é progressivamente contestada, e o setor terciário, ou de serviços, passa a ser considerado uma categoria residual, pois apresenta enorme heterogeneidade quanto à sua funcionalidade dentro do sistema produtivo, ao seu dinamismo e às suas pautas de localização. O fato de países tão díspares quanto Bolívia, Brasil, Israel e Kuwait terem mais de 60% da população ocupada nos serviços é um fiel reflexo tanto da escassa utilidade desse conceito como da dificuldade de associá-lo com a noção de desenvolvimento. Torna-se então necessário distinguir os dois tipos de processos, de origem diferenciada, que convergem para o crescimento acelerado dos serviços.

O primeiro relaciona-se às mudanças nas atividades industriais, com o correspondente aumento das tarefas prévias e posteriores à fabricação, como meio de racionalizar os processos produtivos, e melhorar sua distribuição, elevando a eficiência global das empresas. Amplia-se assim toda uma série de serviços à produção, que cada vez mais são realizados por empresas externas, em um processo de crescente divisão social do trabalho. Desse modo, consolida-se um continuum entre indústria e serviços, no qual as novas formas do crescimento industrial são a chave explicativa para o crescimento dos serviços, característico das economias avançadas.⁵

O segundo ocorre quando o terciário atua como setor-refúgio, capaz de absorver os excedentes de mão-de-obra, mediante a expansão de atividades pouco capitalizadas e de baixa produtividade, com ocupações pouco qualificadas e de escassa retribuição (comércio varejista, serviços pessoais, administração pública etc), bastante comum nos países pouco desenvolvidos e com graves problemas de emprego.

Nos países e regiões de maior desenvolvimento é inquestionável o aumento do número de profissionais e técnicos de alto nível, membros do que Galbraith, já em 1967, denominava tecnoestrutura. Ainda que em termos relativos as maiores taxas de crescimento estejam ocorrendo nos serviços à produção, na maioria dos casos — inclusive nos mais prósperos países e regiões — a categoria que mais cresce em valores absolutos é o emprego de baixa qualificação, com escassas exigências de formação, de caráter precário ou autônomo, o que permite falar em um processo de dualização ocupacional.

No caso brasileiro e do ponto de vista da presente análise, as grandes empresas verticalmente integradas estão sendo levadas, pela pressão do mercado, a se separar das atividades complementares que exerciam, para comprá-las no mercado concorrencial a menor preço. Assim, tais atividades passam a ser exercidas por pequenos empresários, trabalhadores autônomos, cooperativas de produção etc, o que transforma um certo número de postos de trabalho de empregos formais em ocupações, que deixam de oferecer as garantias e os direitos habituais. A expressão precarização do trabalho descreve adequadamente o que está ocorrendo, pois, como afirma Singer, "o emprego estável só será assegurado a um núcleo de trabalhadores de difícil substituição em função de suas qualificações, de sua experiência e de suas responsabilidades".⁶

Algumas grandes áreas metropolitanas, tanto nos países centrais quanto nos periféricos, não são apenas centros de funções econômicas de alto nível, mas igualmente centros que vivem do trabalho clandestino e mal-remunerado, alimentados por uma mão-de-obra migrante. Em consequência, dentro das áreas metropolitanas coexistem tendências contrastantes e espaços que evidenciam trajetórias opostas: a espaços fabris degradados se contrapõem novas paisagens empresariais de fisionomia bastante distinta da tradicional. Portanto, o processo de transformação que as grandes cidades e metrópoles vêm experimentando é altamente complexo, pois esses espaços ainda reúnem as maiores vantagens competitivas: centros de pesquisa e de formação superior, amplos mercados de consumo e de trabalho, boa comunicação com redes internacionais, presença das sedes sociais das grandes empresas.

Reconhece-se hoje a existência de formas heterogêneas de inserção no mercado de trabalho que já não poderiam mais ser captadas adequadamente através do mero enquadramento tradicional entre "formal x informal". Entretanto, para a maioria dos estudiosos do tema, o contrato formal de trabalho é considerado "melhor" do que o assalariamento informal porque proporciona a quem o tem um conjunto de proteções e benefícios.⁷

Assim, a análise do comportamento do emprego formal metropolitano é relevante, uma vez que o seu declínio indica que um vasto segmento de trabalhadores antes pertencentes aos quadros permanentes das empresas vem passando para

um reservatório mal-pago e mal-organizado de trabalhadores, com as correspondentes conseqüências negativas para a vida na metrópole.

As mudanças observadas no emprego metropolitano

A montagem das regiões metropolitanas baseou-se no documento "Relação dos Municípios das Regiões Metropolitanas", da Fundação IBGE,⁸ sendo mantida a mesma composição territorial nos anos do período analisado, de modo a não alterar a base geográfica de análise.

Caracterizar e medir o tamanho do desemprego no Brasil não é tarefa simples, pois não há homogeneidade entre as metodologias adotadas. O IBGE, por meio da Pesquisa Mensal de Emprego — PME — procura acompanhar o desemprego em seis regiões metropolitanas mas só considera desempregado o trabalhador que além de ter procurado emprego durante o período de referência da pesquisa, se encontrava apto ao exercício imediato de uma vaga, sem ter trabalhado nem mesmo uma hora durante a semana da pesquisa. Assim, aquele que exerceu qualquer trabalho por mais de 60 minutos, durante o período da pesquisa, passa a ser considerado "ocupado". Desse modo, é incontestável que há uma subavaliação do desemprego no país.

Utiliza-se os dados que constam da Relação Anual de Informações Sociais - RAIS, Ministério do Trabalho, referentes ao período de 1989 a 1998, último ano sobre o qual se dispõe de informações.⁹

A RAIS levanta toda a informação relativa ao mercado de trabalho formal brasileiro. Os dados englobam um volume de 30 a 45 milhões de registros de trabalhadores por ano e de quatro a sete milhões de estabelecimentos informantes.¹⁰

No Quadro 1 são apresentados os postos de trabalho por setores da atividade econômica e é possível aquilatar as diferentes magnitudes das regiões metropolitanas analisadas. Por sua vez, os dados contidos no Quadro 2 indicam as mudanças que ocorreram no período analisado.

É inequívoco que os dados apresentados indicam que a indústria de transformação, no período estudado, perde importância como mercado de trabalho não só nas metrópoles estudadas, mas também no Brasil como um todo, e que somente as Regiões Metropolitanas de São Paulo e do Rio de Janeiro perdem, no período, mais de um milhão de postos de trabalho nesse setor. Contrariamente, o setor Serviços apresenta crescimento em todas as regiões metropolitanas, mas, ainda que se lhe agreguem os dados referentes ao do setor Comércio, perfazendo um total de 296.101 novos postos de trabalho no período, esse acréscimo é enormemente inferior à quantidade das perdas observadas na indústria.

O Quadro 1 evidencia também a marcante diferença de porte entre as regiões metropolitanas: Fortaleza detém cerca de 10% dos postos de trabalho existentes na Região Metropolitana de São Paulo. Contudo, é a região metropolitana que mostra a menor queda na oferta do emprego industrial no período e a única que apresenta incremento na oferta global de postos de trabalho.

Esse desempenho favorável da Região Metropolitana de Fortaleza deriva do fato de o Ceará perfilar-se entre os estados que mais se desenvolvem no país e, de 1990 para cá, apresentar crescimento de 6,5% anuais, superior a mais do dobro da média nacional. A crescente busca de competitividade internacional assumida pela política econômica brasileira transformou o Ceará em excelente opção locacional, pois para quem quer exportar são menos três dias de navio até a Europa ou aos Estados Unidos, em comparação ao Sul. Além do mais, os baixos custos salariais vigentes em todo o Nordeste, vêm funcionando como grande atrativo aos setores que empregam mão-de-obra de forma intensiva. Não por acaso o Ceará constitui o segundo parque têxtil do país, responsável por 17% da produção nacional, e para quem se instala no interior há ainda o benefício de prazos mais largos para o recolhimento do ICMS.¹¹

O crescimento do estado, baseado em indústrias tradicionais e em baixos salários, do modo como vem se realizando, leva alguns críticos a afirmar que "no Ceará só se cria emprego de salário-mínimo." No entanto, o aumento da massa salarial tem gerado novas oportunidades de investimento nos setores não só industriais como nos de serviços e em infra-estrutura, o que tem promovido melhorias marcantes nos índices sociais e na disponibilidade de infra-estrutura. Como as fábricas instaladas são novas, modernas e mais produtivas, o estado garantirá alguma vantagem no cenário competitivo da atualidade.

Quando o foco de análise desloca-se para a Região Metropolitana do Rio de Janeiro, é inequívoco que os dados indicam a perda de sua importância como mercado de trabalho (menos 371.061 postos), o que, seguramente, vem contribuindo para a queda na qualidade da vida metropolitana. Todavia, no quadro metropolitano brasileiro, o lugar da Região Metropolitana do Rio de Janeiro é dos mais controvertidos. Os municípios que a compõem apresentam extrema heterogeneidade, variando desde o situado em quarto lugar em qualidade de vida do país até os nacional e internacionalmente conhecidos pela violência a que suas populações estão expostas.

O Rio, ao desindustrializar-se, não se converteu numa cidade de serviços, mesmo que nela tenham permanecido as sedes das grandes empresas estatais, do Banco do Brasil e do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social. Assim, a instalação do Teleporto e as obras do Parque Tecnológico de Xerém, investimentos compatíveis com a nova dinâmica econômica da era da competitividade globalizada, contrastam com os "cinturões de ferrugem" da periferia metropolitana, onde habitações de baixa renda convivem lado a lado com indústrias decadentes.

Contudo, a economia fluminense vem experimentando um novo ciclo de investimentos que tem no petróleo seu grande

ponto de apoio, e as grandes empresas petrolíferas elegeram a cidade do Rio de Janeiro como sede de seus escritórios no Brasil. Encontra-se em fase de montagem o pólo gás-químico, em Duque de Caxias, na região metropolitana, e, além disso, a cidade do Rio de Janeiro tornou-se um pólo de telefonia e a principal fornecedora de componentes para o setor. Desse modo, as perspectivas de recuperação podem deixar de ser uma promessa e tornar-se realidade.

Embora os efeitos das mudanças sobre o nível do emprego sejam devastadores para o conjunto das metrópoles analisadas, são mais profundos sobre o núcleo da estrutura industrial brasileira, localizado na Região Metropolitana de São Paulo: a perda de postos de trabalho nessa região, somente na indústria, foi de 830.408 postos. Portanto, a soma dos postos de trabalho (516.736) no setor industrial existentes nas demais metrópoles em 1998 não suplanta a perda ocorrida na metrópole paulista.

Mesmo assim, a Região Metropolitana de São Paulo continua na liderança da produção industrial brasileira, mas começa a dividir a posição não só com o interior do estado, já há algum tempo o segundo parque industrial do país, como também com outras regiões metropolitanas. Nesse movimento, configura-se um novo mapa locacional, em que a unidade fabril muda de endereço, enquanto a gestão permanece na cidade de São Paulo. A eliminação de 830.408 postos de trabalho do setor industrial não significaria, necessariamente, sua entrada em uma fase de "declínio", mas, ao contrário, decorreria de um processo de transformação. A uma infra-estrutura incomparável, São Paulo junta o diferencial da alta qualidade do ensino e da formação de mão-de-obra, o que ajuda a explicar o fato de o estado continuar sendo o principal foco de atração de projetos em áreas de alta tecnologia.¹²

A metrópole paulista estaria, portanto, ultrapassando suas bases industriais e entrando numa fase pós-industrial, ao sediar os serviços de ordem superior, os escritórios centrais das grandes empresas, os centros de pesquisa e de formação superior, enfim, o novo poder de comando da economia brasileira.

Quanto à Região Metropolitana de Porto Alegre, cabe assinalar que vem atravessando mudanças profundas em sua estrutura industrial, pois o Rio Grande do Sul, estado caracterizado pela prevalência da pequena e da média empresa, praticamente sem multinacionais e sem grandes empresas públicas, passa a receber investimentos em novos setores. Assim, sua região metropolitana começa a abrigar montadoras de veículos, fábricas de pneus e pesadas ampliações no setor químico com a duplicação do III Pólo Petroquímico e da refinaria Alberto Pasqualini.

Esses investimentos provocam uma "descontinuidade" na evolução econômica da região e se a isso somar-se a implantação do Mercosul, que vem definindo uma tendência de "arrasto" dos novos investimentos para o espaço ao sul de São Paulo, compreende-se o quadro contraditório retratado no crescimento, mas também na queda do emprego nessa região metropolitana.

As mudanças ocupacionais

Os Quadros 3 e 4 permitem uma outra visão sobre o tema: neles são apresentados os dados sobre o emprego, segundo sua classificação por ocupação.

O que de imediato chama a atenção (Quadro 4) é a assustadora queda dos postos de trabalho nas atividades Técnicas e de Produção, que no período perderam respectivamente 219.169 e 959.266 postos.

A base da explicação para esse comportamento é a passagem de funções especializadas para funções de múltiplas tarefas, pois nas empresas organizadas segundo os princípios da gerência científica, característica da Segunda Revolução Industrial, as tarefas parciais são distribuídas por funcionários extremamente especializados em desenvolver funções específicas, agrupados em seções e departamentos separados uns dos outros. O funcionamento e a gestão desse sistema de trabalho e dessa massa de funcionários requerem um expressivo contingente de supervisores, chefes e subchefes, assistentes, gerentes etc., que conferem unidade ao conjunto dos trabalhos atomizados. Com a introdução da informatização, o fluxo das medidas administrativas decorrentes das ações primárias nas áreas de produção, de vendas, de investimentos etc, torna redundante o imenso contingente de funcionários envolvidos com essas atividades. O esvaziamento da base do trabalho administrativo torna desnecessária a antiga estrutura de gestão, e, dessa forma, o encolhimento avança pela gestão intermediária, geralmente exercida pelo corpo técnico.

Do mesmo modo, a automação das funções produtivas, que reorganiza e suprime postos de trabalho no "chão de fábrica", explica parcialmente o avantajado corte das funções na Produção. Sem dúvida, entretanto, causas econômicas mais gerais encontram-se na base desses cortes.

Não será possível tecer comentários sobre a categoria Gestão Superior, pois o erro existente no registro desse item para a Região Metropolitana de São Paulo, em princípio onde as variações seriam mais significativas, inviabiliza qualquer consideração.

Dado o vertiginoso crescimento das Atividades de Apoio, pode-se concluir que as ocupações profissionais mais concorridas no Brasil durante os anos 1990 não são as que poderiam ser identificadas como ocupações modernas.¹³

Embora seja cedo para uma avaliação sobre as novas formas de gestão da produção e de organização do trabalho, as análises mais recentes revelam novos e crescentes tipos de problemas. A crença de que a adoção de tecnologias sofisticadas e das novas formas de gestão da produção, ao exigir o maior envolvimento do trabalhador com as metas e os resultados das empresas, assim como a maior disponibilidade de postos de trabalho sem funções repetitivas, indicariam que os tempos mais duros das tarefas ocupacionais estariam desaparecendo vem gradualmente dando lugar

a um crescente pessimismo. O maior ritmo do trabalho e a desilusão operária com a progressiva concorrência intragrupo, bem como a transferência dos tradicionais mecanismos de controle direto — constante presença da supervisão, cartão de ponto, conteúdos rígidos de funções — para regras de cooptação ("metas de produção", "fiscalização pela qualidade total", "zero defeito"), não têm implicado o desaparecimento das tensões e lesões, mas apenas sua modificação.

Concluindo

Como ficou claro, o ambiente econômico brasileiro sofre grandes mudanças no período analisado. No conjunto das regiões metropolitanas estudadas foi extinto, apenas na indústria, cerca de um milhão de postos de trabalho formal. Desse modo, o emprego deixa de ser uma referência estável e uma garantia de integração à sociedade, o que permite afirmar que a grande transformação ocorrida nesses anos se traduz na substituição de assalariados majoritariamente protegidos por assalariados cada vez mais fragilizados, ameaçados pelo desemprego.

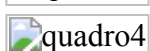
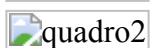
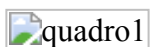
A década de 1990 foi também um período de mudança na composição setorial do mercado de trabalho. Boa parte da absorção de mão-de-obra foi devida ao setor serviços, simultânea à redução do emprego no setor manufatureiro.

O emprego assalariado formal representa o que de melhor o capitalismo brasileiro tem constituído para a sua classe trabalhadora, pois vem acompanhado de um conjunto de normas de proteção social e trabalhista. A sua redução absoluta e relativa, nos anos 1990, conforme os dados apresentados ilustram, combinada com a pressão que a população economicamente ativa continuará a exercer sobre o mercado de trabalho, leva a concluir que ocorrerá um aumento considerável do desemprego e da precarização das relações de trabalho.

Os responsáveis pela política econômica tentaram, inicialmente, ignorar a importância desse desemprego. Quando não se tornou mais possível desconhecer a profundidade e a extensão do fenômeno, tentaram atribuí-lo à legislação trabalhista brasileira e à desqualificação de nossa força de trabalho. Essa legislação passa então a ser considerada pelos mentores das políticas econômicas como extremamente rígida e demasiadamente protetora da força de trabalho: era preciso desregular. Com isso, as políticas de combate ao desemprego ficam restritas ao campo da desregulamentação do trabalho, ou seja, da flexibilização das regras que regem a contratação, o uso, a remuneração e a dispensa da força de trabalho.¹⁴

No passado, aqueles que estiveram à frente de lutas operárias eram explorados, mas não eram inúteis, tanto que, em parte, devido a essas lutas o sistema de proteção ao trabalho foi implantado. Na atual fase, o medo de perder o emprego dos que estão trabalhando e a impossibilidade de (re)integração de grande parte da população economicamente ativa põem esse "excedente de mão-de-obra" em situação desesperadora, pois a importância do trabalho nunca é tão grande como quando não se tem trabalho.

Os dados para 2000 e as projeções para 2001 parecem indicar que os tempos mais duros já foram ultrapassados: prevê-se uma recuperação no que respeita tanto ao potencial de investimentos quanto ao crescimento da oferta de empregos. A produção industrial vem dando mostras de recuperação, e alguns setores da economia brasileira já apresentam um padrão considerado "internacionalizado". Segundo dados da Confederação Nacional da Indústria,¹⁵ a utilização da capacidade instalada atingiu 82%, o maior índice dos últimos oito anos. Esse alto comprometimento deve resultar em mais investimentos, embora essa nova safra de investimentos não seja promissora quanto à geração de empregos. Como afirma Milton Santos: "Vivemos num mundo confuso e confusamente percebido. Agora que estamos descobrindo o sentido de nossa presença no planeta, pode-se dizer que uma história universal verdadeiramente humana está, finalmente, começando. A mesma materialidade atualmente utilizada para construir um mundo confuso e perverso pode vir a ser a condição da construção de um mundo mais humano."¹⁶



Notas

1 POCHMANN, Marcio. O emprego na globalização. São Paulo: Boitempo Editorial. 2001. p. 9.

2 Id. ibid., p. 97.

3 PESQUISA Nacional por Amostra de Domicílios: síntese de indicadores 1999. Rio de Janeiro: IBGE, 2000. 214 p. Tab. Graf. Inclui 1 CD-ROM.

4 CLARK, Colin. The condition of economic progress. London: MacMillan, 1940. p. 52.

5 Ver, a respeito desse ponto, DEL RIO, C.; QUADRADO, J.R. La importancia de los servicios a la producción en la nueva política regional. In: CURBELO, J. L. Territorios en Transformación: análisis y propuestas. Madrid: Fondo Europeo de Desarrollo Regional/CSIC, 1994.

6 Sobre os conceitos de emprego/ocupação/precarização ver os textos de SINGER, Paul. Globalização e desemprego: diagnóstico e alternativas. São Paulo: Contexto, 1998 e MATTOSO, Jorge Eduardo; OLIVEIRA, Carlos Alonso. (Org.). Crise e trabalho no Brasil: modernidade ou volta ao passado? São Paulo: Scritta, 1996.

7 Nos últimos anos, a discussão sobre a dinâmica e a estrutura do mercado de trabalho extrapola os termos que dominaram o debate nos anos 1970. As novas condições dos mercados de trabalho urbanos não são mais explicáveis e/ou mensuráveis pelos critérios adotados tradicionalmente com base nas diretrizes estabelecidas pela Organização Internacional do Trabalho durante os anos 1950-1970 e estão exigindo a construção de novos indicadores.

8 "Relação dos Municípios das Regiões Metropolitanas", da Fundação IBGE.

9 BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. Secretaria de Políticas de Emprego e Salário. Manual de orientação da RAIS-Relação Anual de Informações Sociais: ano-base 1989-1998. Brasília, 1989-1998.

10 Id. *ibid.*

11 Os produtos cearenses são de menor valor agregado. O preço médio das exportações cearenses em 1997, por exemplo, ficou em US\$ 3,59 o par, enquanto no Rio Grande do Sul, responsável por 88% das exportações, atingiu a marca de US\$ 11,60 o par. Revista Exame, n. 673, 21 out., 1998.

12 São Paulo tem diferenciais imbatíveis nas áreas de infra-estrutura. Dispõe de 26.000 km de rodovias asfaltadas, das quais 70% são de responsabilidade do governo estadual; 600 km do gasoduto Brasil-Bolívia passarão por 67 municípios paulistas, o que facilitará a instalação de indústrias interessadas em usar essa fonte barata de energia. A hidrovía Tietê-Paraná vai beneficiar mais 120 municípios, que devem estruturar-se como pólos agrícolas ou industriais.

13 Singer afirma que hoje no Brasil o exército de reserva é mais terciário do que industrial e não se compõe apenas dos que são vítimas do desemprego aberto (aqueles que estão ativamente procurando emprego), mas dos socialmente excluídos, que se sustentam por meio de ocupações precárias e que são candidatos potenciais a empregos no setor formal da economia.

14 Os diagnósticos oficiais procuram minimizar as adversas relações salariais vigentes no Brasil por meio de uma verdadeira apologia da informalidade, como é o caso de Edward Amadeo, especialista em economia do trabalho e Ministro do Trabalho entre março de 1998 e janeiro de 1999, que em entrevista à Revista Veja de 15/4/98 afirma: "Quem vende uma mercadoria no sinal de trânsito não tem um emprego convencional, mas tem um trabalho e, portanto, uma renda. Não estou dizendo que isso é o ideal, mas quero deixar claro que o Brasil tem essa capacidade de se adaptar a coisas novas."

15 Jornal do Brasil, 15 de março de 2001.

16 SANTOS, Milton. Por uma outra globalização. Rio de Janeiro: Record, 2000. p.174.

EDUCAÇÃO PROFISSIONAL

O Banco Mundial e a Educação Profissional

Ramon de Oliveira*

* Ramon de Oliveira é professor do Departamento de Fundamentos Sócio-Filosóficos da Educação da UFPE e doutor em educação pela UFF.

E-mail - ramono@elogica.com.br.

A preocupação do Banco Mundial com o ensino profissionalizante remonta há mais de duas décadas e, em muitos momentos, dentre seus projetos educacionais, esta modalidade gozou de uma maior participação na soma total de recursos a eles destinados. Entre os anos de 1963 e 1976, os investimentos na área de educação profissionalizante chegaram a ocupar o percentual de 62% dos projetos ligados ao setor de educação, crescendo de 6,6 milhões de dólares, em 1963, para 150 milhões em 1976 (Middleton).¹

Mesmo tendo havido por parte do Banco Mundial uma maior destinação de recursos para a educação primária, em números absolutos a educação profissionalizante manteve-se em alta. O cume ocorreu no ano de 1980, quando chegou ao montante de 845 milhões de dólares e, depois, manteve uma média anual em torno de 500 milhões (Middleton).²

A preocupação do Banco Mundial com a educação profissionalizante justifica-se, dentre outros fatores, pela necessidade das economias em desenvolvimento disporem de uma mão-de-obra flexível, capaz de adequar-se às mudanças ocorridas no mundo do trabalho. Para o Banco Mundial, o investimento na qualificação dos trabalhadores é tão necessário quanto o maior investimento de capitais em áreas fundamentais ao desenvolvimento econômico (World Bank).³

Para as economias em desenvolvimento atingirem um maior nível de competitividade no cenário internacional, o Banco Mundial recomenda ações que conjuguem esforços de vários setores da sociedade no processo de qualificação profissional. Deve haver uma participação do poder público e da iniciativa privada no desenvolvimento de melhores estratégias que garantam aos trabalhadores maior aptidão para acompanharem as mudanças atuais (World Bank).⁴

Mesmo admitindo a importância da educação profissional, o Banco Mundial ressalta que só em situações nas quais os indivíduos não possam financiar o seu próprio treinamento, caberá ao Estado intervir, garantindo a formação dos mesmos. Outro caso no qual se admite a necessidade de intervenção do Estado refere-se às situações nas quais a própria iniciativa privada não tenha condições de atender às demandas existentes. Em sendo assim, o Estado deve colaborar com a iniciativa privada, garantindo as condições para que a mesma possa oferecer uma formação eficiente aos aprendizes. O terceiro caso no qual justifica-se a intervenção do poder público ocorre da necessária garantia de uma nova formação aos trabalhadores desempregados, em virtude das mudanças ocorridas na economia. Nesse, é preciso que o Estado seja eficiente, para que aqueles trabalhadores possam encontrar um novo emprego.

Entre estas ações, o Banco Mundial destaca uma política de criação de novos empregos, de apoio ao trabalho autônomo, um sistema de informação para que os trabalhadores possam localizar um novo emprego e um programa de renda paralelo à procura de um novo trabalho. Por serem programas custosos para o Estado, recomenda-se que o processo de treinamento tenha a menor duração possível, permitindo, em breve espaço de tempo, uma nova colocação do trabalhador no mercado de trabalho.

O descontentamento do Banco Mundial com a interferência do poder público em projetos de qualificação decorre da incapacidade de adequação às mudanças ocorridas no mundo do trabalho. Saliencia que cursos longos, com duração variando entre três e cinco anos, não são adequadas às necessidades atuais (Middleton).⁵

O planejamento rígido, a inadequação dos financiamentos e a impropriedade dos objetivos traçados mostram-se muito mais evidentes no momento atual quando, em função das mudanças no mundo do trabalho, há um rápido deslocamento de trabalhadores de suas antigas funções, ocasionado pela redução dos postos de trabalho. Em virtude de as instituições públicas não estabelecerem um processo competitivo com a iniciativa privada e de não poderem cobrar taxas pelos seus serviços, dificultam seu financiamento pelo Estado e, conseqüentemente, suas ações não têm grandes efeitos na recolocação de trabalhadores no mercado de trabalho (World Bank).⁶

Por outro lado, o Banco Mundial entende que a preocupação com a educação profissionalizante não descarta a necessidade da melhoria da qualidade da educação secundária.⁷ Ele considera que os alunos com melhor formação secundária dispõem de melhores condições para receberem treinamento e competirem no mercado de trabalho (World Bank).⁸

Para o Banco Mundial, o maior investimento em educação primária e secundária gera benefícios à sociedade, produz um aumento da produtividade do sistema econômico, além de permitir, aos setores economicamente em desvantagem, um maior acesso a novos treinamentos para, futuramente, desenvolverem uma atividade econômica (World Bank).⁹

Segundo o Banco Mundial, embora tenham ampla importância a educação primária e secundária, bem como a educação

profissionalizante, estas não devem estar articuladas. Ou seja, os resultados da educação profissionalizante podem ser muito melhores se esta não estiver sendo ministrada nos espaços de educação formal. Para ele, a educação profissionalizante necessita de um modelo flexível e, em sendo ministrada em instituições que detenham certa autonomia, poderá direcionar suas atividades considerando o movimento econômico (World Bank).¹⁰ Neste sentido, recomenda que as instituições responsáveis por este tipo de formação estejam fora do raio de ação dos ministérios da educação, não obstante admita que escolas técnicas especializadas possam ficar sob responsabilidade desses ministérios, caso sejam modificados seus entraves burocráticos, criando, assim, uma maior flexibilidade no sistema. Nessa circunstância, é recomendável que a educação profissional seja ministrada após o término do ensino secundário. Isto permitirá que os estudantes possam, realmente, escolher uma profissão no momento em que estejam próximos de entrar no mercado de trabalho, visto estarem mais maduros para fazê-lo e serem mais capazes de avaliar esta escolha em função do movimento do mercado (Banco Mundial).¹¹

A recomendação de que o ensino profissionalizante deixe de ser ministrado durante o ensino secundário objetiva diminuir os custos na educação. De acordo com o Banco Mundial, os projetos de educação profissionalizante mostraram-se economicamente deficientes em comparação ao ensino geral. Além deste aspecto, colocou-se contrariamente à manutenção das escolas profissionalizantes de ensino secundário, por entender que o ensino de cunho mais específico deva ficar a cargo do ensino superior. Contudo, admitiu a possibilidade de esta formação específica realizar-se em cursos pós-secundários (Middleton).¹²

Contrário à existência de escolas secundárias profissionalizantes, o Banco Mundial recomenda às mesmas tornarem-se centros informais de educação profissional ou instituições secundárias de educação geral (Middleton).¹³

Buscando a melhor eficiência das instituições públicas de treinamento, o Banco Mundial recomenda como uma forma de se diminuírem os gastos nessa área e com uma maior qualidade — a diminuição do tempo destinado à formação final do trabalhador, bem como a melhor utilização das instalações e equipamentos existentes. Nesta lógica, recomenda que a formação profissional deva ser realizada em atividades modulares, pois, no seu entender, isto permitirá que os indivíduos possam, a qualquer momento, entrar no mercado de trabalho e continuar seu processo formativo, principalmente, pela realização de cursos no horário noturno (Banco Mundial).¹⁴

O Banco Mundial não vê sentido na formação de um grande número de trabalhadores, sem considerar as necessidades do mercado. Não aconselha o desenvolvimento de uma ampla ação de treinamento profissional para criar uma massa de trabalhadores qualificados em quaisquer áreas, visando atrair os empresários industriais. Na sua concepção, o importante para os cursos profissionalizantes é garantir uma formação em atividades que estejam, no imediato, sendo requisitadas pelo mercado. A formação específica, com longa duração, só deve ser desenvolvida em atividades com grau de cientificidade maior ou em áreas geográficas nas quais se tenha certeza que os formandos serão utilizados pelas indústrias ali instaladas (World Bank).¹⁵

Quanto à diminuição dos custos no processo de formação profissionalizante, o Banco Mundial entende que esta atividade formativa, ao promover um retorno individual, pode ter seus custos naturalmente divididos entre seus participantes. Como forma de evitar que os estudantes mais carentes sejam marginalizados em virtude da cobrança de taxas, o Banco Mundial entende ser perfeitamente aceitável que o governo subsidie a formação dos estudantes mais carentes. Uma outra forma de recompor os gastos nesta atividade formativa é a venda de serviços à comunidade por parte das próprias instituições formadoras (World Bank;¹⁶ Middleton¹⁷).

Embora sua posição seja, em larga medida, de apoio às iniciativas que visem privatizar a educação profissionalizante, o Banco Mundial reconhece que em países pobres e pequenos não é possível deixar por conta da iniciativa privada esta responsabilidade, sendo ainda necessário que o Estado se responsabilize pela mesma (Middleton).¹⁸

Para o Banco Mundial, o melhor avaliador e orientador dos recursos humanos para o desenvolvimento econômico é o próprio empresariado. Argumenta ser obsoleta a intervenção estatal na formação profissionalizante, em virtude de direcionar seu processo de formação alheio às necessidades reais do mercado. Desta forma, a melhor maneira de estimular e garantir que a formação de recursos humanos seja apropriada aos interesses do empresariado é assegurar-lhes o controle da formação de novos trabalhadores.

Em geral, o treinamento proporcionado por iniciativa da empresa é o meio de maior custo/eficiência para o desenvolvimento das aptidões dos trabalhadores. Em comparação, na maioria dos países, o treinamento proporcionado pelo governo em centros estatais e especialmente o ensino profissionalizante revelaram-se caros e em muitos casos dotaram os participantes de pouco mais do que algumas aptidões comerciáveis. Seria preciso encontrar fórmulas para reorientar as instituições públicas de treinamento, em atenção às demandas dos consumidores e do mercado. Muitas vezes, a melhor maneira de fazer isso consiste em transferir o financiamento público daqueles que proporcionam treinamento para o lado da demanda do mercado, possibilitando à população-alvo de trabalhadores comprar treinamento num ambiente onde existe concorrência entre fornecedores alternativos (Banco Mundial).¹⁹

Deixando mais explícita a sua posição contrária à intervenção estatal na formação profissionalizante e, ao mesmo tempo, tornando claro que o Estado deve selecionar as áreas da educação nas quais deve atuar, o Banco Mundial elegeu o ensino primário como o momento da vida escolar a ser privilegiado, por ele proporcionar a aquisição dos conteúdos básicos à elevação do status social dos indivíduos em estado de pobreza.

Na educação primária, geralmente faz sentido o ensino público e gratuito, para fazer avançar a sociedade em geral e dar cobertura aos pobres. Contudo, para a maioria dos demais programas de recursos humanos, via de regra não se justifica o ensino gratuito. Especialmente na área de treinamento, os governos devem concentrar-se mais no financiamento e menos na produção. A intervenção governamental, seja qual for a sua forma, deve evitar o favorecimento de alguns privilegiados. A prioridade mais alta deve ser dada ao investimento na população infantil, porque a sua saúde, nutrição e educação básica constituem os alicerces do futuro de uma nação (Banco Mundial).²⁰

Se por um lado tal proposta representa um processo de diminuição do investimento estatal na educação, por outro, expressa a própria aceitação, por parte do Banco, da incapacidade da educação de produzir um retorno econômico e social àquelas nações que direcionaram forte atenção para este ramo do ensino. No Brasil, por exemplo, ficou evidente que as mudanças provocadas pela Lei 5692/71²¹ não produziram, em momento algum, benefícios para os estudantes que passaram a ter uma formação especializada, em detrimento de uma formação mais geral. Muito pelo contrário, como destacou Saviani,²² aumentou ainda mais a diferença entre a qualidade da escola pública e da escola particular.

Entretanto, esta constatação não deveria levar a uma retirada desta modalidade do ensino da responsabilidade estatal. Faz-se necessário, como já foi demonstrado por vários trabalhos que analisam a relação educação e trabalho (Kuenzer,²³ Zibas,²⁴ Frigotto,²⁵ Franco,²⁶ entre outros), repensar o ensino de nível médio garantindo, no seu interior, a articulação entre o saber prático e o saber teórico.

Se a tentativa de descentralizar a gestão educacional é um dos mecanismos próprios à melhoria da qualidade da educação e vem encontrando ampla aceitação no interior dos países latino-americanos, absorção não inferior pode ser percebida nas políticas para o ensino médio profissionalizante. Segundo Lauglo²⁷, o Banco Mundial, ao rejeitar a idéia de uma formação especializada no ensino médio e apontar como saída um maior envolvimento da iniciativa privada, impõe para algumas nações o desmonte de experiências que historicamente vêm tendo um bom desempenho.

Sobre esta mudança de concepção do ensino médio e sua inserção nas políticas educacionais de alguns países latino-americanos, Lauglo faz o seguinte comentário:

Uma política prudente para o Banco seria manter-se afastado de qualquer firme generalização internacional sobre as falhas do treinamento profissionalizante em escolas públicas. Deveria ter insistido na criação de políticas para esse subsetor mais adaptadas aos diferentes contextos. Deveria ter confiado menos nos dados sobre os problemas registrados nas escolas profissionais públicas nos países africanos. Da mesma forma, deveria também dar menos crédito a evidências de padrões gerais dos muitos estudos sobre taxas de retorno.²⁸

Na avaliação das reformas educacionais em desenvolvimento na América Latina, Carnoy e Castro²⁹ verificam que a grande maioria dos países analisados tende a acelerar o processo de privatização no nível médio — sob o discurso da descentralização e da competência do empresariado —, para garantir a formação profissional. Ainda segundo esses autores, pode ser constatado que, na maioria dos casos, a redução dos gastos públicos é o elemento central destas reformas. Conseqüentemente, observa-se um conjunto enorme de debilidades, principalmente no que diz respeito à redução salarial dos professores. A possibilidade de expansão e democratização do acesso a este nível de ensino tem como maior adversário o processo de reestruturação econômica, implementado pelos governos neoliberais que seguem acriticamente ou subservientemente o receituário do Banco Mundial e do FMI³⁰ (Chossudovsky).³¹

Neste sentido, toda a discussão referente ao avanço do neoliberalismo e da participação do Banco Mundial na educação expressa, na prática, a compreensão de que a condução das políticas educacionais orientada por esta instituição, de modo algum aponta para a construção de uma nova realidade educacional nos países em desenvolvimento. Muito pelo contrário, o que se vislumbra para um futuro não muito distante é que outros países, como o Brasil, acentuem mais ainda a situação negativa das suas realidades educacionais.

Embora neste artigo dediquemos nossa atenção às ações do Banco Mundial, é necessário destacar a importância que o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) vem tendo na implementação das reformas educacionais no interior da América Latina. Neste sentido, cremos ser importante fazer alguns registros do proposto por essa instituição para a educação profissional.

Ainda que o BID não goze de um prestígio semelhante ao Banco Mundial, não podemos deixar de reconhecer que, por sua íntima vinculação com este, tem uma expressiva intervenção na atual política educacional brasileira.

Principal financiador do PROEP,³² o BID ressalta como primeira condição para que as políticas de capacitação profissional logrem resultado o fato de o Estado articulá-las às políticas de criação de empregos, uma vez que a capacitação profissional deve estar intimamente vinculada ao atendimento das demandas do mercado. Para ele, além de a capacitação profissional não gerar emprego, sua validação só tem sentido se os egressos de cursos de capacitação ingressarem no mercado, fato que só pode ser concretizado com a existência de uma oferta de empregos (BID).³³

Para o Banco Interamericano, ainda que se reconheça a existência de experiências tradicionais e de qualidade na formação profissional na América Latina — destacando-se o Sistema S no Brasil —, o momento atual impõe a necessidade de muitas destas instituições reformularem-se para atender às novas exigências do mercado de trabalho. Desta forma, o Banco recomenda que os seus financiamentos de política devem direcionar-se para reformas nos sistemas de capacitação profissional existentes, principalmente se forem observadas as distorções tanto no que se

refere aos custos para a manutenção do sistema, como sua adequação às novas exigências do setor produtivo. Este seu posicionamento pode ser expresso quando faz referência à educação profissional brasileira:

La educación técnica y profesional ofrecida por el sistema público, es decir por las escuelas federales y estatales, posee una estructura rígida en la oferta de habilitaciones y certificaciones, poco articulada con el sistema productivo. Adicionalmente, las escuelas federales son criticadas por ser excesivamente caras, con un costo promedio posiblemente superior a US\$ 5.000 por alumno por año, y por haber desviado su función: a través de los años se han convertido en centros académicos de excelencia que principalmente atienden a las élites locales, con más del 50% de los egresados continuando a universidades. Su profesorado pertenece a la Asociación Nacional de Enseñanza Superior (ANDES), con una remuneración considerablemente superior a la de los profesores pertenecientes a los sistemas estatales. En el caso de las escuelas estatales la mayoría de éstas cuenta con recursos escasos y ofrecen una educación de calidad deficiente (BID).³⁴

Sabemos que durante as décadas de 60 e 70, a educação profissional foi privilegiada pelo Banco Mundial, tendo sido as escolas técnicas federais e as escolas agrotécnicas diretamente financiadas por ele. O Banco Interamericano agiu da mesma forma. Entretanto, ambas as instituições, ao deslocarem sua preocupação da área de ensino profissionalizante, apontam para a necessidade de as atividades de qualificação profissional serem, na maioria dos casos, pagas pelos indivíduos ou que saiam do raio de atuação direta do poder público, ainda que este assumira sua coordenação. O caso do PLANFOR³⁵, é um bom exemplo do modelo proposto por estes dois bancos.

Para o BID, as escolas técnicas mostraram mais defeitos do que resultados positivos. As mesmas não cumpriram, com eficiência, sua função formativa para ingresso imediato no mercado de trabalho, já que a maioria de seus egressos direcionaram-se para a continuidade dos estudos, via entrada no ensino superior. Ou seja, para o Banco Interamericano, a ambigüidade destas escolas — ao articularem ensino secundário com ensino profissionalizante —, termina por diluir seus esforços, não alcançando eficientemente nenhum dos objetivos traçados (BID).³⁶

A separação entre ensino secundário e formação profissionalizante — remetendo para a atividade pós-secundária à formação profissional — passa a ser para o BID o princípio norteador de suas políticas na área de qualificação profissional. Tomando como exemplo os projetos desenvolvidos no Brasil e na Argentina — aprovados em 1997 —, o Banco Interamericano acredita agora estar dando passos significativos para tornar a capacitação profissional atenta aos interesses de mercado (BID).³⁷ Ao mesmo tempo, entende que projetos como estes estão inseridos numa estratégia maior, da reconfiguração do ensino secundário. Neste sentido, sugere retirar do âmbito do Ministério da Educação a responsabilidade direta por estas atividades, posicionamento que, como vimos anteriormente, é defendido pelo Banco Mundial.

La nueva orientación propuesta por la estrategia de educación primaria y secundaria y reiterada en el presente documento es abandonar la vieja línea de las escuelas técnicas y explorar todas las nuevas alternativas que quitan a la educación secundaria académica la tarea de la preparación para ocupaciones específicas. De acuerdo con este criterio, los préstamos del Banco financian la reforma de la capacitación dentro del contexto más amplio de la reforma de la enseñanza secundaria. Estos préstamos difieren, pues, de los concebidos conforme al modelo basado en las principales instituciones de capacitación por cuanto operan dentro de los parámetros del sistema escolar formal, con frecuencia bajo la supervisión del Ministerio de Educación (BID grifos no original).³⁸

Ao considerar que a capacitação profissional não substitui a educação básica — haja vista ser esta a melhor preparação para um amplo conjunto de empregos —, o Banco Interamericano afirma que a capacitação profissional não pode ser vista como a solução generalizada para os problemas de emprego, posto que a mesma é normalmente consumidora de grandes recursos e, além do mais, nem todas as profissões demandam uma formação profissional. Neste sentido, o objetivo maior deve ser a criação de um bom sistema educacional de caráter geral, até porque, a partir de uma educação básica, se criam as condições ideais para o trabalhador se adequar às novas situações demandadas pelo mundo do trabalho.

Los trabajadores con una buena combinación de aptitudes prácticas y comprensión conceptual de la tecnología pueden adaptarse más fácilmente a nuevas y diferentes ocupaciones, avanzar en su carrera y ajustarse a los cambios tecnológicos. El problema real no está planteado entre una capacitación general frente a una capacitación superespecializada, sino la solidez y profundidad de las aptitudes básicas que acompañan la capacitación especializada (BID).³⁹

Outro ponto que merece destaque na análise das idéias do Banco Interamericano sobre as políticas de capacitação profissional diz respeito a quem deve ser o responsável pelo seu financiamento. De acordo com esta instituição, é bastante evidente o retorno econômico da capacitação profissional, tanto para os patrões quanto para os trabalhadores. Desta forma, os patrões devem arcar diretamente com os custos das atividades formativas de seus trabalhadores e os trabalhadores, na medida de suas possibilidades, devem também custear sua formação. Segundo o BID, os setores de classe média têm muito maior disponibilidade de recursos para cobrir tais atividades, por isso seu pagamento não pode ser colocado fora de questão. Já os setores economicamente marginalizados terão maiores dificuldades para realizar tal financiamento, tornando-se então importante a participação do Estado como financiador direto.

A importância de as atividades de capacitação estarem voltadas para as reais demandas do mercado, impõe, segundo o BID, a necessidade de os setores empresariais participarem efetivamente nas decisões políticas a serem tomadas e de interferirem mais diretamente no cotidiano das escolas e das instituições formadoras.

Para reducir los desequilibrios entre la oferta y la demanda de capacitación, los empleadores deben tener mayor incidencia en las decisiones que adoptan las instituciones que brindan la capacitación. La mera presencia de representantes empresariales en los órganos directivos o en grupos de trabajo, no es suficiente. En la adopción de estas decisiones al nivel de las escuelas deben participar empresarios reales, con poder real (BID — grifos no original).⁴⁰

Esperamos que, ao ter resgatado as idéias do Banco Interamericano e do Banco Mundial sobre o conteúdo, objetivos e financiamento das políticas de qualificação profissional nos países sob sua jurisdição, tenhamos contribuído para revelar a síntese que o governo federal brasileiro fez da contribuição destas duas agências de financiamento na política educacional brasileira.

Considerações finais

O Banco Mundial — embora destaque a sua importância para a formação de uma mão-de-obra adequada à nova realidade do setor produtivo —, não aceita que o Estado tenha uma intervenção acentuada nesta área. De acordo com suas proposições, a iniciativa privada mostra-se muito mais competente para realizar a qualificação de futuros trabalhadores. Neste sentido, defende que o Estado só atue em situações nas quais a iniciativa privada não consiga fazê-lo. A importância da iniciativa privada na educação profissional justifica-se, segundo o Banco Mundial, pela incapacidade das instituições públicas de acompanharem, com eficiência, as modificações no mundo do trabalho. No seu entender, a educação profissional, para ser eficiente, necessita de uma nova institucionalidade que garanta sua maior flexibilização, fato este que não ocorre quando a mesma está subordinada às instituições estatais. Por conta disso, defende que a educação profissional seja ministrada em separado da educação formal.

O Banco Mundial, ao priorizar para os governos o financiamento apenas da educação básica — entendida como oito anos de escolarização —, retira da alçada do Estado a obrigação de atuar em outros níveis de ensino.

Conseqüentemente, a desarticulação da educação profissional e da educação secundária não objetiva alcançar a maior eficiência da primeira, mas sim, retirar do raio de cobrança da população sua manutenção pelo poder público.

Outro fator que justifica, para o Banco Mundial, a reformulação da educação profissional é a sua longa duração. Devendo estar voltada para atender aos interesses imediatos do mercado, recomenda que a mesma tenha uma estrutura modular, permitindo aos estudantes uma inserção imediata no mercado de trabalho e que estes possam, aos poucos, aprimorar este processo formativo. A fragmentação da educação profissional proposta pelo Banco Mundial já é demonstrada quando o mesmo a desarticula da educação geral, sendo a modularização outra expressão desta fragmentação.

O governo brasileiro, seguidor desta recomendação, "desconhece" que não será pela aceleração da formação profissional que se garantirá a inserção no mercado de trabalho. Há determinantes sociais que impossibilitam a incorporação de um contingente enorme de jovens no mercado de trabalho. Ao ter seguido esta recomendação, terminou por esfacelar uma experiência que há muitos anos vinha produzindo bons resultados. Se as escolas técnicas não estavam cumprindo o seu papel enquanto instituições de formação de profissionais de nível médio e, sim, sendo trampolim para o ensino superior, o que deveria ser questionado é por que, cada vez mais, setores da classe média procuravam aquelas escolas? Como também deveria ser repensado o seu processo seletivo.

Mas, basicamente, o que deve ser questionado é por que se estas escolas mostravam-se como expressões de ensino de qualidade, não foram criadas novas escolas que apresentassem qualidade semelhante?

Outra forma de diminuir os gastos com a educação profissional, segundo o Banco Mundial, é estabelecer uma maior articulação entre os locais formadores e o empresariado local, permitindo a estas instituições comercializarem seus serviços e, desta forma, financiarem os seus gastos.

O governo brasileiro também incorporou estas sugestões na reforma implementada nestes últimos anos. Na nossa compreensão, o agravante nestas incorporações é que nossos governantes seguem um referencial que o Banco generalizou desconsiderando as peculiaridades de cada nação (Bueno).⁴¹

Em síntese, a abertura da educação profissional e da superior à iniciativa privada objetivam, principalmente, retirar da responsabilidade do Estado o financiamento destas modalidades de ensino e, por conseguinte, ajustar a política educacional brasileira aos ditames do "Estado mínimo", da redução do gasto público e de uma economia de mercado.

Notas

¹ MIDDLETON, John. Vocational education and training. 3. ed. Washington: World Bank, 1993. World Bank Discussion papers, n. 51. John Middleton é avaliador senior na Divisão de Educação e Emprego do Banco Mundial.

² Id. *ibid.*

³ WORLD BANK. Vocational and technical education and training. Washington, 1991. A World Bank policy paper.

⁴ Id. *ibid.*

⁵ MIDDLETON, John.(1993) *op. cit.*

6 WORLD BANK. (1991) op. cit.

7 O Banco Mundial considera como ensino secundário todo aquele que ocorre após a escola primária, embora faça divisão entre baixo secundário (correspondente às nossas 5ª à 8ª séries do ensino fundamental)

e o alto secundário, correspondente ao ensino médio.

8 WORLD BANK. (1991) op. cit.

9 Id. ibid.

10 Id. ibid.

11 BANCO MUNDIAL. Informe sobre el desarrollo mundial 1991: la tarea acuciante del desarrollo. Washington, 1991.

12 MIDDLETON, john.(1993) op. cit.

13 Id. ibid.

14 BANCO MUNDIAL. (1991)) op. cit.

15 WORLD BANK. (1991) op. cit.

16 Id. ibid.

17 MIDDLETON, john.(1993) op. cit.

18 Id. ibid.

19 BANCO MUNDIAL. Relatório sobre o desenvolvimento mundial: o trabalhador e o processo de integração mundial. Washington, 1995. p. 46-47.

20 Id. ibid., p. 47.

21 BRASIL. Leis, Decretos. Lei n. 5.692, 11 de agosto de 1971. Brasília: Departamento do Ensino Médio, [199-]. 26 p. Fixa diretrizes e bases para o ensino de 1º e 2º graus.

22 Saviani, Dermeval. Escola e democracia: teorias da educação, curvatura da vara: onze teses sobre educação e política. 8ª ed. São Paulo: Cortez, 1985.

23 KÜenzer, Acácia Zeneida. Ensino de 2º grau: o trabalho como princípio educativo. São Paulo: Cortez, 1988.

24 ZIBAS, Dagmar. A função social do ensino médio na América Latina: é sempre possível o consenso? Cadernos de Pesquisa, São Paulo, n. 85, p. 26-32, mai. 1993.

25 FRIGOTTO, Gaudêncio. A produtividade da escola improdutiva: um (re) exame das relações entre educação e estrutura econômica social e capitalista. São Paulo: Cortez, 1989.

26 FRANCO, Maria Laura. Possibilidades e limites do trabalho enquanto princípio educativo. Cadernos de Pesquisa, São Paulo, n. 68, p. 29-37, fev. 1989.

27 LAUGLO, Jon. Crítica às prioridades e estratégias do Banco Mundial para a educação. Cadernos de Pesquisa, São Paulo, n.100, p. 11-36, mar. 1997.

28 Id. ibid., p. 20.

29 CARNOY, Martin; CASTRO, Cláudio de Moura. A melhoria da educação na América Latina: e agora, para onde vamos? In.: _____. Como anda a reforma da educação na América Latina? Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1997. p. 9-96.

30 FMI. Fundo Monetário Internacional.

31 CHOSSUDOVSKY, Michel. A globalização da pobreza: impactos das reformas do FMI e do Banco Mundial. São Paulo: Moderna, 1999.

32 Programa de Expansão da Educação Profissional.

33 Este documento do BID (1999) "Formación profesional y técnica: una estrategia para el BID", teve sua elaboração dirigida por Cláudio de Moura Castro.

34 BID. Projeto BR-247: reforma del sector de educación profesional. Washington, 1997. Informe ambiental — actualización. p. 4.

35 PLANFOR - Plano Nacional de Educação Profissional.

36 BID. Formación profesional y técnica: una estrategia para el BID. Washington, 1999.

37 Id. *ibid.*

38 Id. *ibid.*, p. 6.

39 Id. *ibid.*, p. 11.

40 Id. *ibid.*, p. 19.

41 BUENO, Maria Sylvia Simões. O salto na escuridão: pressupostos e desdobramentos das políticas atuais para o ensino médio. 1998, 255f. Tese (Doutorado em Educação) — Faculdade de Educação, Universidade Estadual de São Paulo, Marília.

MERCADO DE TRABALHO

O Novo Mundo do Trabalho: Oportunidades e Desafios para o Presente

Ana Arroio* e Karla Régnier**

* Ana Arroio é jornalista e doutora em Políticas de Ciência e Tecnologia pela Universidade de Sussex – GB. Consultora da Macroplan Prospectiva & Estratégia.

E-mail: anaarroio@macroplan.com.br

** Karla Régnier é mestre em Sociologia do Trabalho e pós-graduada em Informática aplicada à Educação. Consultora da Macroplan Prospectiva & Estratégia.

E-mail: karlareg@macroplan.com.br

Até pouco tempo, as relações de trabalho eram caracterizadas por meio de contratos formais realizados entre ‘patrões’ e ‘empregados’, que normalmente se colocavam em pólos opostos (com interesses divergentes, quando não antagônicos): os sindicatos tendiam a ser fortes e a defender os interesses dos seus associados. Quanto mais tempo o trabalhador ficasse em uma empresa, maiores eram suas chances de ‘fazer carreira’ e menor a possibilidade de ser rompido o vínculo trabalhista. O perfil do trabalhador médio era constituído por indivíduos do sexo masculino, de baixa escolaridade, formado ‘no chão de fábrica’, que trabalhava nas indústrias, diretamente nas linhas de produção.

Hoje a situação é bem diferente. O trabalhador da indústria já não é mais dominante, está mais escolarizado, compete com as trabalhadoras pelas vagas no mercado de trabalho, não tem a garantia do emprego para toda a vida, interessa-se menos pela associação junto aos sindicatos tradicionais, está submetido a pressões crescentes para aumentar sua produtividade, corre mais riscos de se ver desempregado, tem maior possibilidade de negociar seus rendimentos em função do valor que agrega à produção.

Em outras palavras, as noções de trabalho/emprego/segurança social, tratadas quase como sinônimas, mudaram com o passar do tempo, em interação com a evolução da sociedade e das condições da produção. Assim como mudaram as realidades que se escondem por trás dessas noções.

Vários são os fatores que, conjuntamente e em interação, contribuíram para a construção desta nova realidade do trabalho. Entre eles a globalização econômica e a disseminação das inovações tecnológicas e organizacionais; as transformações no papel dos estados; a disseminação do individualismo como valor nas sociedades contemporâneas; e o crescimento da participação feminina no mercado de trabalho.

O impacto desses fatores, por sua vez, pode ser percebido na nova configuração do mercado de trabalho, com o aumento do nível de desemprego, o crescimento da informalização nas relações trabalhistas, o deslocamento setorial do emprego, e a transformação nos requisitos funcionais, com a exigência de novas habilidades e competências, bem como da polivalência funcional.

Nas empresas observa-se, ainda, o recurso ao desenvolvimento e manutenção de um núcleo sólido de trabalhadores, altamente capacitados e qualificados, que auferem maiores benefícios e salários e com os quais as relações tendem a ser mais estáveis; segue-se um estrato de trabalhadores ‘mais flexíveis’, em boa parte terceirizáveis, com relações mais precárias e com menos garantias trabalhistas, acompanhado ainda de trabalhadores satélites, de baixa qualificação, facilmente substituíveis.

Mas a nova dinâmica do trabalho também atinge a estruturação micro da vida cotidiana e coloca em discussão determinadas categorias de organização social, tais como a separação clássica do tempo de trabalho x tempo livre, que graças aos desenvolvimentos das tecnologias de informação e comunicação, tornam-se cada vez mais imbricados, e repercute também na leitura e compreensão das fases humanas de juventude, idade adulta e velhice.¹

A seguir serão abordados quatro aspectos centrais relativos a essas transformações bem como as perspectivas futuras do seu desenvolvimento, quais sejam: a mulher no mercado de trabalho; as transformações no conteúdo do trabalho e nas formas de emprego; o trabalhador dos serviços e a nova economia e, por último, o trabalhador industrial e a fábrica do futuro.

A Mulher no Mercado de Trabalho

Nas últimas décadas, as mulheres invadiram o mercado de trabalho. No Brasil, a participação feminina aumentou expressivamente: em 1999 representavam 41,4% da PEA contra 31,7% em 1979.² Esse ingresso veio associado a transformações nas relações familiares e conjugais (como exemplo, o número de famílias chefiadas por mulheres encontra-se em constante crescimento – em 1989 representavam 20,1%, em 1999 chegou a 26%).³ Esses avanços, no entanto, encobrem obstáculos importantes a serem superados no século XXI.

O Programa de Desenvolvimento das Nações Unidas (PNUD) elaborou dois índices para mensurar o avanço feminino na sociedade e no espaço de trabalho: o ‘índice de desenvolvimento relacionado ao gênero (GDI)’ e o ‘índice de poder (empowerment - EM) de gênero.⁴ No primeiro índice, o Brasil ocupa a 66ª posição, bem atrás da Argentina (35), Uruguai (37) e México (50) e até de países islâmicos como a Malásia (57) e a Líbia (65). No índice EM, o Brasil não se posiciona

melhor (dados de 1998).

Em outras palavras, as mulheres representam mais de 40% da força de trabalho no país. Porém, esta inserção ainda é preponderante nas ocupações e ofícios que guardam correlação direta com as funções que elas desempenham no espaço doméstico, tendo menor status social e demandando menor qualificação formal; conseqüentemente auferindo menor renda (ver Tabela 1).⁵

E, apesar de estudarem por um período mais longo, obtendo no setor industrial, por exemplo, um ano a mais de escolaridade do que os homens, o diferencial de remuneração persiste elevado: em São Paulo, por exemplo, as mulheres recebem, por hora, 76% do rendimento obtido pelos homens e o desemprego feminino fica sempre acima do masculino. E quanto maior a escolaridade, maior a diferença salarial entre homens e mulheres na mesma ocupação. Esse padrão se repete em muitos países.⁶ Mas, para mulheres brancas, esta diferença em relação aos homens está caindo. Projeções indicam que daqui a 30 anos não haverá mais discriminação salarial contra elas.

As barreiras, visíveis e invisíveis, que mantêm as mulheres fora dos cargos mais qualificados e mais bem remunerados são inúmeras: a feminização de determinadas profissões e sua subsequente desvalorização, resistências sociais, a maternidade e a desigualdade na divisão das tarefas domésticas, a falta de massa crítica de mulheres nas organizações, etc.

Mas as mulheres reivindicam, cada vez mais, os seus direitos e conforme apontado em pesquisa da Harvard Business Review as empresas estão mudando as suas estratégias de forma a recrutar e reter mulheres qualificadas.⁷ Algumas das mudanças implementadas:

- diálogo extenso sobre as mudanças necessárias na cultura organizacional (workshops e reuniões dirigidas);
- implementação de políticas para equiparar salários e oportunidades;
- designação de responsáveis pela implementação de mudanças;
- avaliação (quantitativamente e qualitativamente) de progressos em áreas específicas.

Como ocorre na grande maioria dos processos de mudança organizacional, a liderança e as iniciativas específicas partem da alta hierarquia da empresa e são depois difundidas por todo o corpo empresarial. A briga que as mulheres precisarão enfrentar para conseguir uma maior igualdade envolve poder. E será travada cada vez mais em todas as esferas: políticas, dentro de casa e na empresa.

As principais tendências associadas ao avanço das mulheres no mercado de trabalho são:

- penetração maior de mulheres em ocupações antes restritas aos homens (na indústria, por exemplo, as mulheres avançam em profissões como soldadores e operadores de máquinas);
- maternidade adiada e menor número de filhos;
- aumento do padrão de consumo familiar e do investimento em educação;
- crescente reivindicação por igualdade cívica e política.

As Transformações no Conteúdo do Trabalho e nas Formas de Emprego

A adoção de novos modelos produtivos baseados nos princípios da produção enxuta (lean production), associada à difusão das novas tecnologias nos processos produtivos propiciou, por um lado, o aumento da produtividade no trabalho e, por outro, uma intensa substituição do trabalho vivo por trabalho acumulado nos sistemas e equipamentos. Ocasionalmente também um forte deslocamento setorial do trabalho e do emprego, resultando no desaparecimento de postos de trabalho na indústria, ao mesmo tempo em que criou novas oportunidades ocupacionais, sobretudo no setor terciário.⁸

Seus impactos são sentidos, principalmente, nas transformações que se colocam ao conteúdo do trabalho e no uso das qualificações e nas formas de emprego.

Em relação ao conteúdo do trabalho, para aqueles trabalhadores que logram manter-se ativos no mercado, espera-se cada vez menos que seu desempenho profissional pautar-se pelo cumprimento de tarefas prescritas (tal como ocorria nas organizações tayloristas). Ao contrário, sua performance passa a ser associada ao cumprimento de 'missões', cujo componente de avaliação, em última instância, consiste na capacidade de produzir mais, em menos tempo, maximizando os recursos. Traduzindo, há um incentivo crescente para que os trabalhadores passem a intervir no processo, corrigindo erros, resolvendo problemas que se apresentam, negociando junto a colegas, superiores, fornecedores e clientes.

Para tanto, o perfil desse novo trabalhador passa a exigir novas habilidades, até então relegadas a segundo plano e até mesmo negadas nas relações de trabalho anteriores. Acresce que, a esses papéis, soma-se ainda a necessidade de lidar com as tecnologias de informação e de comunicação (presentes nos novos equipamentos e instrumentos) que

demandam o domínio de códigos abstratos e novas linguagens.

Outras competências, como raciocínio lógico-abstrato, habilidades sociocomunicativas, responsabilidade, disposição para correr riscos e espírito de liderança, passaram a ser demandadas. A destreza em outras línguas (como inglês) e linguagens (como informática) estão se tornando pré-requisito para o ingresso e manutenção em um mercado de trabalho estruturado. Disposição para 'aprender a aprender' em temporalidade contínua, ao longo da vida, também passou a fazer parte do portfólio mínimo para a empregabilidade.

O exercício destas novas competências tem resultado, também, numa crescente individualização das relações de trabalho, nas quais cada profissional passa a ser remunerado pela quantidade de valor que agrega aos produtos e aos processos.⁹ Há, ainda, um forte apelo à aprendizagem 'para o resto da vida', isso porque a lógica que rege as competências é, por princípio, calcada na interterminalidade, um constante vir-a-ser, na qual as capacidades humanas se constroem e reconstróem a cada dia em confronto com situações-problema concretas apresentadas pela realidade do trabalho.¹⁰ Deste modo, a finitude da educação é substituída pela educação permanente como estratégia de atualização e aquisição dos novos conhecimentos e atributos.

Já em relação às formas de emprego, como resultante da reestruturação e do crescimento das práticas de terceirização, observa-se o declínio do emprego formal e a ampliação dos contratos 'atípicos' (por tempo determinado, por prestação de serviços, estágios, etc) e da informalidade.¹¹

A nova dinâmica do mercado de trabalho nos modelos produtivos que se pautam pela acumulação flexível apresenta-se cristalizada em diferentes estratos:

- no centro, haveria um grupo composto por empregados 'em tempo integral', qualificados, essenciais para o futuro de longo prazo das organizações, e sob os quais a flexibilidade dar-se-á a partir do apelo à multifuncionalidade (e à mobilidade geográfica). Gozariam de maior segurança no emprego, boas perspectivas de promoção e reciclagem, aposentadoria e outros benefícios.

- ao redor destes haveria dois grupos distintos, formando a 'periferia':

o primeiro, composto por trabalhadores de tempo integral mas com competências fartamente disponíveis no mercado, estaria sujeito a uma flexibilidade numérica, ou seja, uma maior rotatividade, menos segurança e menos oportunidade de carreira.

- o segundo grupo ofereceria possibilidades de flexibilidade numérica ainda maior, e incluiria os empregados em tempo parcial, trabalhadores temporários, casuais, etc.¹²

O Trabalhador dos Serviços e a Nova Economia

A nova dinâmica do mercado de trabalho vem resultando em grandes deslocamentos setoriais. Para se ter uma idéia, na década de 40, o setor de serviços concentrava apenas 20,5% dos empregos no país. Nos anos 90, esse número havia praticamente triplicado, passando para 59,5%.¹³ A Tabela 2 ilustra os deslocamentos por setor econômico.

O dinamismo desse setor na criação de empregos no Brasil se explica por três razões principais:

- aumento de sua participação na economia;

- o fato de que o setor funciona como um amortecedor do desemprego gerado em outros ramos de atividade. Com a demissão da mão-de-obra das indústrias, proliferam formas alternativas, informais, de gerar renda, como o pequeno comércio e vendas;

- a crescente participação feminina na força de trabalho.

Os setores de serviços que mais tendem a crescer nos próximos anos são:

- Telecomunicações e Informática: neste setor, a tendência é o aumento da exigência quanto à qualificação formal da mão-de-obra, perda de empregos em empresas de porte muito grande (mil empregados) e de crescimento do emprego nas categorias micro, pequena e média empresas.¹⁴

- Comércio: as três categorias do setor (comércio de veículos, motocicletas e combustíveis; atacadista e varejista) empregaram em 1998 um total de 4,5 milhões de pessoas. A expansão deste setor é fortemente ligada à atividade econômica do país.¹⁵

- Setor Financeiro: o setor apresentou recuperação em 2000 após ser fortemente atingido pela crise de 1999. Existe um grande movimento de concentração no setor associado à internacionalização do setor financeiro. O potencial de emprego é grande já que existem incentivos para a expansão do setor.

- Turismo: é um dos campos mais promissores para a geração de empregos e crescimento econômico do país. Em sua ampla cadeia produtiva, o turismo repercute em 52 segmentos diferentes da economia e mantém cerca de 5 milhões de

empregos, formais e informais. A meta para o ano 2003 é aumentar para 6,5 milhões o fluxo de turistas internacionais e para 57 milhões o de turistas nacionais.¹⁶

Na nova economia os sinais são promissores, mas ainda confusos. Em um cenário otimista, projeta-se um crescimento para 19,77 milhões de computadores no Brasil, com 15,38 milhões de usuários da Internet, em 2003. Em um cenário menos positivo, esses números cairiam para 12,0 e 9,3 milhões respectivamente.¹⁷

Nas cadeias produtivas, a disseminação da rede tem provocado alterações tanto na forma de organização dos processos produtivos quanto na própria concepção de empresas e negócios. A expressão mais visível dessa mudança é a forte expansão das empresas virtuais, ou pontocom, no final da década de 90.¹⁸

Assistimos atualmente a um processo bastante turbulento de ajuste desse novo setor, com impactos negativos sobre o emprego no curto-prazo. Mas, como assinala Malinvaud, os efeitos das novas tecnologias sobre o trabalho e a produtividade são de lenta difusão, portanto os seus impactos positivos, já fortemente sentidos nos EUA, se propagam pelo restante do globo mais lentamente.¹⁹ Assim, mesmo considerando as atuais turbulências, o crescimento da nova economia deverá ser mantido.

Para Castells, dois modelos distintos de 'sociedade informacional' parecem estar se configurando.²⁰

O primeiro, chamado de 'modelo de economia de serviços', representado pelos EUA, GB e Canadá, é caracterizado por uma rápida eliminação do emprego industrial e pelo crescimento nos setores ligados à informação. Os serviços que mais se destacam são aqueles voltados à administração do capital, em detrimento dos serviços ligados à produção. Paralelamente, expande-se o setor de serviços sociais com aumento de empregos na área da assistência médica e, em menor grau, no setor educacional.

O segundo, chamado de 'modelo de produção industrial', é representado pelo Japão e, em menor grau, pela Alemanha. Neste, o emprego industrial é reduzido de forma bastante gradual e ainda se mantém em patamares bastante elevados. Os serviços relacionados à produção são mais importantes do que os serviços financeiros, o que não quer dizer que as atividades financeiras não sejam relevantes, muito pelo contrário, mas a maior parte do crescimento em serviços ocorre para empresas e serviços sociais.

As diferentes expressões destes modelos, em cada um dos países analisados, dependem do seu posicionamento face à economia global. Já a natureza da inserção de cada país nas relações globalizadas reflete as políticas governamentais adotadas e as diversas estratégias empresariais, que podem ser muito cambiantes. O mercado de trabalho, por sua vez, reflete estes movimentos, concentrando-se mais em um setor do que em outro. Tais concentrações não são 'destinos inexoráveis', mas, sim, produtos de estratégias e escolhas que podem, dependendo do interesse dos agentes envolvidos, tomar rumos distintos.

O Trabalhador Industrial e a Fábrica do Futuro

Se o processo de reestruturação da indústria brasileira, iniciado em 1990 com a abertura externa, teve impactos negativos, como a elevação do desemprego, teve também conseqüências positivas para a competitividade do país, incluindo a elevação das competências dos trabalhadores industriais.²¹

A taxa de alfabetização dos trabalhadores empregados na indústria supera os 95% em todas as regiões do Brasil (com exceção da região Nordeste. Para as regiões Norte e Centro-Oeste, a taxa chega aos 100%), independentemente do sexo, da idade e da faixa salarial, incluindo trabalhadores que recebem menos de três salários-mínimos. A exigência quanto ao nível de escolaridade mais elevado atinge principalmente o trabalhador mais jovem: quanto mais jovem o trabalhador ingressando na indústria, maior a probabilidade de ser alfabetizado (idade de 10 a 19 anos, alfabetização 99,4%).²²

O trabalhador da indústria brasileira tem uma qualidade de vida média. A maioria (59%) desfruta da vantagem de morar perto do local de trabalho e de ter apenas um trabalho (98,2%).²³ Em relação aos benefícios concedidos, o auxílio alimentação ocupa posição de destaque (52,1%), seguido pelo auxílio transporte (51,8%) e saúde (35,4%). O auxílio educação ou creche é quase nulo, apenas 3,4% recebem este benefício.²⁴

Por último, uma grande parte dos trabalhadores reside em domicílio próprio (73%), com luz elétrica (99,5%), água canalizada (95,4%), coleta de lixo (93,6%) e bom acesso à água da rede geral (88,9%). O acesso à rede coletora de esgoto é, no entanto, mais precário (66,6%) e extremamente precário no Norte (16,6%). Vale destacar que a residência do trabalhador é bem equipada no que se refere a bens de consumo e eletro-eletrônicos: mais de 90% possui os seguintes bens: geladeira, televisão, fogão e rádio.²⁵

Para o futuro, as principais tendências são:

- deslocamento das atividades e da mão-de-obra da indústria para os serviços, especialmente para os serviços de apoio às atividades industriais em função das terceirizações;
- declínio estável do emprego industrial tradicional;

- crescente interdependência da força de trabalho em escala global;²⁶
- movimento contínuo em direção à elevação do perfil de escolaridade do trabalhador.

Diante deste quadro, como será a fábrica do futuro? Imagina-se que, nesse campo, já está rompendo e, irá se romper cada vez mais, com a idéia tradicional de fábrica. A arquitetura, que se redesenha, é apenas um reflexo de conceitos e de crenças corporativas que devem marcar o terceiro século da industrialização.²⁷

Os esforços na construção dessa nova visão de fábrica giram em torno de alguns grandes eixos:

- poder no chão da fábrica – funcionários de todos os níveis hierárquicos desempenham múltiplas tarefas;
- comunicação no centro – a informação deve fluir livremente pelo espaço de trabalho, essencial para a gestão do conhecimento;
- desenvolvimento sustentável – o crescimento será apoiado em práticas ambientalmente corretas;
- obsessão pela qualidade;
- importância da logística;
- foco no cliente.

Finalmente, quanto à tecnologia, vale lembrar que a fabricação automatizada já contabiliza 45 anos de desenvolvimento, mas está apenas começando a desabrochar. É possível vislumbrar a longo prazo a tecnologia de fabricação se transformando, pela nanotecnologia, em uma máquina que pode fabricar objetos usando um átomo ou uma molécula de cada vez – tornando irrelevantes as matérias-primas utilizadas. Logicamente, isto terá desdobramentos sobre os processos de trabalho e os trabalhadores.

Comentários Finais

Em se tratando do mundo do trabalho, nada indica que o processo de transformações iniciado tenha chegado à maturidade. Muitos e surpreendentes eventos ainda virão, especialmente com os avanços da biotecnologia. Possivelmente, o processo de desemprego, exclusão social e de pauperização que vem atingindo as sociedades tornar-se-á ainda mais agudo, criando uma cisão maior entre os países do 'norte' e do 'sul'.

Mas permanece a esperança de que os atores sociais, organizados em instituições políticas e civis, busquem soluções para minimizar estes efeitos. O ano internacional do voluntariado traz, por um lado, a necessidade de abrir espaços de reflexão sobre 'que trabalho' e 'para quem', mas também traz, por outro lado, a esperança de que os homens, no exercício de sua racionalidade, encontrarão novas respostas para os problemas que criam. Afinal, deve haver sempre um momento em que uma porta se abre para deixar entrar o futuro.



Notas

1 A compreensão que a sociedade contemporânea elaborou sobre as fases/gerações guarda estreita correlação com o significado subjetivo do trabalho na vida. Como exemplo, a fase adulta era marcada pela inserção no mercado de trabalho, pela conseqüente constituição de família, pela vinda dos filhos. Hoje encontramos diversos e diferentes arranjos. Outro exemplo no mesmo campo temático refere-se à fase da velhice, com o alargamento da sobrevivência e a manutenção da capacidade de trabalho: pessoas de mais de setenta anos continuam aptas para contribuir com sua força produtiva, o que provoca a necessidade de reconceituar esse estágio bem como sua relação com a atividade produtiva. Para aprofundar esta discussão ver: POCHMANN, Márcio. A batalha pelo primeiro emprego. São Paulo: Publisher Brasil, 2000; BOURDIEU, Pierre. A juventude é apenas uma palavra. In: _____. Questões de sociologia. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1983; ARIÈS, Philippe. História social da criança e da família. Rio de Janeiro: Guanabara, 1981.

2 PESQUISA Nacional por Amostragem de Domicílio (PNAD), 1999. [on line] Rio de Janeiro: IBGE, 2000. Disponível: <http://www.ibge.gov.br>.

3 Id. *ibid*.

4 UNITED NATIONS DEVELOPMENT PROGRAM. Human development report 2000. [on line] [capturado em 10.12.00] Disponível: <http://www.undp.org/hdr2000/>. O primeiro índice considera a situação da mulher de acordo com os seguintes fatores: expectativa de vida ao nascer; alfabetização, matrículas nos diversos níveis escolares e PIB per capita. O segundo examina a participação feminina em termos de: cargos conquistados no Congresso, número de administradoras e gerentes no total de empresas; trabalhadoras profissionais e técnicas e PIB per capita.

5 Cabe ainda assinalar que diversos estudos apontam que o ingresso das mulheres no mercado se dá em condições de trabalho mais precárias, baseadas em contratos temporários e outras inserções 'atípicas', além de uma forte concentração no setor informal da economia. Ver, por exemplo, LAVINAS, Lena; AMARAL, Marcelo R. do; BARROS, Flávio. Evolução do desemprego feminino nas áreas metropolitanas. Rio de Janeiro: IPEA, 2000. (Texto para Discussão, 756)

6 Os dados internacionais foram obtidos em UNDP(2000) op. cit., e os dados nacionais em: FUNDAÇÃO SISTEMA ESTADUAL DE ANÁLISE DE DADOS. Mulher & Trabalho: pesquisa do mercado de trabalho em 1999, Região Metropolitana de São Paulo. São Paulo, agosto 1999. Ver também, CALLAMARD, Agnès. Dossiê mulheres: Pequim, 5 anos – avanços e obstáculos: um balanço. Revista Eletrônica, Le Monde Diplomatique, v. 1, n. 4, 2000. Edição brasileira, Disponível: www.diplo.com.br

7 MCCracken, Douglas. Winning the talent war for women, sometimes it takes a revolution. Harvard Business Review, Boston, v. 78, n. 6, p. 159 – 167, nov./ dez., 2000.

8 O uso de inovações tecnológicas nos processos produtivos – novas máquinas, novas matérias-primas e insumos – combinado com as inovações organizacionais - células de produção, just-in-time, círculos de controle de qualidade, etc – tem provocado um forte aumento da produtividade ao mesmo tempo em que dispensa, em taxas crescentes, mão-de-obra tanto direta (trabalhadores de produção) quanto indireta (chefias intermediárias, pessoal administrativo, supervisores, etc).

9 Cabe registrar os efeitos deste processo no enfraquecimento das instâncias 'por excelência' de representação dos trabalhadores. Na medida em que as empresas passam a negociar individualmente as condições de trabalho e de remuneração, e que passam a adotar estratégias para incentivar a participação de trabalhadores na resolução de problemas, os espaços ocupados pelos sindicatos apresentam-se mais esvaziados.

10 RÉGNIER, Karla. Qualificações e competências: um estudo de caso no setor serviços. Rio de Janeiro, 1998. Tese (Mestrado) - IFCS / UFRJ, 1998.

11 Mesmo com a leve melhoria no índice de crescimento do emprego formal que vem sendo apresentada desde 2000, a informalidade no Brasil assume proporções gigantescas. Segundo dados do Ministério da Previdência Social, quase 60% dos brasileiros ocupados não possuem vínculo com esse instituto. São quase 40 milhões de pessoas: 14 milhões trabalham por conta própria; outros 14 milhões são empregados não registrados; 6 milhões não têm remuneração; 3,8 milhões são empregados domésticos; e mais de 1 milhão, empregadores. (PASTORE, José. Como reduzir a informalidade. Revista do Ministério do Trabalho, 18 out. 2000. [on line] Disponível: www.josepastore.com.br/artigos/relacoestrabalhistas/127.htm). Sob a talha da informalização escondem-se diferentes trajetórias profissionais: há tanto aquelas que expressam uma escolha pessoal, um modo de ser e padrão de consumo, mais presente entre os profissionais liberais, quanto aquelas que expressam o seu oposto, ou seja, a falta de escolha, a impossibilidade de estar presente no mercado formalizado. Muitos analistas associam o crescimento da informalização como resultante da inadequação das atuais legislações do trabalho face às transformações ocorridas (para aprofundar esta perspectiva, ver PASTORE, José. O desemprego tem cura? Rio de Janeiro: Makron Books, 1998) outros ainda apontam para a necessidade de se pensar em desenvolver contratos amplos de atividade, geridos pelo trabalhador com contribuições tripartite, que assegurassem ao trabalhador garantias básicas durante sua trajetória, não mais estreitamente profissional, mas sim marcada pela alternância entre tempos de produção mercantil, atividade social e aprendizagem.

12 HARVEY, D. Condição pós-moderna. São Paulo: Loyola, 1993; Apud MARQUES, Ivan da Costa. O Brasil e a abertura dos mercados: o trabalho em questão. São Paulo: Associação Brasileira de Estudos do Trabalho, 1998. (Coleção ABET, Mercado de Trabalho). p. 65-67.

13 MARQUES, Ivan. Desmaterialização e Trabalho Apud LASTRES, Helena (Org.) ; ALBAGLI, Sarita (Org.). Informação e globalização na era do conhecimento. Rio de Janeiro: Ed. Campus, 1999.

14 CONFEDERAÇÃO NACIONAL DA INDÚSTRIA. Relatório setorial: telecomunicações, Brasília: SENAI, 2001.

15 PESQUISA anual do comércio (PAC). Rio de Janeiro: IBGE, 2000. Disponível: <http://www.ibge.gov.br>.

16 EMBRATUR. Turismo, uma arma poderosa para incrementar o crescimento. [on line] [capturado em 06.03.01.] Disponível: <http://200.236.105.128/destaque/artigo.htm#primeiro>.

17 PORTO, Claudio; NASCIMENTO, Elimar; BUARQUE, Sérgio. Cinco cenários para o Brasil em 2001 – 2003. Rio de Janeiro: Macroplan Prospectiva e Estratégia, 2001.

18 Ao conectar diretamente fornecedores, fábricas distribuidores e clientes, alteram-se os papéis tradicionalmente associados a esses atores. Modificam-se tarefas, acelera-se a entrega de componentes e novos produtos, monitora-se as vendas com mais precisão e consegue-se feedback instantâneo dos clientes, reduzem-se estoques e os custos totais dos sistemas. Junto com a Internet, dissemina-se também a Intranet, redes internas de empresas.

19 MALINVAUD, Edmond. France, retour au plein emploi? Revue Futuribles, n. 261, p. 31-58, fev., 2001.

20 CASTELLS, Manuel. A Sociedade em Rede. São Paulo: Paz e Terra, 1999. No Brasil, o governo deu o primeiro

passo na definição de estratégias para o setor com a publicação, em setembro de 2000, do Programa Sociedade da Informação – ou ‘Livro Verde’, que propõe Linhas de Ação nas áreas de: Mercado, Trabalho e Oportunidades; Educação na Sociedade da Informação e Governo na Internet, entre outras. Ver, BRASIL. Ministério da Ciência e Tecnologia. Programa Sociedade Brasileira da Informação. [on line] Brasília, DF, 2000. Disponível: www.mct.gov.br/Temas/Socinfo/Default.htm.

21 Na década de 90, foram fechados em torno de 3,3 milhões de postos de trabalho formais na economia brasileira. Todos os setores apresentaram recuo, mas a construção civil e a indústria de transformação foram os mais duramente atingidos.

22 Os dados quantitativos utilizados nesta análise foram obtidos em: CONFEDERAÇÃO NACIONAL DA INDÚSTRIA. SESI em Números. Brasília: SESI/DN. 2001.

23 Dados obtidos em CONFEDERAÇÃO NACIONAL DA INDÚSTRIA (2001) op. cit.

24 Id. *ibid.*

25 Id. *ibid.*

26 Para uma análise do impacto das tecnologias de informação e comunicação e da concorrência global sobre a interdependência do trabalho, ver CASTELLS, Manuel (1999) op. cit.

27 VASSALO, Cláudia. O futuro mora aqui. Exame, São Paulo, v. 35, n.4, 734, p. 36-54, fev.,2001.

TECNOLOGIA EDUCACIONAL

Sala de Aula Interativa: A Educação Presencial e a Distância em Sintonia com a Era Digital e com a Cidadania

Marco Silva - é Sociólogo, doutor em educação, professor da UERJ e da UNESA.

E-mail: marco@msm.com.br.

Vivemos a transição do modo de comunicação massivo para o interativo. Um processo em curso de reconfiguração das comunicações humanas em toda sua amplitude. No universo tecnológico temos a emergência do dispositivo "conversacional". No ambiente da propaganda e marketing busca-se o diálogo entre produtor, produto e cliente. E na esfera social o novo espectador é menos passivo diante da mensagem fechada à sua intervenção e procura fugir do modelo de recepção clássica.

A disposição interativa permite ao usuário ser ator e autor, fazendo da comunicação não apenas o trabalho da emissão, mas co-criação da própria mensagem e da comunicação. Permite a participação entendida como troca de ações, controle sobre acontecimentos e modificação de conteúdos. O usuário pode ouvir, ver, ler, gravar, voltar, ir adiante, selecionar, tratar e enviar qualquer tipo de mensagem para qualquer lugar. Em suma, a interatividade permite ultrapassar a condição de espectador passivo para a condição de sujeito operativo.

Os games mais avançados permitem uma variedade de decisões que o jogador pode tomar ao longo da trama. Ele decide a experiência que quer ter, criando estratégias de ação em tempo real e imerso num enredo aberto à sua intervenção. No cinema digital, o público poderá sair da passividade e participar da história controlando personagens, desfechos e até criando a trilha sonora do filme. Outra novidade que vem por aí é a TV digital, a TV via Internet que permite ao usuário deixar a posição de espectador e passar a interagir diretamente com a programação.

Seja lá o nome que se dê, era digital, cibercultura, sociedade de informação ou sociedade em rede, o fato é que em nosso tempo a interatividade é desafio não só para os gestores da velha mídia, mas para todos os agentes do processo de comunicação. É um desafio explícito que mais parece ultimato à lógica da distribuição em massa, própria também da fábrica e da escola. Esta última, em particular, visando atender a demanda moderna criada a partir do preceito iluminista de "educação para todos", tornou-se instituição de massa, dispensando ao conjunto da população a ser instruída um tratamento uniforme, garantido por um planejamento centralizado.

Inquietação na TV e na educação

A inquietação é visível entre empresários e programadores de TV quando os mais antenados anunciam que daqui a dez anos vai parecer absurdo ter um aparelho de TV em casa pelo qual não se possa enviar nada, apenas receber. Então investem no treinamento das equipes de profissionais que terão que se adaptar à linguagem digital. E, de imediato, procuram desenvolver alternativas interativas em seus programas para enfrentar a concorrência da Internet e atender o novo espectador.

Eles percebem que um programa interativo na TV deve permitir que os telespectadores definam o rumo que ele toma, que a passividade da TV significa perda progressiva de audiência, e que o espectador tende a permanecer ligado ou conectado, se puder participar da programação. Tudo isso, traduzido em estratégias que articulam emissão e recepção, garante a "audiência" e prepara o casamento inevitável da TV com a Internet. Ocasão em que o indivíduo não dependerá mais do velho aparelho analógico de tela estática e intransponível. Ele poderá abrir janelas móveis e tridimensionais e adentrar à procura de mais informações e comunicação, quando estiver assistindo a um noticiário ou a uma partida de futebol.

A inquietação dos empresários e programadores de TV diante da interatividade não encontra eco na escola e nos sistemas de ensino. É preciso despertar o interesse dos professores para uma nova comunicação com os alunos em sala de aula presencial e virtual. É preciso enfrentar o fato de que tanto a mídia de massa quanto a sala de aula estão diante do esgotamento do mesmo modelo comunicacional que separa emissão e recepção.

Muitos educadores já perceberam que a educação autêntica não se faz sem a participação genuína do aluno, que a educação não se faz transmitindo conteúdos de A para B ou de A sobre B, mas na interação de A com B. No entanto, esta premissa ainda não mobilizou o professor diante da urgência de modificar o modelo comunicacional baseado no falar-ditar do mestre que se mantém inarredável na era digital.

Na sala de aula presencial prevalece a baixa participação oral dos alunos e a insistência nas atividades solitárias. Na educação a distância, via TV, o perfil comunicacional da "telessala" ou da "teleaula" se mantém em grande parte centrado na lógica da distribuição, na transmissão massiva de informações ou "conhecimentos". E, via Internet, os sites educacionais continuam estáticos, subutilizando a tecnologia digital, ainda centrados na transmissão de dados, desprovidos de mecanismos de interatividade, de criação coletiva.

Portanto, seja na sala de aula "inforrica" (equipada com computadores ligados à Internet), seja no site de educação a distância, seja na "telessala", seja na sala de aula "infopobre", é preciso ir além da percepção de que o conhecimento não está mais centrado na emissão. É preciso perceber que doravante os atores da comunicação têm a interatividade e não apenas a separação da emissão e recepção própria da mídia de massa e dos sistemas de ensino. Daí ser oportuno conhecer um pouco mais sobre interatividade e assim se inquietar e ousar na modificação da comunicação na

aprendizagem, na construção do conhecimento, em suma, no exercício da participação cidadã.

Interatividade: co-criação da emissão e recepção

O termo apareceu na década de 1970, no contexto da crítica à mídia unidirecional, e virou moda a partir de meados dos anos 80, com a chegada do computador com múltiplas janelas (windows) em rede. Janelas que não se limitam à transmissão. Elas permitem ao usuário adentramento labiríntico e manipulação de conteúdos.

Em nossos dias, mesmo ganhando maturidade teórica e técnica com o desenvolvimento da Internet e dos games, o significado do termo também sofre sua banalização quando usado como "argumento de venda" ou ideologia publicitária em detrimento do prometido mais comunicacional. É o caso, por exemplo, de softwares, de programas de TV ou mesmo de escolas e cursos que são divulgados como interativos, mas que na verdade adotam o adjetivo apenas como excelente argumento de marketing que faz engolir a pílula.²

No caso dos softwares ditos interativos, muitas vezes não passam de estruturas arborescentes, fechadas e seqüenciais que reproduzem a mesma estrutura do livro. Quanto aos programas de TV que se divulgam como interativos, o que se geralmente vê é leitura de e-mails "no ar", mas o telespectador ainda está longe de interferir nos rumos da programação.

E quanto às escolas e cursos via web (e-learning) que se auto-intitulam interativos, o que se tem, na verdade, é a sala de aula aparelhada com computadores, Internet, tecnologia 3D (capacete com óculos e fone), servindo principalmente para intensificar e modernizar o velho modelo da transmissão, ou o site estático que disponibiliza textos para a leitura livresca e não dispõe de recursos para intervenção nos conteúdos, para co-criação, aprendizagem colaborativa.

Hoje, "o termo interatividade se presta às utilizações mais desencontradas e estapafúrdias, abrangendo um campo semântico dos mais vastos, que compreende desde salas de cinema em que as cadeiras se movem, até novelas de televisão em que os espectadores escolhem (por telefone) o final da história. Um terreno tão elástico corre o risco de abarcar tamanha gama de fenômenos a ponto de não poder exprimir coisa alguma".³ Sendo assim, é preciso atentar para o sentido depurado do termo e, aí, verificar a perspectiva de libertação da comunicação da lógica da transmissão.

Interatividade é um conceito de comunicação e não de informática. Pode ser empregado para significar a comunicação entre interlocutores humanos, entre humanos e máquinas e entre usuário e serviço. No entanto, para que haja interatividade é preciso garantir duas disposições basicamente:

1. A dialógica que associa emissão e recepção como pólos antagônicos e complementares na co-criação da comunicação;
2. A intervenção do usuário ou receptor no conteúdo da mensagem ou do programa, abertos a manipulações e modificações.

Estas disposições refletem "uma mudança fundamental no esquema clássico da comunicação", uma mudança paradigmática na teoria e pragmática comunicacionais: "o emissor não emite mais no sentido que se entende habitualmente. Ele não propõe uma mensagem fechada, ao contrário, oferece um leque de possibilidades... O receptor não está mais em situação de recepção clássica. A mensagem só toma todo o seu significado sob a sua intervenção. Ele se torna, de certa maneira, criador. Enfim, a mensagem que agora pode ser recomposta, reorganizada, modificada em permanência sob o impacto das intervenções do receptor dos ditames do sistema, perde seu estatuto de mensagem 'emitida'. Assim, parece claramente que o esquema clássico da informação, que se baseava numa ligação unilateral emissor-mensagem-receptor, se acha mal colocado em situação de interatividade".⁴

De fato, o computador se encontra diretamente associado ao termo exatamente porque na sua memória imagens, sons e textos são convertidos em bits, de modo a permitir qualquer tipo de manipulação e interferência, sem degradação ou perda da informação. Os objetos são virtuais, isto é, definidos matematicamente e processados por algoritmos. Vale citar um exemplo: "uma cadeira sintetizada na memória de um computador é uma possibilidade genérica de cadeira, que pode ser visualizada numa tela de monitor de mil maneiras diferentes, com qualquer cor, com qualquer forma, com qualquer função narrativa no cenário, com quaisquer propriedades sonoras, dependendo, unicamente, de decisões que o usuário toma ao lidar com seus periféricos de interação".⁵

Nesse caso, se diz que o computador é "conversacional" para diferenciá-lo dos meios massivos unidirecionais, exatamente porque permite o diálogo da emissão e recepção. Isto é, o objeto na memória do computador e as decisões do usuário são pólos antagônicos e complementares, permitindo assim a experiência da comunicação, da co-criação. E se o computador está conectado à Internet, amplia-se o leque de disposições que convidam o usuário a operar, como intervenção, bidirecionalidade e múltiplas conexões em rede.

Partindo-se dessas disposições, essenciais ao entendimento do conceito complexo de interatividade, não há por que criar gradações. No entanto, há quem faça distinções como: "grau zero" para o videocassete e o livro, por causa da disposição linear e seqüencial do filme ou do texto; "grau um" para o video game, que permite movimentar imagens na tela em roteiros predeterminados; "grau dois" para a interatividade de "seleção" num banco de dados, onde o usuário faz escolha num menu arborescente, com ramificações obrigatórias; "grau três" para a interatividade de imersão em ambientes virtuais, 3D, que permitem passear sem modificar conteúdos; "grau quatro", o mais elevado, a interatividade de "conteúdo", em que o usuário dispõe de todos os graus anteriores, além da possibilidade de modificar o conteúdo da

mensagem, seja em texto, imagem ou som.⁶

Só esse grau mais elevado contempla os aspectos fundamentais da interatividade, que podem ser encontrados em sua complexidade na arquitetura hipertextual⁷ do computador e do ciberespaço. São três basicamente:

1. Participação-intervenção: participar não é apenas responder "sim" ou "não" ou escolher uma opção dada; significa interferir na mensagem de modo sensório-corporal e

semântico;

2. Bidirecionalidade-hibridação: a comunicação é produção conjunta da emissão e da recepção, é co-criação, os dois pólos codificam e decodificam;

3. Permutabilidade-potencialidade: a comunicação supõe múltiplas redes articulatórias de conexões e liberdade de trocas, associações e significações potenciais.

Mesmo tão associada ao computador e à Internet, é preciso insistir: interatividade é um conceito de comunicação e não de informática. Antes do computador conversacional é possível encontrar a expressão mais depurada do termo na arte "participacionista"⁸ da década de 1960, definida também como "obra aberta".⁹ O que permite garantir que interatividade não é uma novidade da era digital.

O "parangolé" do artista plástico carioca Hélio Oiticica (1937-1980) é um exemplo maravilhoso de explicitação dos fundamentos da interatividade. O parangolé rompe com o modelo comunicacional baseado na transmissão. Ele é pura proposição à participação ativa do "espectador" — termo que se torna inadequado, obsoleto. Trata-se de participação sensório-corporal e semântica e não de participação mecânica. Oiticica quer a intervenção física na obra de arte e não apenas contemplação imaginal separada da proposição. O fruidor da arte é solicitado à "completação" dos significados propostos no parangolé. E as proposições são abertas, o que significa convite à co-criação da obra.

O indivíduo veste o parangolé que pode ser uma capa feita com camadas de panos coloridos que se revelam à medida que ele se movimenta correndo ou dançando. Oiticica o convida a participar do tempo da criação de sua obra e oferece entradas múltiplas e labirínticas que permitem a imersão e intervenção do "participador", que nela inscreve sua emoção, sua intuição, seus anseios, seu gosto, sua imaginação, sua inteligência. Assim, a obra requer "completação" e não simplesmente contemplação. Segundo o próprio Oiticica, "o participador lhe empresta os significados correspondentes — algo é previsto pelo artista, mas as significações emprestadas são possibilidades suscitadas pela obra não previstas, incluindo a não-participação nas suas inúmeras possibilidades também".¹⁰

Esta concepção de arte ou "antiarte", como preferia Oiticica, inconcebível fora da perspectiva da co-autoria, tem algo a sugerir ao professor: mesmo estando adiante dos seus alunos no que concerne a conhecimentos específicos, propor a aprendizagem na mesma perspectiva da co-autoria que caracteriza o parangolé.

A pedagogia do parangolé

O professor propõe o conhecimento. Não o transmite. Não o oferece à distância para a recepção audiovisual ou "bancária" (sedentária, passiva), como criticava o educador Paulo Freire. Ele propõe o conhecimento aos estudantes, como o artista propõe sua obra potencial ao público. Isso supõe, segundo Thornburg & Passarelli, "modelar os domínios do conhecimento como 'espaços conceituais', onde os alunos podem construir seus próprios mapas e conduzir suas explorações, considerando os conteúdos como ponto de partida e não como ponto de chegada no processo de construção do conhecimento".¹¹

A participação do aluno se inscreve nos estados potenciais do conhecimento arquitetados pelo professor, de modo que evoluam em torno do núcleo preconcebido com coerência e continuidade. O aluno não está mais reduzido a olhar, ouvir, copiar e prestar contas. Ele cria, modifica, constrói, aumenta e, assim, torna-se co-autor.

Exatamente como no parangolé, em vez de se ter obra acabada, têm-se apenas seus elementos dispostos à manipulação. O professor disponibiliza um campo de possibilidades, de caminhos que se abrem quando elementos são acionados pelos alunos. Ele garante a possibilidade de significações livres e plurais e, sem perder de vista a coerência com sua opção crítica embutida na proposição, coloca-se aberto a ampliações, a modificações vindas da parte dos alunos.

Uma pedagogia baseada nessa disposição à co-autoria, à interatividade, requer a morte do professor narcisisticamente investido do poder. Expor sua opção crítica à intervenção, à modificação requer humildade. Mas, diga-se humildade, e não fraqueza ou minimização da autoria, da vontade, da ousadia.

Em sala de aula presencial ou virtual, o professor não é um contador de histórias. À maneira do design de software interativo, ele constrói um conjunto de territórios a explorar, não uma rota. Mais do que "conselheiro" ou "facilitador", ele converte-se em formulador de problemas, provocador de interrogações, coordenador de equipes de trabalho, sistematizador de experiências.

Assim, o professor propõe o conhecimento à maneira do parangolé. Ele redimensiona a sua autoria: não mais a prevalência do falar-ditar, da lógica da distribuição, mas a perspectiva da proposição complexa do conhecimento à

participação ativa dos alunos que já aprenderam com o joystick do video game e hoje aprendem com o mouse. Enfim, a responsabilidade de disseminar um outro modo de pensamento, de inventar uma nova sala de aula, presencial e à distância, capaz de educar em nosso tempo.

Sala de aula interativa

Vem do iluminismo a crença na escola como lugar destinado a formar cidadãos esclarecidos, senhores do seu próprio destino. Entretanto, a sala de aula convive tradicionalmente com um impedimento de base ao seu propósito primordial de educar para a cidadania. Ela não contempla a participação do aluno na construção do conhecimento e da própria comunicação. O grande discurso moderno centrado na educação escolar sempre conviveu com esse impedimento: o peso de uma tradição bem formulada por Pierre Lévy quando diz que: "a escola é uma instituição que há cinco mil anos se baseia no falar-ditar do mestre".¹²

Paulo Freire faz críticas à pedagogia da transmissão como sendo o modelo mais identificado como prática de ensino e menos habilitado a educar. Cito algumas: "O professor ainda é um ser superior que ensina a ignorantes. Isto forma uma consciência bancária [sedentária, passiva]. O educando recebe passivamente os conhecimentos, tornando-se um depósito do educador. Educa-se para arquivar o que se deposita."¹³; "Quem apenas fala e jamais ouve; quem 'imobiliza' o conhecimento e o transfere a estudantes, não importa se de escolas primárias ou universitárias; quem ouve o eco, apenas de suas próprias palavras, numa espécie de narcisismo oral; (...) não tem realmente nada que ver com libertação nem democracia."¹⁴ "Ensinar não é a simples transmissão do conhecimento em torno do objeto ou do conteúdo. Transmissão que se faz muito mais através da pura descrição do conceito do objeto a ser mecanicamente memorizado pelos alunos."¹⁵

Freire não desenvolveu uma teoria da comunicação que dê conta de sua crítica à transmissão. No entanto, deixou seu legado que garante ao conceito de interatividade a exigência da participação daquele que deixa o lugar da recepção para experimentar a co-criação.

A sala de aula presencial e à distância segue os três fundamentos citados anteriormente. Entretanto, é preciso considerar que a distinção "presencial" e "à distância" será cada vez menos pertinente quanto mais se popularizarem as tecnologias digitais. As duas modalidades coexistirão: o uso da web, dos suportes multimídia e a sala de aula tradicional com professor e alunos frente a frente. O aluno terá a aula na escola, na universidade, e terá também o site da disciplina com exercícios e novas proposições configurando a sala de aula virtual. Porém é certo que esteja apenas iniciando a proliferação do "ensino exclusivamente a distância", via Internet.

Para promover a sala de aula interativa o professor precisa desenvolver pelo menos cinco habilidades, entre outras:

1. - Pressupor a participação-intervenção dos alunos, sabendo que participar é muito mais que responder "sim" ou "não", é muito mais que escolher uma opção dada; participar é atuar na construção do conhecimento e da comunicação;
2. - Garantir a bidirecionalidade da emissão e recepção, sabendo que a comunicação e a aprendizagem são produzidas pela ação conjunta do professor e dos alunos;
3. - Disponibilizar múltiplas redes articulatórias, sabendo que não se propõe uma mensagem fechada, ao contrário, se oferece informações em redes de conexões, permitindo ao receptor ampla liberdade de associações, de significações;
4. - Engendrar a cooperação, sabendo que a comunicação e o conhecimento se constroem entre alunos e professor como co-criação e não no trabalho solitário;
5. - Suscitar a expressão e a confrontação das subjetividades, sabendo que a fala livre e plural supõe lidar com as diferenças na construção da tolerância e da democracia.

Estas são habilidades necessárias para o professor aproveitar ao máximo o potencial das novas tecnologias em sala de aula. Contudo, não se destinam somente à sala de aula "inforrica". Pois, uma vez que interatividade é conceito de comunicação e não de informática, tais habilidades são necessárias também para o professor que quer modificar sua postura comunicacional na sala "infopobre".

Ambos podem aprender com o parangolé e com o computador. Quanto a este último, é preciso ter claro que ele vem potencializar e não substituir o trabalho docente; é preciso saber operá-lo para não subutilizar sua natureza interativa, hipertextual. Isso supõe conhecimento razoável da histórica passagem dos velhos computadores movidos por complicadas linguagens de acesso alfanuméricas para as máquinas atuais, onde se clica e abrem-se janelas múltiplas, móveis, em rede, permitindo ao usuário adentramento e manipulação fáceis. Supõe conhecimento razoável da arquitetura hipertextual do computador que permite ao usuário fazer links ou transitar aleatoriamente por fotos, sons, filmes, textos, gráficos, etc, e ainda interferir em conteúdos.

O hipertexto é o novo paradigma tecnológico que liberta o usuário da lógica unívoca da mídia de massa. Ele democratiza a relação do usuário com a informação gerando um ambiente conversacional que não se limita à lógica da distribuição. Em suma, o hipertexto é essencialmente um sistema interativo materializado no chip, permitindo

complexidade na informação e na comunicação. Conhecer e experimentar essa nova dimensão da técnica resulta em habilidades necessárias para que o professor aproveite ao máximo o potencial do computador e da Internet em sala de aula.

Seja infopobre ou inforrica, a sala de aula interativa supõe que o professor se dê conta do hipertexto. Aqui ele pode contar com três sugestões apresentadas por Martín-Barbero, um crítico da utilização das velhas e novas tecnologias na educação.

1. O professor terá que se dar conta do hipertexto: o modelo não-seqüencial, a montagem de conexões em rede que permite e exige uma multiplicidade de recorrências entendidas como diálogo e participação.
2. O professor terá que saber que, em lugar de substituir, o hipertexto vem potencializar a sua autoria. De mero transmissor de lições-padrão, ele deverá converter-se em formulador de interrogações, coordenador de equipes de trabalhos, sistematizador de experiências.
3. O professor deverá saber que não se trata de endeusar o hipertexto que traz uma mudança nos protocolos e processos de leitura, mas colocá-lo em interação com o modelo tradicional. Afinal, o livro de papel, em seu modelo linear, seqüencial, não pode ser invalidado. Não se trata de substituir um modo de ler por outro.¹⁶

Assim, a interatividade e o hipertexto convidam o professor a considerar a necessidade de modificar a comunicação centrada na emissão do professor contador de história, inspirando-se para isso no designer de software.

O professor contador de história é aquele que centra a comunicação no seu falar-ditar, disparando lições-padrão. É o emissor que atrai o receptor para seu universo mental, para seu imaginário, para sua récita.

O designer de software constrói uma rede e não uma rota. Ele define territórios abertos à exploração e conteúdos predispostos a interferências e modificações. Mas é preciso tomar cuidado! Não se trata de comparar o profissional transtemporal, historicamente comprometido com a educação do sujeito e da sociedade, com o jovem profissional informata gerado pelo espírito do nosso tempo.

O professor contador de história terá dificuldade de lidar e aprender com o hipertexto e com as tecnologias digitais.

Para ele, o computador não passa de uma máquina de escrever. Terá dificuldade de lidar com seus alunos, pois está alheio ao novo espectador, menos passivo perante a mensagem fechada à sua intervenção. Aquele, repito, que aprendeu com o controle remoto da TV, com o joystick do video game e agora aprende como o mouse. Aquele que migra da tela estática da TV para a tela do computador conectado à Internet é mais consciente das tentativas de programá-lo e é mais capaz de esquivar-se delas, evita acompanhar argumentos lineares que não permitem a sua interferência, e lida facilmente com o hipertexto, com o digital que define sua experiência comunicacional: interferir, modificar, produzir, partilhar. Essa atitude menos passiva diante da mensagem é sua exigência de uma nova sala de aula, de uma nova postura comunicacional do professor.

Para o novo espectador ou "geração net"¹⁷ a sala de aula centrada na transmissão estará cada vez mais chata. Os alunos estarão cada vez mais desinteressados no modelo baseado na lição-padrão, no falar-ditar do mestre. Aliás, as últimas conclusões do Saeb (Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica do MEC) confirmam essa grave tendência que não se restringe ao ensino básico, pois está também enraizada no ensino médio e superior. Essa constatação faz o ministro da educação vir a público para falar do "efeito chatice" e aventar suas causas:

1. A prevalência do modelo tradicional de ensino: o professor se sente o todo-poderoso, repete conceitos e não sabe interagir com os alunos; os conteúdos estão distantes da realidade e devem ser decorados e cobrados em provas;
2. A oferta atual de informação e conhecimento é cada vez maior e melhor fora da sala de aula, graças aos novos recursos tecnológicos, em especial à Internet e à multimídia interativa.¹⁸

Esse quadro se agrava ampliando a defasagem da escola e da universidade na "era digital". Enquanto isso, empresários e gestores do setor educacional estão cada vez mais compelidos ao investimento em novas tecnologias informáticas aplicáveis em suas instituições, porém pouco atentos à necessidade de modificar a sala de aula centrada na pedagogia da transmissão. Eles freqüentam feiras de educação e informática à procura de soluções para situações bem concretas. Exemplos:

1. Melhorar a performance dos processos de gestão minimizando custos;
2. Capacitar professores e funcionários de modo a otimizar os trabalhos de administração e de ensino-aprendizagem;
3. Preparar as novas gerações para exigências atuais e futuras do mercado de trabalho, onde o principal valor é a capacidade de aprender, de comunicar e de criar utilizando tecnologias digitais;
4. Implementar o "ensino a distância" como extensão inevitável da sala de aula "presencial" e como mais uma opção de negócio.

No entanto, as soluções encontradas especificamente para o redimensionamento urgente e inevitável da sala de aula e

da aprendizagem nem sempre significam salto qualitativo em educação. As salas podem ganhar equipamentos de realidade virtual e carteiras equipadas com monitores que mostram o conteúdo apresentado pelo professor; o aluno pode gravar o conteúdo em disquete e, caso tenha faltado à aula, acessar o site da disciplina onde estão disponibilizados os conteúdos dados e os exercícios propostos; pode, ainda, via e-mail, tirar dúvidas e receber orientações do professor. Ainda assim, prevalecem a transmissão e a lógica da distribuição próprias da sala de aula tradicional e da mídia de massa.

Então, é preciso enfatizar: o essencial não é a tecnologia, mas um novo estilo de pedagogia sustentado por uma modalidade comunicacional que supõe interatividade, isto é, participação, cooperação, bidirecionalidade e multiplicidade de conexões entre informações e atores envolvidos. Mais do que nunca, o professor está desafiado a modificar sua comunicação em sala de aula e na educação. Isso significa modificar sua autoria enquanto docente e inventar um novo modelo de educação. Como diz Edgar Morin, "hoje, é preciso inventar um novo modelo de educação, já que estamos numa época que favorece a oportunidade de disseminar um outro modo de pensamento".¹⁹ A época é essa!: a era digital, a sociedade em rede, a sociedade de informação, a cibercultura.

Notas

1 Este texto sintetiza aspectos centrais do livro Sala de aula interativa (Rio de Janeiro: Quartet, 2000) de minha autoria. E complementa a leitura de dois outros artigos que publiquei neste Boletim: 1. "Que é interatividade?", Boletim Técnico do SENAC, Rio de Janeiro, v. 24, n.º 2, mai./ago., 1998; 2. Interatividade: uma mudança do esquema clássico da comunicação. Boletim Técnico do SENAC, Rio de Janeiro, v. 26, nº 3, set/dez 2000.

2 SFEZ, Lucien. Crítica da comunicação. São Paulo: Loyola, 1994, p. 267-276. Ver também: AS TECNOLOGIAS do espírito. Revista FAMECOS, Porto Alegre, PUC, nº6, 1997. p. 7s.

3 MACHADO, A. Pré-cinemas & Pós-cinemas. Campinas(SP): Papyrus, 1997. p. 250.

4 MARCHAND, Marie. Les paradis informationnels: du minitel aux services de communication du futur. Paris: Masson, 1986, p. 9s. Ver também: Marco SILVA. Interatividade: uma mudança fundamental do esquema clássico da comunicação. Boletim Técnico do SENAC, Rio de Janeiro, v. 23, nº 3, p. 19-27, set./dez., 2000.

5 MACHADO, A. Entenda a sua época. Folha de São Paulo, 13 abr. 1997. p. 5. Caderno Ilustrada.

1. KRETZ, Francis. Le concept pluriel d'interactivités ou l'interactivité vous laisse-t-elle chaud ou froid. Bulletin de l'IDATE. Paris: Centro Georges Pompidou, n. 20, jul., 1985.

7 "O que é um hipertexto? Em termos bastante simplificados, podemos explicá-lo da seguinte maneira: todo texto, desde a invenção da escrita, foi pensado e praticado como um dispositivo linear, como sucessão retilínea de caracteres, apoiada num suporte plano. A idéia básica do hipertexto é aproveitar arquitetura não-linear das memórias de computador para viabilizar textos tridimensionais como aqueles do holopoema, porém dotados de uma estrutura dinâmica que os tornem manipuláveis interativamente. Na sua forma mais avançada e limítrofe, o hipertexto seria algo assim como um texto escrito no eixo do paradigma, ou seja, um texto que já traz dentro de si várias outras possibilidades de leitura e diante do qual se pode escolher dentre várias alternativas de atualização. Na verdade, não se trata mais de um texto, mas de uma imensa superposição de textos, que se pode ler na direção do paradigma, como alternativas virtuais da mesma escritura, ou na direção do sintagma, como textos que correm paralelamente ou que se tangenciam em determinados pontos, permitindo optar entre prosseguir na mesma linha ou enveredar por um outro caminho. A maneira mais usual de visualizar essa escritura múltipla na tela plana do monitor de vídeo é através de 'janelas' (windows) paralelas, que se pode ir abrindo sempre que necessário, e também através de 'elos' (links) que ligam determinadas palavras-chave de um texto a outros disponíveis na memória." (MACHADO, Arlindo. Máquina e imaginário: o desafio das poéticas tecnológicas. São Paulo: EDUSP, 1993. p. 286, 288).

8 COUCHOT, Edmond. A arte pode ainda ser um relógio que adianta? O autor, a obra e o espectador na hora do tempo real. In: DOMINGUES, D. (Org.). A arte no século XXI: a humanização das tecnologias. São Paulo: FAPESP, 1997. p. 136s.

9 ECO, Umberto. Obra aberta. São Paulo: Perspectiva. 1976.

10 OITICICA, Hélio. Aspiro ao grande labirinto. Rio de Janeiro: Rocco, 1996, p. 70s. (Seleção de textos).

11 THORNBURG. Apud PASSARELLI, Brasilina. Hipermídia e a educação: algumas pesquisas e experiências. Contexto & Educação, Ijuí (RS), n. 34, v. 8, out./dez. 1993. p. 66.

12 LEVY, Pierre. As tecnologias da inteligência: o futuro do pensamento na era da informática. Tradução de: Carlos I. da Costa. Rio de Janeiro: Ed. 34, 1993. p. 8.

13 FREIRE, Paulo. Educação e mudança. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979. p. 38.

14 Id. A importância do ato de ler. São Paulo: Autores Associados, 1982. p. 130s.

15 Id. Pedagogia da esperança. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1992. p. 81.

16 MARTÍN-BARBERO, Jesus. Nuevos regímenes de visualidad y des-centramientos culturales. Bogotá, [s.n.] 1998. p. 23. Cópia reprográfica.

17 Cf. TAPSCOTT, Don. Geração digital: a crescente e irreduzível ascensão da geração net. Tradução de: Ruth Bahr. São Paulo: Makron Books, 1999.

18 Cf. GÓIS, Antônio. Ensino básico tem queda de qualidade. Folha de São Paulo, 29 nov. 2000. p. 5. Caderno Cotidiano.

19 MORIN, Edgard. Os países latinos têm culturas vivas. Jornal do Brasil, Rio de Janeiro, 05, set., 1998. p. 4. Caderno Idéias/Livros.

CIDADANIA

Modernização e Cidadania: Heranças de um Pacto Conservador

Érica Vieira de Almeida - Érica Vieira de Almeida é assistente social e professora assistente da UFF/Instituto de Ciências da Sociedade e Desenvolvimento Regional, Campos dos Goitacazes, RJ. Mestre em Serviço Social na Escola de Serviço Social da UFRJ.

E-mail: ericcalmeida@uol.com.br.

Esta análise trata da lenta e nem sempre linear trajetória da cidadania brasileira, ou seja, das diferentes conjunturas históricas em que se deram a emergência, a ampliação, bem como a restrição dos direitos civis, políticos e sociais. Ao destacar o vínculo entre o padrão deficitário de cidadania consolidado no Brasil e o processo de modernização capitalista aqui realizado e adequadamente caracterizado, por um conjunto de autores, como uma revolução "pelo alto", o presente trabalho procura demonstrar que o padrão de modernização aqui implementado não foi capaz de romper com os interesses das "velhas" oligarquias, conservando um conjunto de elementos da ordem anterior. Nesse sentido, este artigo procurará recuperar, a partir de uma análise histórica que prioriza o protagonismo das classes e frações de classes, a natureza excludente e conservadora dos pactos políticos que conduziram o processo de modernização capitalista no país e suas conseqüências, sobretudo, quanto aos impasses à construção da cidadania e de uma esfera pública democrática.

Considerando que uma das dimensões da cidadania está diretamente associada à democratização das relações entre Estado e sociedade, nossa análise procura demonstrar que, ao contrário das formações econômico-sociais que realizaram uma revolução democrático-burguesa, nas quais o protagonismo das forças populares foi imprescindível à formação de um projeto revolucionário contrário ao ancien régime, o Brasil não realizou a sua transição ao capitalismo por meio de um "corte revolucionário" com o padrão societário anterior. A ausência de participação das classes subalternas no projeto de modernização da nação brasileira impediu a efetivação de um projeto nacional hegemônico, no qual a integração social dessas mesmas classes figurasse como questão central, revelando a face excludente de uma sociedade que conheceria a cidadania apenas de forma parcial e incompleta.

Ao colocar em debate o vínculo entre "revolução passiva à brasileira"¹ e a consolidação de uma determinada cidadania que vem sendo qualificada pelos diferentes autores como "deficitária", "incompleta", "regulada", "inacabável", "imperfeita", "virtual", "passiva", dentre outras, gostaríamos de chamar a atenção não apenas para o modo pelo qual o Brasil se modernizou, mas, sobretudo, para a presença de determinadas particularidades no processo de modernização brasileiro que terão um papel fundamental na constituição desse vínculo.

O reconhecimento de uma alternativa histórica à revolução burguesa "clássica", de tipo jacobino, na transição para o capitalismo permitiu que autores como Lênin, Gramsci e Barrington Moore Jr.² desenvolvessem uma rica e complexa análise em torno das formações econômico-sociais que não se modernizaram a partir de uma revolução nacional nos moldes daquelas realizadas na Inglaterra (século XVII), na França e nos Estados

Unidos (século XVIII). Embora os conceitos de "via-prussiana" (Lênin), "revolução passiva" (Gramsci) e "modernização conservadora" (Moore) carreguem consigo as "especificidades" de distintas formações econômico-sociais, na medida em que foram elaborados para interpretá-las, eles conseguem traduzir um conjunto de relações históricas responsáveis pela determinação dos processos de revolução "pelo alto" ou "revolução sem revolução".

O compartilhamento da tese plurilinear de que a revolução democrático-burguesa não foi a única "via" de transição ao mundo moderno, ou seja, de que nem todas as sociedades se modernizaram a partir de uma ruptura radical com o ancien régime vai se transformar no "elo" que une esses autores, de matrizes e tempos históricos diferentes. Segundo os mesmos, e daí a sua proximidade teórica, algumas formações econômico-sociais vão passar por um lento e gradual processo de modernização, no qual são conservados inúmeros elementos da "velha" ordem (pré-capitalista). Essa conservação de inúmeros elementos pré-capitalistas significa que nem sempre a modernização capitalista vai implicar a destruição completa das instituições e relações tradicionais vigentes no ancien régime. Ao contrário, as experiências históricas de revolução "pelo alto" demonstraram exatamente a possibilidade da conciliação entre o "arcaico" e o "moderno".

Juntos esses autores constituirão a estrutura teórica da análise em foco, principalmente no que diz respeito às conseqüências sociais e políticas dessa forma de transição ao capitalismo, que se caracteriza, de modo geral, pela exclusão das classes subalternas mediante uma conciliação política entre as "velhas" e as "novas" forças sociais dominantes e pela conservação de uma série de elementos pré-capitalistas que impedirão o desenvolvimento de relações mais democráticas e de projetos mais inclusivos ou, nos termos gramscianos, de um projeto mais hegemônico.

De modo geral, este artigo procura demonstrar que a exclusão das classes subalternas nas experiências de "revolução passiva" no Brasil não constituiu apenas uma determinação importante desse processo; ela também foi uma conseqüência dos processos de renovação que se assentaram numa conciliação entre o "arcaico" e o "moderno". Num texto intitulado "Caminhos e descaminhos da Revolução Passiva à Brasileira", o autor Luis Werneck Vianna³ afirma que "o Brasil, mais do que qualquer outro país da América Ibérica, pode ser caracterizado como o lugar por excelência da revolução passiva". Ao contrário das revoluções democrático-burguesas, a ausência de uma classe "dirigente" no Brasil, no caso a burguesia, capaz de promover uma ampla aliança contra o projeto elitista e excludente das oligarquias

agrárias, impossibilitou a construção de um projeto hegemônico, no qual parte das necessidades e dos interesses das classes subalternas fosse reconhecida e incorporada.

Nossa intenção neste artigo é chamar a atenção para a força e a determinação do passado, ou seja, da nossa herança patrimonialista, elitista, escravocrata, autoritária e excludente na configuração da sociedade brasileira atual. Para tanto, é imprescindível que desmistifiquemos o significado das "revoluções" brasileiras, compreendendo-as como revoluções "pelo alto" ou "revoluções passivas" que não tiveram outra intenção senão a de conservar o poder político das elites tradicionais e, por conseguinte, de dispensar a sociedade civil de um maior protagonismo político.

Cabe lembrar, de forma bem resumida, que tanto a Emancipação Política (1822) quanto a República (1889) foram movimentos elitistas que se caracterizaram pela ausência do "elemento popular", como assinala Gramsci nos casos das "revoluções passivas". Articulada pelas oligarquias agrárias e pela burguesia mercantil nacional contra o monopólio da Coroa Portuguesa, a Independência do Brasil, conhecida também como um "golpe palaciano", se caracterizou por uma conciliação entre frações dominantes, num acordo que preservou os pilares do sistema colonial — a escravidão, o grande latifúndio e a monocultura para exportação.

Além disso, o novo Estado nacional tratará de manter uma esfera política bastante reduzida, assentada no poder moderador, no voto censitário (pelo menos até 1881) e na ausência de partidos independentes.

A República não foi diferente. Concebida também como produto de mais um acordo elitista, neste caso, firmado entre as oligarquias cafejeiras e frações do Exército, ela também excluiu o protagonismo popular. Suas seqüelas mais importantes foram a privatização do Estado pelos interesses das oligarquias cafejeiras e a manutenção de um Estado centralizador, autoritário, coercitivo, sobretudo no que se refere ao tratamento da "questão social", tratada como caso de polícia e não de política.

Cabe lembrar que, no que se refere ao mercado de trabalho, a primeira constituição republicana (de 1891)⁴ se manteve fiel aos princípios da ortodoxia liberal de não intervenção do Estado nas relações entre capital e trabalho. Aliás, essa ortodoxia só foi quebrada, pelo menos parcialmente, mediante o protagonismo do movimento operário nas primeiras três décadas do século XX. Coube, assim, ao movimento sindical de tradição anarquista e, mais tarde, aos comunistas, a tarefa de publicizar os conflitos entre capital e trabalho, restritos, até então, ao domínio privado das fábricas e das fazendas. À luta por um conjunto de direitos trabalhistas somava-se a luta pela socialização da política, aspecto central para a ampliação da esfera pública. Vale lembrar que, embora a Constituição de 1889⁵ mantivesse a extinção do voto censitário, ela negava os direitos políticos aos analfabetos.

Segundo José Murilo de Carvalho,⁶ se em 1872 os eleitores eram 11% da população total, incluindo os escravos (índice maior que o da Inglaterra, Itália e Portugal), em 1894, essa participação caiu vertiginosamente para 2,2% da população, o que revela a persistência de uma cultura política autoritária que insiste em desqualificar as classes subalternas para a participação na vida pública. Aliás, não será outra a intenção contida na proposta corporativista do Estado Novo, qual seja, a de esvaziar o sentido transformador do movimento operário dos anos 20.

Aproveitando-se de uma sociedade civil ainda débil e dependente, de tipo "oriental",⁷ as elites tradicionais brasileiras se anteciparam e acabaram conduzindo as principais transições no país, pelo menos até a década de 80, quando a sociedade civil ganha, enfim, características "ocidentais" e passa a intervir mais efetivamente na esfera pública. Além da debilidade da sociedade civil brasileira, a ausência de uma classe dirigente (também no sentido gramsciano) durante o processo de transição da sociedade rural, tradicional, à sociedade moderna, urbano-industrial, acabou possibilitando que as oligarquias tradicionais (não-exportadoras) se mantivessem no poder, conservando uma série de elementos pré-capitalistas, dentre eles as relações de servidão no campo e os mecanismos de coerção extra-econômica.

Conhecida como o marco da modernização brasileira, a "Revolução de 1930" constituiu-se num movimento elitista ligado às oligarquias agrárias e regionais, insatisfeitas com o domínio das oligarquias exportadoras. Nesse sentido, ela se caracterizou muito mais como uma fratura no interior da classe dominante do que como um conflito entre o arcaico e o moderno. Ao não deslocar as oligarquias agrárias do poder, a Revolução de 1930 selava o seu compromisso com um padrão de modernização caracterizado por um lento e gradual processo de mudanças moleculares, em que o passado não foi completamente substituído; ao contrário, a sua permanência aparecia como condição sine qua non para a expansão do capitalismo no Brasil.

O enquadramento do movimento sindical, através das práticas de cooptação e da implementação da Legislação Social, foi fundamental à recuperação da "paz social", necessária aos interesses da expansão capitalista.

Transformados em órgãos de colaboração do Governo, os sindicatos perderam a sua autonomia para realizar as críticas necessárias ao padrão de cidadania que excluía da proteção social pública a maioria dos trabalhadores brasileiros.⁸ Ademais, a ausência de uma sociedade civil independente e plural impedia uma oposição mais orgânica ao Estado Novo, que, além de dar prosseguimento à política corporativista, eliminou as instituições políticas que tinham a função de mediar a relação entre Estado e sociedade, tais como os partidos e o Parlamento, para legitimar-se enquanto representante exclusivo do "povo".

Essa comunhão entre Estado e Nação não só privou a sociedade brasileira de expressar publicamente as suas divergências com relação à política de Vargas, como também impediu que a modernização econômica fosse acompanhada de mudanças significativas na relação entre o Estado e a sociedade, sobretudo daquelas que apontavam

para a superação de um certo particularismo, tendo em vista a construção de uma esfera pública.

Esse "vazio político"⁹ durante a transição da sociedade tradicional, rural, para a sociedade moderna, industrial, fez com que o Estado assumisse o lugar que seria da classe dirigente na condução do processo de modernização, o que, por sua vez, contribuiu para gestar e consolidar um Estado hipertrofiado, coercitivo, e que se constituiu no principal agente (político e financeiro) da modernização brasileira.

Amplamente utilizados pelo Estado brasileiro contra o crescimento e a organização do movimento sindical autêntico, a Legislação Social e o corporativismo estatal foram os grandes responsáveis, do ponto de vista do desenvolvimento industrial, pelo sucesso da expansão capitalista no Brasil a partir dos anos 30 e pela adoção de um padrão capitalista refratário à regulação pública e democrática do mercado de trabalho.

Essa combinação entre o velho e o novo demonstra que, no Brasil, o moderno não se opôs ao arcaico; ao contrário, a conciliação entre eles constituiu-se numa condição sine qua non à implementação do modelo de substituição de importações, que só foi possível graças à privatização do fundo público e à manutenção das relações de servidão no campo, considerando a completa ausência de regulamentação relativa ao mercado de trabalho rural. Além disso, a precarização das condições de trabalho e de vida na cidade também contribuiu para o processo de formação do excedente necessário ao desenvolvimento industrial. Aliás, no que se refere às relações de trabalho no campo, essas só serão regulamentadas na década de 60 com o Estatuto do Trabalhador Rural em virtude da pressão do sindicalismo rural e das Ligas Camponesas.

Nesse sentido, podemos concluir que os anos que se seguiram à Revolução de 1930 foram essenciais não só para a criação dos pilares necessários à implantação da política de substituição de importações (plenamente desenvolvida nas décadas de 50 e 60), mas, sobretudo, para a afirmação de uma cultura política autoritária e elitista em que as classes subalternas não são reconhecidas como sujeito de direitos e, portanto, enquanto sujeito da sua própria história. Além disso, a ausência de um projeto nacional hegemônico demonstrava a incapacidade da nossa "revolução passiva" de articular os múltiplos interesses sociais necessários para construir uma aliança política mais progressista, na qual parte dos interesses das classes subalternas fosse incorporada.

Caracterizado como mais uma transição "pelo alto" ou "revolução passiva", o processo de "redemocratização" de 1945 não teve a intenção de consolidar uma nova ordem político-social, na qual a modernização econômica fosse acompanhada pela modernização política e pela institucionalização de verdadeiros canais de participação social e de controle social do Estado. Ao contrário, a manutenção da estrutura corporativa estadonovista, da "cidadania regulada", de partidos criados "de cima para baixo" e mais, os obstáculos à autonomia das classes trabalhadoras no campo e na cidade, limitaram o projeto de "redemocratização" pós-45.

Desse modo, podemos concluir que o novo bloco de poder que se organizou a partir do fim do Estado Novo não chegou a se constituir numa alternativa democrática para o país. Ele foi, antes de tudo, uma reorganização das forças políticas, um novo arranjo entre as frações de classe dominantes, uma nova combinação de interesses, na qual a ausência de hegemonia impedirá, mais uma vez, o predomínio de relações políticas menos verticalizadas e desiguais.

Se, de um lado, o populismo foi um modo determinado e concreto de manipulação das classes subalternas, de outro, ele propiciou a expressão de suas insatisfações. Ora, ao ressaltarmos o elemento contraditório que permeia o populismo no Brasil, pretendemos afirmar que se, enquanto forma de incorporação das massas urbanas, o populismo constituiu a principal estratégia de legitimidade e manutenção do pacto de dominação pós-45, foi ele, também, que gestou as condições favoráveis e necessárias à crítica e à superação desse mesmo pacto.

Assim, mesmo limitadas na sua autonomia, tanto sindical quanto político-partidária, as classes subalternas levarão os governos populistas a estabelecerem com elas um tipo de relação política de natureza diferente da estabelecida pelos governos anteriores. A institucionalização do voto e a necessidade de legitimidade por parte dos governos eleitos passam a exigir uma relação de "mão-dupla" entre o Estado e as classes subalternas, revelando um campo de contradições e de possibilidades para a ação política dessas mesmas classes.

É nesse sentido que o golpe de 64 não pode ser visto como uma simples reação das elites às Reformas de Base, mas como uma típica reação das elites brasileiras contra o protagonismo das classes subalternas, que, por meio dos diferentes movimentos sociais, do campo ou da cidade, visavam à ampliação das fronteiras estreitas do pacto de dominação populista em direção a um projeto nacional mais inclusivo.

Ao analisar o caráter autoritário do Estado brasileiro, Francisco de Oliveira¹⁰ nos lembra que, em 60 anos (entre a "Revolução de 30" e o ano de 1990), foram duas ditaduras, totalizando trinta e cinco anos. Se considerarmos, porém, os golpes e as tentativas, serão um golpe ou uma tentativa para cada três anos. Esses dados são bastante elucidativos no que se refere à forma autoritária e violenta da qual as elites brasileiras se serviram para impedir os segmentos populares de qualquer protagonismo nacional.

Com o Golpe de abril, mais uma vez, a Nação será impedida de vivenciar uma experiência democrática. Na verdade, a intervenção militar de 64, que pôs fim à possibilidade de construção de uma nova relação política mediatizada pelo debate público, é a expressão de uma sociedade que não foi capaz de aprofundar e consolidar os canais institucionais necessários à manifestação dos conflitos em face da emergência dos movimentos sociais autônomos do campo e da cidade.

A intervenção militar de 64 não revelou apenas o esgotamento das condições sócio-históricas favoráveis ao "pacto de dominação" assentado no modelo de substituição de importações, e a sua incapacidade de ampliar a "cidadania regulada", mas, também, e, sobretudo, o limite dos governos "populistas" na efetivação das reformas democráticas. Um outro aspecto importante na análise da cidadania brasileira é aquele que diz respeito ao vínculo entre os direitos sociais e às conjunturas de restrição de direitos civis e políticos.

Embora os direitos sociais constituam uma resposta às reivindicações populares, a forma como foram incorporados pelo Estado-autoritário em 37 e 64 permite que eles funcionem como mecanismos importantes na formação do consentimento, principalmente daqueles segmentos privilegiados pela Legislação Social de Vargas e, mais tarde, pela expansão da cobertura previdenciária e demais programas implementados pela Ditadura de 64. Além do mais, a emergência e a expansão dos direitos sociais durante esses períodos comprometem a crença na disputa política, ou melhor, na democracia política como um mecanismo necessário à efetivação da esfera pública, mesmo com os limites referentes à democracia realmente existente.

O fato de a emergência e de o processo de ampliação dos direitos sociais no Brasil aparecerem associados às duas conjunturas de restrição de direitos civis e políticos no período pós-30 ("Estado Novo" e "Estado de Segurança Nacional") poderia, inicialmente, nos levar a pensar que nem sempre a cidadania é consequência do processo de democratização. Considerado um traço constitutivo das modernizações conservadoras, a antecipação ou outorga dos direitos sociais pelos Estados-autoritários tanto no final da década de 30, início da década de 40 quanto nas décadas de 60 e 70, constituiu-se num mecanismo privilegiado de legitimação dos mesmos. Na verdade, ao incorporar um conjunto de medidas voltadas para a reprodução da força de trabalho, o Estado visava a conquistar a adesão e o consentimento de segmentos importantes da classe trabalhadora, minimizando os conflitos de classe e, sobretudo, desarticulando as oposições à ordem vigente.

Nesse sentido, poderíamos afirmar precipitadamente que os direitos sociais, na sua forma restrita e seletiva, serviram apenas à manutenção do "pacto de dominação" no Brasil pós-30, principalmente porque eles não implicaram a alteração das relações entre Estado e sociedade, ou seja, sua implementação não foi resultado e nem teve como consequência a ampliação da esfera pública, muito pelo contrário.

Entretanto, se verificarmos as conjunturas anteriores ao período em que se deu a emergência dos direitos sociais, bem como a sua expansão, podemos concluir também que elas se caracterizaram por uma intensa mobilização das classes subalternas em defesa dos seus interesses. Essa consideração nos leva a afirmar que tanto o movimento operário e a articulação política das classes subalternas, através do Partido Comunista na década de 20 quanto o protagonismo do movimento sindical, das Ligas Camponesas, do movimento estudantil, dos diferentes movimentos sociais urbanos, dentre outros, no final dos anos 50 e início da década de 60, funcionaram como verdadeiros instrumentos de "pressão" sobre os Estados-autoritários para que eles implementassem os direitos sociais. Assim, não há nenhuma contradição na tese que associa cidadania à democratização de uma determinada sociedade, ou seja, à capacidade de a população interferir na condução da vida pública.

A redefinição das práticas sócio-políticas das classes, alterando o padrão de enfrentamento entre as classes fundamentais durante o processo de transição que se inicia na década de 70, expressa a mudança qualitativa da sociedade civil brasileira que, enfim, completa o seu processo de "ocidentalização", no sentido gramsciano.

Segundo Carlos Nelson Coutinho,¹¹ ao desenvolver, de forma definitiva, a modernização capitalista, a ditadura brasileira de 64 vai contribuir para esse processo de "ocidentalização" da sociedade civil brasileira, que, no final da década de 70, dá mostras da sua complexidade, diferenciação e articulação.

Nesse sentido, a pressão por parte dos movimentos sociais, principalmente o movimento sindical do final da década de 70, foi essencial para a superação do quadro clássico de "revolução passiva" durante a transição dos anos 80. Embora esse processo de socialização política não tenha conseguido produzir as mudanças necessárias à efetivação de um projeto nacional hegemônico e, portanto, mais democrático e inclusivo, ele permitirá não apenas a publicização das contradições, mas também a estruturação de novas práticas sociopolíticas mais orgânicas e autônomas por parte das classes subalternas.

A essa combinação de processos "pelo alto" e "por baixo", de soluções negociadas entre as elites e das pressões populares, Coutinho¹² chamará de "transição fraca", ou seja, um processo de transformação que amplia os espaços políticos e, ao mesmo tempo, conserva os elementos autoritários e excludentes do regime anterior.

Por mais que o episódio da transição democrática dos anos 80 se caracterizasse pelo protagonismo popular, ou seja, pelas pressões de "baixo para cima", as negociações entre as elites dominantes acabariam por prevalecer sobre as demandas populares por um processo de democratização.

Nascida de um amplo acordo de cúpula, a "Nova República" possuía uma deficiência congênita para enfrentar a tradição republicana autoritária e elitista, que tem desqualificado a participação das classes subalternas por meio da associação entre práticas coercitivas e de cooptação. Como se não bastassem as velhas questões relativas à insuficiência de uma esfera pública, bem como dos mecanismos sociais de controle do Estado, a Nova República se mostrou incapaz de superar os níveis abismais de apartação social, fruto de um processo de "modernização conservadora" que se reproduziu às custas de uma intensa exploração da força de trabalho e de uma política de proteção social deficitária e seletiva. A ausência de perspectivas e esperanças no final da década de 80 foi o resultado mais cruel da "transição fraca". Na verdade, a conjugação das duas transições — uma política e a outra econômico-social —, fruto do processo

de reestruturação do capitalismo mundial, acabou possibilitando, no desfecho da transição política brasileira, uma situação bastante favorável ao esvaziamento do projeto democrático no qual se assentava a oposição ao Estado autoritário.

Ao contrário, portanto, de um acordo amplo, protagonizado por classes e frações de classe dispostas a construir um projeto social mais integrador e democrático, a "transição fraca" se caracterizará como mais um pacto restrito e "pelo alto". Daí a manutenção de uma série de elementos do regime anterior, dentre eles a permanência de um Estado hipertrofiado, dos mecanismos transformistas, de formas de "populismo", que desprezam as mediações políticas, e da tutela militar. Além, é claro, da manutenção dos latifúndios. Segundo Coutinho,¹³ a evidência disso é a presença de elementos arcaicos e "prussianos" no governo Sarney, o que o tornou incapaz de implementar os mecanismos democráticos necessários à participação efetiva da população na gestão da vida nacional, principalmente no que diz respeito à definição das políticas econômicas e sociais, bem como das prioridades e investimentos estatais.

A modernização brasileira desaguou na globalização, assistindo à agudização dos seus componentes mais perversos e reduzindo as chances de construção de um projeto mais hegemônico. Num tempo histórico em que o privatismo passa a se constituir na única medida das relações sociais e a vida social passa a ser regulada única e exclusivamente pelas relações de mercado, a cidadania ganha uma dimensão inquestionável, não só porque propõe uma outra lógica de regulação da vida em sociedade, mas também porque o seu aprofundamento significa a possibilidade concreta de reinventarmos e refundarmos o sentido de público, portanto, de soberania popular nas sociedades contemporâneas.

No que se refere à Constituição de 88,¹⁴ esta será permeada de contradições e disputas sintonizadas tanto com a emergência de uma "sociedade civil" de tipo "ocidental",¹⁵ quanto com o aprofundamento da crise econômica e, conseqüentemente, com o aparecimento de novas formas de corporativismo.

Como conseqüência desse processo, em que os interesses particulares se sobrepõem aos interesses públicos, provocando um encolhimento ainda maior da frágil esfera pública brasileira conquistada a partir da década de 80, os direitos sociais ainda não se constituirão em direitos para todos. Na medida em que aparecem vinculados apenas a um determinado segmento da "classe que vive do trabalho", os trabalhadores formais, eles excluem da cidadania os trabalhadores precarizados, temporários, parciais, subcontratados, terceirizados, ou seja, todos aqueles vinculados à chamada economia informal.

Nesse sentido, a restrição dos direitos trabalhistas e previdenciários aos trabalhadores formais, em contraposição à Política de Assistência voltada prioritariamente para aqueles em situação de "risco social" e, dentre eles, os trabalhadores informais, deixava claros os obstáculos à construção de uma socialidade mais equitativa e democrática.

Embora a Constituição Cidadã¹⁶ tenha representado uma conquista importante, sobretudo com relação à socialização de novas referências que mobilizaram grande parte da sociedade civil brasileira em torno da luta pela democratização dos espaços públicos, ela não foi capaz de superar os problemas relativos à ausência de uma regulação sócio-estatal orientada pelo debate público e nacional. Na verdade, o protagonismo popular dos anos 80 não foi suficiente para transformar a relação vertical entre Estado e sociedade e promover o aprofundamento da democratização da sociedade brasileira. Ao nos referirmos à democratização da sociedade, estamos tratando do processo de construção de uma nova sociedade assentada cada vez mais no debate público e no consenso.

Ora, a "transição fraca" se caracterizou exatamente pela sua incapacidade de incorporar as demandas apresentadas pela sociedade civil, sobretudo aquelas apresentadas pelos novos atores políticos coletivos (de matiz progressista), em contraposição tanto aos velhos interesses (das oligarquias) quanto às novas exigências impostas pela reestruturação do capitalismo mundial. Não podemos nos esquecer de que o processo de reestruturação do capitalismo mundial vai impor uma série de medidas restritivas às economias nacionais, sobretudo às economias dos países periféricos que afetará em cheio o núcleo social da Constituição Cidadã,¹⁷ ou seja, o seu compromisso com a ampliação da cidadania mediante a universalização dos direitos sociais.

Dentre essas medidas, destinadas a recuperar o crescimento econômico e a reduzir o déficit público, encontra-se a desregulamentação da economia e da já tão precária proteção social, imprescindível ao retorno da situação ideal do mercado conforme o ideal neoliberal — o mercado "auto-regulável".

As novas conquistas obtidas pelos setores progressistas da sociedade civil (com destaque para o movimento sindical, para os movimentos sociais, bem como para a articulação destes setores com os partidos de oposição) no texto constitucional, com relação à democratização das relações políticas, embora significativas, não foram suficientes para ampliar e consolidar uma esfera pública no Brasil, o que permitiu que as velhas práticas privatistas ganhassem fôlego novamente. Além disso, a ausência de uma ampla reforma do Estado brasileiro, não a reforma dos neoliberais, que rejeitam qualquer forma de regulação sócio-estatal, mas de uma reforma que aproxime o Estado cada vez mais da sociedade, revitalizando os seus vínculos com os movimentos sociais, acabou provocando um completo esvaziamento do conteúdo democrático das conquistas incorporadas ao texto de 88.

A presença da "ofensiva neoliberal" entre nós e das suas teses a respeito da desresponsabilização do Estado, da redução da ação reguladora dos estados nacionais, da desregulamentação da economia, da flexibilização dos direitos, e ainda, a respeito da mercantilização do conjunto das relações sociais, demonstra tanto os novos problemas engendrados pelo atual padrão de acumulação quanto os novos desafios a ser enfrentados pelas sociedades, sobretudo nos países periféricos.

A combinação perversa dos fatores nacionais com a conjuntura imposta pela hegemonia do capital financeiro, pela reestruturação produtiva e pela nova divisão internacional do trabalho impediu que a Constituição Cidadã se efetivasse concretamente, reduzindo as possibilidades de um projeto nacional mais conseqüente. Ademais, a ausência de efetividade na ampliação e no aprofundamento dos mecanismos de participação popular e de controle social do Estado brasileiro (os Conselhos são um bom exemplo disto) vem acentuando, ainda mais, o processo de fragmentação da classe trabalhadora.

Incapaz de representar os interesses da maioria da população, o Estado brasileiro tem se mostrado ineficiente no que se refere ao enfrentamento das desigualdades e da exclusão social, o que vem acentuando, por sua vez, a ruptura da solidariedade entre as classes e, conseqüentemente, a violência, nas suas múltiplas expressões. Esse aprofundamento da "apartação social" é lamentável, sobretudo do ponto de vista da construção de uma alternativa política verdadeiramente democrática, capaz de gerar uma esfera pública que amplie continuamente a democracia. Nesse sentido, a luta pela cidadania no Brasil deve ser recuperada em função daquilo que ela tem de possibilidades, ou seja, daquilo que ela ainda pode e deve construir e aprofundar.

Embora os países capitalistas do primeiro mundo, com destaque para os países do Norte da Europa, sob o comando da social-democracia, tenham avançado significativamente no que se refere às conquistas sociais e mesmo no que diz respeito à consolidação de uma esfera pública, eles não foram capazes de efetivar concretamente as condições objetivas e subjetivas necessárias ao aprofundamento do processo de democratização em todas as dimensões da vida social.

A introdução de uma nova lógica na regulação da vida social, uma lógica não-mercantil, alterou radicalmente a socialidade capitalista. Entretanto, a manutenção dos fundamentos de uma sociedade de classes, seguida das condições atuais em que se dá a reprodução capitalista, acabou restringindo o poder de influência das esferas públicas, ou se preferirmos, o seu esvaziamento, comprometendo seriamente o significado da democracia, atualmente limitado ao jogo eleitoral, ou seja, à sua dimensão institucional apenas. Essa situação pode ser comprovada através das crises políticas, éticas, sociais, étnicas, religiosas, ambientais, administrativas, dentre outras, instaladas recentemente nos países que consolidaram o Estado de Bem-Estar Social.

Entre nós, o neoliberalismo, que vem se constituindo na principal referência política para a ação dos últimos governos, desde a eleição de Collor em 1989, eliminou uma série de conquistas sociais obtidas na Constituição de 1988,¹⁸ relativas à regulamentação da vida social, principalmente no que se refere ao mercado de trabalho, conquistas, portanto, que vão de encontro aos interesses do "livre mercado".

Dentre as inúmeras conseqüências da subordinação do governo brasileiro às deliberações do Consenso de Washington, a desresponsabilização do Estado com relação à "questão social" tem sido uma das mais nocivas e preocupantes, sobretudo porque abre espaço para a perpetuação de um corporativismo perigoso que sobrepõe interesses particulares aos interesses públicos, destruindo qualquer possibilidade de consolidação de uma proposta política assentada na vontade coletiva. Os efeitos nefastos dessa apartação podem ser claramente percebidos quando a miséria e a desigualdade social, que continuam a ser os problemas mais graves do país, vão deixando de ser um desafio para toda a sociedade brasileira.

Notas

1 VIANNA, Luiz Werneck. Caminhos e descaminhos da revolução passiva à brasileira. Dados, Rio de Janeiro, v.39, n.3, p.377-392, 1996.

2 LENIN. O desenvolvimento do capitalismo na Rússia. São Paulo: Nova Cultural, 1985; GRAMSCI, A. Quaderni del cárcere. Turim: Einaudi, 1975; MOORE JR., Barrington. As origens sociais da ditadura e da democracia: senhores e camponeses na construção do mundo moderno. São Paulo: Martins Fontes, 1983.

3 VIANNA, L.W. op. cit.

4 BRASIL. Constituição (1891). Constituição da República dos Estados Unidos do Brazil. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1891. 535 p.

5 Id. ibid.

6 CARVALHO, José Murilo de. A construção da cidadania no Brasil. México: Fondo de Cultura Económica, 1993, 230 p. Mimeogr.

7 Sobre esta distinção, afirma Gramsci: "No 'orientes', o Estado era tudo e a sociedade civil era primitiva e gelatinosa; no 'ocidente', entre Estado e sociedade civil havia uma relação equilibrada: a um abalo do Estado, imediatamente se percebia uma robusta estrutura da sociedade civil". (Apud COUTINHO, C.N. Gramsci: um estudo sobre o seu pensamento político. Rio de Janeiro: Campus, 1989.p.92).

8 Por "cidadania regulada" entende-se uma forma parcial e incompleta de cidadania que privilegia alguns segmentos ocupacionais em detrimento do conjunto das classes subalternas, na medida em que exclui do padrão de proteção social as demais categorias de trabalhadores urbanos (não-regulamentadas pelo Estado Novo), os trabalhadores informais, os autônomos, os trabalhadores rurais, os trabalhadores domésticos e os desempregados e indigentes. Ver SANTOS, Wanderley Guilherme dos. Cidadania e justiça: a política

social na ordem brasileira. 3.ed. Rio de Janeiro: Campus, 1994.

9 WEFFORT, F. O populismo na política brasileira. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.

10 OLIVEIRA, F. Privatização do público, destituição da fala e anulação da política: o totalitarismo neoliberal. In: PAOLI, M. (Org.). Os sentidos da democracia: políticas do dissenso e a hegemonia global. Petrópolis: Vozes, 1999.

11 COUTINHO, Carlos Nelson. Democracia e socialismo: questões de princípio e contexto brasileiro. São Paulo: Cortez, 1992. (Coleções Polêmicas do Nosso Tempo, n.51).

12 Id. *ibid.*

13 Id. *ibid.*

14 BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil: promulgada em 5 de outubro de 1988. 25. ed. atual. e ampl. São Paulo: Saraiva, 2000. 307 p. (Saraiva de Legislação). Inclui adendo especial com os textos originais dos artigos alterados.

15 Ver nota n.7.

16 BRASIL. (1988) *op. cit.*

17 Id. *ibid.*

18 Id. *ibid.*

BANCO DE DADOS

Banco de Dados: Trabalho e Emprego através dos Classificados dos Jornais¹

Wânia R. C. Gonzalez* e Lúcia R. S. da Silva Prado**

* Wânia R. C. Gonzalez é chefe do Centro de Análises, Estudos e Pesquisas do Departamento Nacional do Senac, graduada em Sociologia e doutora em Educação pela Faculdade de Educação da UFRJ.

**Lúcia R. S. da Silva Prado é técnica do Centro de Análises, Estudos e Pesquisas do Departamento Nacional do Senac, graduada em Sociologia e mestre em História pela PUC.

O Departamento Nacional do Senac tem efetuado, através de pesquisas, um permanente trabalho de adequação e avaliação da eficácia de suas ações, num esforço contínuo de compreensão das transformações ocorridas na relação entre o mercado e o perfil exigido do trabalhador.

Cientes da impossibilidade da realização de pesquisas de mercado que sirvam de apoio à elaboração dos planos de cursos e ao incremento das programações ofertadas em todas as Administrações Regionais que compõem o Sistema Senac,² temos realizado esse acompanhamento através dos anúncios de oferta de trabalho e emprego publicados nos classificados dos jornais das capitais dos estados do Brasil.³

Tal acompanhamento redundou no "Banco de Dados: Trabalho e Emprego", cujo objetivo é fornecer informações atuais acerca dos atributos requeridos aos trabalhadores pelos empregadores nacionais, identificando e caracterizando as ocupações existentes e as mais demandadas pelo mercado. Essas informações adquirem relevância na medida em que fornecem subsídios para a elaboração do perfil de conclusão dos alunos de diferentes cursos.

O processo de inclusão das informações no Banco de Dados ocorre a partir da leitura dos anúncios, quando são selecionados para análise apenas as ocupações do setor terciário da economia, ou seja, aquelas voltadas para comércio e serviços. Feita a seleção, os campos que compõem a base do Banco de Dados são preenchidos. Esses campos foram criados para possibilitar a aferição de aspectos fundamentais para compreensão da dinâmica de transformações das demandas do mercado de trabalho.

Desta forma, os campos que compõem a base do banco de dados auxiliam na observação das ocupações que estão sendo disponibilizadas, verificando as mais demandadas, e possibilitam a compreensão de seus atributos, ou seja, aquilo que de modo geral caracteriza e especifica cada uma das ocupações na compreensão do empregador. Esses campos são: ocupação, especificação, exigências, tarefas e perfil. Os campos ocupação, especificação, tarefas e perfil, apresentam-se como variáveis em aberto, enquanto o campo exigências desdobra-se em outros campos codificados.⁴

Para maior agilidade no processo de digitação, tendo em vista o grande número de anúncios e informações a serem registrados — que chegam até 900 por jornal — e uma melhor organização do Banco de Dados, optamos pela utilização de apenas um jornal de cada capital, referente a um único domingo por mês, no período de janeiro a fevereiro de 2001.⁵ São eles:

A Crítica (de Manaus - AM);

O Liberal (de Belém - PA);

Meio Norte (de Teresina - PI);

Tribuna do Norte (de Natal - RN);

Diário do Nordeste (de Fortaleza - CE);

Diário de Pernambuco (de Recife - PE);

Correio da Paraíba (de João Pessoa - PB);

Gazeta de Alagoas (de Maceió - AL);

A Tarde (de Salvador - BA);

Correio Braziliense (de Brasília - DF);

O Popular (de Goiânia - GO);

A Gazeta (de Cuiabá - MT);

A Gazeta (de Vitória - ES);

O Estado de Minas (de Belo Horizonte - MG);

O Dia (do Rio de Janeiro - RJ);

Folha de São Paulo (de São Paulo - SP);

Gazeta do Povo (de Curitiba - PR);

Zero Hora (de Porto Alegre - RS);

Diário Catarinense (de Florianópolis - SC).⁶

Ao final do processo de digitação dos meses de janeiro e fevereiro de 2001 foram registrados 34.289 anúncios, referentes a oferta de emprego nas mais diversas áreas. Várias delas possuíam descrições parecidas, mas escritas de forma diversa nos anúncios. Para que pudéssemos tabular⁷ e analisar todas essas informações foi necessário o agrupamento de ocupações semelhantes entre si — caso, por exemplo, da ocupação de vendedor, em que incluímos todas aquelas que se referiam a vendas: assistente de vendas, auxiliar de vendas, chefe de vendas, consultor técnico de vendas e outras —. O mesmo procedimento foi adotado nas demais ocupações.⁸

Nesta análise iremos apresentar os primeiros resultados de 2001,⁹ trabalhando com as 10 (dez) ocupações mais demandadas em nossos registros dos meses de janeiro e fevereiro, as quais estão especificadas a seguir em ordem decrescente de frequência:

Vendedor, operador de telemarketing, assistente comercial, modelo, atendente, contador, cozinheiro, profissional de Tecnologia da Informação (Ti), professor e costureira.

Cada uma delas — com exceção de modelo e professor¹⁰ — corresponde ao resultado de agrupamentos, de acordo com as características já esclarecidas (ver o quadro das agregações).

A ocupação mais demandada nos classificados dos jornais no período pesquisado foi a de vendedor, representando 17,59% do total dos anúncios digitados e em números absolutos totalizando 6.032 anúncios. A ocupação em foco é mais procurada nos estados de São Paulo, Distrito Federal e Bahia.

No conjunto dos empregadores que procuram por esse profissional, apenas 8,2% preferem o sexo feminino para o exercício desta ocupação, sendo que, 89,8% não explicitam a preferência por um dos sexos. Grande parte dos anúncios não exige experiência profissional e somente 37,5% requisitam a experiência mínima de um ano. As exigências de escolaridade são mencionadas num grupo reduzido de anúncios, 24,6% pedem 2º grau (cursando ou completo), enquanto 45,8% não exigem escolaridade mínima. Os conhecimentos de informática não são considerados como um requisito essencial ao desempenho dessa ocupação, na medida em que 97,4% dos anúncios não fazem referência a esse tipo de qualificação. A maioria dos anúncios, 87,8%, também não menciona a remuneração dos vendedores requisitados. As especificações das ocupações contidas nos anúncios denotam as múltiplas possibilidades de atuação desses profissionais, tais como: autônomo; divulgador; externo; auxiliar, assistente, representante, promotor, supervisor e gerente de vendas; a domicílio; de lojas; praticista; revendedor. Os vendedores são requisitados para atuar nos seguintes setores:

alimentício; de bebidas; automobilístico; mobiliário; assinaturas de revistas, jornais e TV; moda; informática, e outros. No tocante às exigências de perfil são solicitadas as seguintes características: boa apresentação, dinamismo, espírito de equipe, fluência verbal, e ter habilitação, carteira de clientes e disponibilidade para viagens.

A segunda ocupação mais demandada é a de operador de telemarketing, representando 12,74% do total de anúncios e em números absolutos 4.369. São Paulo, Paraná e Rio Grande do Sul são os estados que mais procuram o operador de telemarketing.

Assim como na ocupação anterior, a maioria das solicitações, 96,8%, não faz qualquer referência à preferência do sexo do profissional a ser contratado. Entretanto, apenas um aspecto difere da ocupação anteriormente analisada: a necessidade de experiência profissional. Mais da metade dos solicitantes, 54,7%, exige experiência profissional mínima de um ano. A maioria, 94,6%, não exige conhecimentos de informática. No tocante à escolaridade, 39,8% solicitam o 2º grau e 36,7% pedem pelo menos o 1º grau. A maioria dos anúncios, 88%, não menciona a faixa salarial e são variadas as especificações encontradas nos anúncios para o operador de telemarketing, como por exemplo: auxiliar; operador; telefonista; atendente; supervisor e gerente. Atuação em vendas de impacto de cartões de crédito, filantropia e tele vendas por indicação são algumas das atividades a serem desempenhadas pelos profissionais requisitados. As características que definem o perfil do profissional procurado são: boa dicção, fluência verbal e entusiasmo.

Assistente comercial é a terceira ocupação mais procurada nos classificados, totalizando 6,51% e 2.235 anúncios. Convém ressaltar que o estado de São Paulo é o responsável por 84,6% da demanda desses profissionais.

Apenas 19,7% dos solicitantes dessa ocupação especificam preferência pelo sexo feminino, enquanto a maioria, 77,9%, não manifesta preferência em relação a esse aspecto. Também é elevado o percentual de anúncios, 67,2%, que não exigem experiência profissional prévia dos candidatos, e somente 26,6% pedem, pelo menos, um ano de experiência. As exigências de escolaridade, 2º grau completo ou cursando, são efetuadas apenas por 34% dos anúncios e quase a metade desses, 44,2%, não exigiu nenhuma escolaridade. Embora 99% das ofertas sejam para trabalho não autônomo, 8,6% não exigem referência e 98,5% não pedem registro profissional. Nos anúncios foram encontradas as seguintes

especificações para os profissionais procurados: assessor, contato, demonstrador, fiscal e gerente de loja; representante e promotor. Esses profissionais irão atuar em feiras, eventos, pontos de venda, postos de gasolina, lojas de setores diversos; prestação de serviços e assessoria jurídica. Os atributos que devem compor o perfil do assistente comercial são semelhantes aos das duas ocupações analisadas anteriormente; além das exigências gerais, pede-se carteira de clientes, fax, celular e até escritório próprio.

A ocupação de modelo representa 5,26% dos registros efetuados em nossa Base de Dados, totalizando 1.804 anúncios. A maioria dos anúncios que solicita esses profissionais se concentra nos estados de São Paulo, Paraná e Rio de Janeiro. Em 100% dos anúncios analisados não há exigências quanto a escolaridade, referências e registro profissional. A maioria dos anúncios, 99,9%, não menciona a faixa salarial, apenas 8,8% manifestam preferência por pessoas entre 18 e 25 anos e são requisitadas moças, rapazes, crianças e bebês. As especificações aparecem em número reduzido e englobam atividades de manequim, figurante e artista. Esses profissionais deverão atuar em: comerciais; cinema; teatro; desfiles; feiras; ensaios fotográficos.

A procura pela ocupação de atendente se manifesta em 3,87% das solicitações de empregos analisadas, totalizando 1.329 anúncios. São Paulo, Bahia e Distrito Federal são os estados que concentram o maior número de anúncios para essa ocupação.

A maioria dos solicitantes, 87,4%, não apresenta preferência por sexo, apenas 7% preferem o sexo masculino, e 5,6% o sexo feminino. Mas, no que se refere à variável escolaridade, observamos que as exigências são maiores do que as das quatro primeiras ocupações analisadas, 30,9% exigem o 3º grau (cursando ou completo), 29,7% o 2º grau e apenas 22,9% não exigem escolaridade.

A maioria dos anúncios, 97,7%, não pede referências e 97,8% não solicitam conhecimentos de informática. No que se refere à remuneração desses profissionais, 85,3% não esclarecem a faixa salarial, apenas 7,5% oferecem entre três e seis salários-mínimos, 6,6% entre um e três. As especificações da ocupação englobam atividades de atendimento ao cliente, semelhantes as de recepcionista, balconista, frentista, operador de atendimento, e call center. O perfil desse profissional é pouco específico, aparecendo algumas referências a vontade de trabalhar e dinamismo, comunicação e boa aparência.

Contador representa 3% da demanda por ocupações registradas em nosso Banco de Dados, totalizando 1.030 anúncios. Em termos absolutos, é mais requisitado pelos estados de São Paulo, Minas Gerais e Distrito Federal. Embora 96,4% dos anúncios não façam referência à exigência por sexo, quando o fazem (2,35%) é para especificar a preferência pelo sexo feminino. Apenas 7,9% solicitam usuários de Windows, o que demonstra o pouco impacto da informática sobre essa atividade. Suas especificações demonstram que é um profissional requisitado para atuar nas áreas de administração, contabilidade, crédito e cobrança, escrita fiscal de empresas, que em termos de escolaridade exigem, em 51,4% dos anúncios, apenas o 2º grau, completo ou em curso, com noções de inglês e experiência de pelo menos um ano (53,75%) e, em 16,3% dos casos, jovens entre 18 e 25 anos.

Representando 2,93% dos anúncios — 1.007 — aparece a ocupação de cozinheiro. Atuando em restaurantes das mais diversas especialidades, cozinhas industriais, bufês e pizzarias, as exigências mais significativas feitas ao profissional que se candidate a essa ocupação é que tenha referências — 92,8% — e experiência comprovada de pelo menos um ano — 59,7%. O nível de escolaridade é citado apenas por 48,2%, pedindo o 1º grau. Não há qualquer exigência quanto ao uso de informática, e poucos ao salário — 4,8% oferecem de um a três salários-mínimos, mas 93% não o mencionam. Em termos absolutos, os estados que mais requerem esse profissional são: São Paulo, Rio Grande do Sul e Distrito Federal. Sendo uma ocupação, às vezes, associada ao sexo feminino é curioso observar que, embora 79,8% dos anúncios não façam menção à preferência por sexo, 12,1% solicitam homens para esta ocupação.

Pouco abaixo do cozinheiro, com 994 registros, representando 2,89% dos anúncios, encontra-se o profissional de Tecnologia da Informação. São solicitados para atuarem no atendimento ao usuário, no desenvolvimento de sistemas, na administração de bancos de dados e, de forma geral, precisam ter conhecimentos de inglês, dinamismo, disponibilidade para viagens e iniciativa. A exigência pelo nível de escolaridade aumenta para esta ocupação — 34,4% pedem 3º grau completo ou em curso —, formando um contraponto interessante com a ocupação descrita anteriormente, já que ambas representam percentagens tão próximas de demanda do mercado, atendendo a perfis profissionais bastante diversos. Na ocupação de cozinheiro, baixa a exigência de escolaridade e nenhum impacto da informática, na posição seguinte de demanda no mercado, uma ocupação de alto grau de escolaridade e impacto da informática — 55% dos anúncios para o profissional de TI solicitam conhecimentos variados nessa área. É curioso também que os estados que mais solicitam esses profissionais sejam os mesmos que mais procuram por cozinheiros: São Paulo, Rio Grande do Sul e Distrito Federal.

A seguir, encontramos a demanda por professores, principalmente nos estados de São Paulo, Distrito Federal e Bahia, representando 2,77%, com 953 anúncios registrados. Atuando em áreas de ensino diversas, desde a educação infantil, fundamental e média, ao ensino superior, e também em cursos de idiomas, surgem solicitações para atuação tanto no ensino presencial — até domiciliar — quanto em educação a distância, apesar da maioria, 94,3% dos registros, não fazem exigências quanto ao conhecimento e uso de informática. 47,8% não mencionam grau de escolaridade, mas 39,7% pedem o 3º grau completo, o que pode demonstrar uma tendência de crescimento de exigência de um profissional mais bem preparado, também, para atuar em níveis mais elementares da educação formal. O professor deve ser, sumariamente, dinâmico, criativo, comunicativo e de fácil relacionamento.

Por último, dentro do nosso quadro de análise das dez ocupações mais demandadas no registro dos meses de janeiro e

fevereiro de 2001, encontra-se a ocupação de costureira. Embora estejam reunidas, para fins de registro e análise, sob a mesma designação, representando 2,61% dos registros com 898 anúncios, esta ocupação caracteriza-se, principalmente, pela grande fragmentação das atividades que a compõe, que pode ser verificada na lista de suas especificações. Assim, a costureira pode ser desde chefe de confecção, coordenando inúmeros profissionais e atividades, até arremateira que se ocupa apenas do acabamento final das roupas.

Tal como para o cozinheiro, no caso da costureira também é mais importante para o mercado a experiência desse profissional, do que o seu grau de escolaridade: 53,5% não mencionam o nível de escolaridade exigido, mas 73,8% exigem experiência de pelo menos um ano. Deve ter envolvimento com moda e criatividade e, como profissão tradicionalmente feminina, ainda encontramos 28,5% da solicitação dos anúncios para esse sexo. Os estados onde essa ocupação é mais demandada são: São Paulo, Rio de Janeiro e Bahia.

Conforme anteriormente esclarecido, adotamos, nos registros dos meses de janeiro e fevereiro de 2001, as agregações por ocupação, procurando minimizar diferenças de nomenclaturas regionais e agilizar o processo de digitação dos dados. Porém, diante da constatação da importância que o Banco de Dados pode adquirir como subsídio de pesquisas sobre as transformações que a relação trabalho — emprego vem sofrendo e considerando a necessidade de um acompanhamento sistemático por parte do Senac sobre este processo, tornou-se urgente uma revisão desse critério metodológico. Começamos, a partir dos registros de março de 2001, a operar uma reformulação destes critérios de agregação, através da CBO — Classificação Brasileira de Ocupações.¹¹ Esta compatibilização nos permitirá incorporar novos campos, como por exemplo o de família ocupacional, e de competências, quando a CBO-2000, que se encontra em fase de elaboração, ficar pronta.

Desenvolvida pelo Ministério do Trabalho e Emprego, a CBO tem por objetivo ajustar a compreensão das características gerais e específicas de cada ocupação, estabelecendo uma uniformidade conceitual, eliminando regionalismos e discrepâncias interpretativas circunscritas a usos e compreensões particularizadas. Sendo um sistema classificatório válido para todo o território nacional, a CBO nos fornece uma base metodológica sólida que nos permite ampliar o alcance e a importância do nosso Banco de Dados: sem perder o seu caráter qualitativo, sensível às modificações constantes das realidades diversificadas de cada estado e região, criamos a possibilidade de compararmos nossos resultados a outras pesquisas oficiais também de âmbito nacional, como RAIS e CAGED, de caráter estritamente quantitativo.

É praticamente unânime na literatura recente, que trata sobre as complexas relações entre trabalho e educação, que as mudanças tecnológicas e a introdução de novos métodos de gestão da produção estão alterando a configuração do mundo do trabalho. Em virtude dessas mudanças, a maior parte das ocupações está sendo reformulada, outras estão sendo criadas e algumas tendem a se extinguir. É muito comum nos depararmos com afirmações de que as empresas abandonam a exigência de extrema especialização e elegem como características fundamentais de seus funcionários a polivalência e a capacidade de trabalhar em grupo. A flexibilização da produção requer um novo perfil profissional em que, além das competências técnicas, os trabalhadores devem ter o domínio de conhecimentos mais abrangentes. Em função do exposto, ao cotejarmos esse tipo de análise com as informações contidas em nosso banco de dados, afirmamos que há uma defasagem entre o funcionamento real do mercado de trabalho e algumas das representações teóricas a seu respeito.¹² Vale ressaltar que os dados observados se referem às solicitações feitas nas capitais dos estados brasileiros e que em todas as dez ocupações mais demandadas, anteriormente descritas, destacam-se os registros de São Paulo, em primeiro lugar, seguido pelos registros do Distrito Federal, Rio de Janeiro, Bahia, Rio Grande do Sul e Paraná.

O que significa que estamos falando dos dados mais atuais da dinâmica real do mercado, referentes às regiões economicamente mais ativas e, portanto, mais sensíveis às mudanças que se configuram no mundo do trabalho.

Com isso, não estamos defendendo uma relação linear entre a qualificação dos indivíduos e as exigências do mercado de trabalho. Mas, é a partir do conhecimento dessas exigências que é possível diminuir as defasagens entre as representações teóricas e as políticas de educação profissional.

A análise dos resultados indica a tese da polarização das qualificações, no que diz respeito às teses que se referem à qualificação média do trabalhador no capitalismo contemporâneo,¹³ como a mais adequada à realidade: exigência de um pequeno número de trabalhadores, altamente qualificados, enquanto a grande maioria é desqualificada. Conforme é observado na análise das ocupações mais procuradas nos classificados dos jornais, verificamos que as exigências de qualificação são, de fato, minimizadas, enquanto que em alguns casos os aspectos comportamentais são mais valorizados. É importante observar que o que chama atenção em nossos resultados não é apenas a valorização de características pessoais, mas sim a quase total ausência de referências a qualquer tipo de exigência de qualificação mais específica. Essa afirmação pode ser ilustrada a partir dos elevados percentuais encontrados de não exigência de escolaridade na maior parte das ocupações mais requisitadas pelo mercado, como as de vendedor, assistente comercial, modelo, professor, cozinheiro e costureira. Paralelamente a esse aspecto, encontramos uma valorização da apresentação pessoal, da vontade de trabalhar, de dinamismo, de não-fumantes, de facilidade de relacionamento pessoal e até de crença religiosa.

Convém ressaltar que, em relação ao tema competências requeridas aos trabalhadores, há um campo promissor para a realização de pesquisas. Notamos que existe uma grande carência de dados que confrontem as competências prescritas — relacionadas nos classificados — com as competências efetivamente utilizadas no cotidiano de trabalho dos indivíduos. Esse fato não minimiza a importância do Banco de Dados: Trabalho & Emprego: através dos

classificados de jornais, mas indica que este foi um primeiro passo dado pelo Centro de Análises, Estudos e Pesquisas — CAEP, do Senac, no sentido de monitorar o mercado de trabalho dos setores de comércio e serviços, já que traz apenas uma visão do mercado.¹⁴ .

Notas

1 Os resultados desta pesquisa foram apresentados, no formato pôster, no I Simpósio Trabalho e Educação — Relações Sociais na Educação, Relações Sociais de Produção — organizado pelo Núcleo de Estudos sobre Trabalho e Educação, em 7 de junho de 2001, na Faculdade de Educação da UFMG.

2 O Senac atua atualmente nas seguintes áreas de formação: Gestão, Comércio, Comunicação, Artes, Design, Imagem Pessoal, Turismo e Hospitalidade, Conservação e Zeladoria, Saúde, Meio Ambiente, Informática, Idiomas, Tecnologia Educacional, Telecomunicações, Lazer e Desenvolvimento Social, ofertando cerca de 2 mil programações diferenciadas, de acordo com o Cadastro dos Cursos do Sistema Senac de 2001.

3 Compõem o Banco de Dados os anúncios classificados dos jornais das capitais dos seguintes estados: AM, PA, PI, RN, CE, PE, PB, AL, BA, DF, GO, MT, ES, MG, RJ, SP, PR, RS e SC.

4 Os campos mencionados são os seguintes: idade, sexo, escolaridade, experiência, conhecimentos de informática, salário, referências pessoais, entre outras.

5 No caso dos estados em que mais de um jornal foi enviado, selecionamos o jornal que possui maior número de oferta de empregos.

6 Por dificuldades operacionais, não fazem parte do Banco de Dados: Trabalho & Emprego os classificados dos seguintes estados: AC, AP, MA, MS, RO, RR e TO.

7 Esse procedimento é efetuado a partir da exportação dos dados armazenados em Excel para o software estatístico SPSS, for windows. Disponível na: <http://www.spss.com>.

8 Acompanhante, administrador, advogado, agente de turismo, agrônomo, almoxarife, analista de comércio exterior, analista de estoque, analista de expedição, analista de frota, analista de laboratório, analista de logística, analista de marketing, analista de recursos humanos, analista financeiro, arquiteto, assistente social, atendente, auxiliar de escritório, bibliotecário, biólogo, cabeleireiro, caixa, caseiro, cobrador, comprador, contador, corretor, costureira, cozinheiro, decorador, dentista, depiladora, desenhista, distribuidor, doméstica, encarregado de produção, encarregado em serviço gráfico, enfermeiro, estatístico, esteticista, farmacêutico, fisioterapeuta, fonoaudiólogo, fotógrafo, garçom, gesseiro, inspetor, instrutor, jardineiro, jornalista, manicure, marceneiro, massagista, médico, modelo, motoboy, motorista, músico, nutricionista, office boy, operador de telemarketing, pedagogo, pesquisador, pintor, porteiro, professor, profissional de TI, psicólogo, recepcionista, sapateiro, secretária, segurança, servente, técnico de instalação, técnico em segurança no trabalho, telefonista, tosador, vendedor, vidraceiro, vitrinista. Além dessas, foi aberta uma última categoria, denominada "outros", onde foram agrupadas todas as ocupações de frequência residual.

9 Os percentuais não totalizam 100% porque mencionamos apenas aqueles de maior relevância para a nossa análise.

10 As ocupações de modelo e professor sempre aparecem especificadas da mesma maneira, por isso não houve necessidade de agrupamentos.

11 A última atualização, concluída, da CBO, foi efetuada em 1994.

12 Esse argumento foi exposto por Lucília Machado na palestra Qualificação, Emprego, Desemprego e Educação efetuada no I Simpósio Trabalho e Educação: relações sociais na educação, realizada na UFMG, em 06/06/01.

13 PAIVA, Vanilda. Produção e qualificação para o trabalho: uma revisão da bibliografia internacional. Rio de Janeiro: UFRJ / Instituto de Economia Industrial, 1989.

14 E não outras, como por exemplo, a dos empregados que já estão no mercado ou mesmo o que existe nos bancos de dados de currículos veiculados via Internet.

QUADRO DAS AGREGAÇÕES DAS OCUPAÇÕES MAIS DEMANDADAS EM JANEIRO E FEVEREIRO DE 2001 (exceto MODELO e PROFESSOR)

VENDEDOR — assistente de vendas — auxiliar de vendas — chefe de vendas — consultor técnico de vendas — gestor de vendas.

OPERADOR DE TELEMARKETING — televendedor — auxiliar de vendas por telefone — gerente de telemarketing — operador de teletendimento — supervisor de telemarketing

ASSISTENTE COMERCIAL — administrador de vendas — auxiliar administrativo de vendas — chefe ou supervisor administrativo de vendas — gerente administrativo comercial — gerente de filial de vendas — gerente de loja — gerente de restaurante — subgerente de loja — subgerente de prestadora de serviço — coordenador comercial — coordenador de vendas — encarregado de loja — encarregado de vendas — supervisor de loja — supervisor de restaurante — supervisor de vendas — supervisor de vendedores.

ATENDENTE — assistente de atendimento — auxiliar de bar — balconista — coordenador de atendimento ao cliente — encarregado de SAC (serviço de atendimento ao consumidor) — gerente de atendimento — gerente de call center — supervisor de atendimento.

CONTADOR — analista de crédito — analista contábil — auxiliar contábil — consultor de crédito — analista de crédito e cobrança — analista de contas médicas — auxiliar de contas a receber — auxiliar de crédito — contabilista — coordenador contábil — encarregado contábil — encarregado de contas a pagar — encarregado de crédito — encarregado de crédito e cobrança — gerente contábil — gerente de contas a receber — gerente de contas — gerente de contas especiais — gerente de crédito — gerente de crédito e cobrança — supervisor contábil — supervisor de crédito e cobrança — supervisor de análise de contas — técnico contábil — diretor de contas — encarregado de contas a receber — encarregado de conferência de contabilidade — encarregado de contas — gerente contábil — operador de crédito — operador de depósito — recuperador de crédito — subcontador — subgerente contábil.

COZINHEIRO — oficial de cozinha — 1^o auxiliar de cozinha — 2^o auxiliar de cozinha — ajudante ou auxiliar de confeitaria — ajudante ou auxiliar de copa — ajudante ou auxiliar de cozinha — ajudante ou auxiliar de forno — ajudante ou auxiliar de lancheiro — ajudante ou auxiliar de padeiro — ajudante ou auxiliar de pizzaiolo — auxiliar de biscoiteira — ajudante ou auxiliar de salgadeiro — banqueteiro — chapeiro — chefe de cozinha — chefe de confeitaria — chefe de cozinha internacional — chocolateiro — chefe de produção — churrasqueiro — confeitoiro — copeiro — doceiro — encarregado de cozinha — encarregado de padaria — forneiro — lancheiro — masseiro — mestre de padaria — oficial de cozinha — padeiro — pasteleiro — peixeiro — pizzaiolo — queijeiro — salgadeiro — sobremeseiro — supervisor de cozinha — suqueiro — sushiman.

PROFISSIONAL DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO (TI) — administrador de sistemas de informação — administrador de banco de dados — administrador de rede — administrador de sistemas — administrador de software — administrador de Internet — analista programador — analista consultor — analista de banco de dados — analista de DBA — analista de desenvolvimento — analista de e-commerce — analista de informática — analista de Internet — analista de microinformática — analista de programação — analista de rede — analista de segurança de rede — analista de web — analista de Lotus Note — analista de mainframe IBM — analista de PC — analista SAP — assistente de informática — assistente de suporte — assistente técnico de software e hardware — auxiliar de informática — auxiliar de suporte — chefe ou supervisor técnico de informática — coordenador de desenvolvimento e suporte — coordenador de informática — desenvolvedor de site — diretor de TI — encarregado de produção gráfica — encarregado de processamento de dados — especialista em banco de dados — especialista em sistemas — gerente de desenvolvimento de sistemas — gerente de informática — gerente de suporte técnico — hacker — instalador de software — internauta — monitor de informática — operador de micro — operador de sistemas — operador de e-mail — programador — roteador — supervisor de microinformática — supervisor de suporte — supervisor de software — técnico — web designer — web master — web editor.

COSTUREIRA — ajudante ou auxiliar de corte — alfaiate — auxiliar de costura — bordador (mão e máquina) — chefe de confecção — modelista — cortador — crocheteira — encarregado de costura — encarregado de produção — gerente de desenvolvimento para confecção — modista — montador — pilotista — revisadora — enfestador de tecidos — estofador — faccionista — separador de corte — supervisor de corte — supervisor de costura — supervisor de pilotagem.

PUBLICAÇÕES

Comércio eletrônico. Jayme Teixeira Filho. Rio de Janeiro: Ed. Senac Rio, 2001. 109 p. Il. (Senac Rio. Oportunidades Profissionais, 1).

Você está preparado para "entrar na onda" do comércio eletrônico? Os negócios gerados com o advento da Internet e a democratização da microinformática e das telecomunicações, trouxeram um campo vasto e pouco explorado pelos profissionais no mundo inteiro, principalmente na América Latina. No entanto, entrar nesse mercado não é fácil. Este livro contém informações, dicas e sugestões para conhecer melhor as opções de trabalho que o mundo digital oferece.

Vitrina: construção de encenações. Sylvia Demetresco. Colaboração de Flora Bender Garcia, Marcelo M. Martins e Mariana Cortez. São Paulo: Ed. SENAC São Paulo, 2001. 264p. Il. Publicado em parceria com a EDUC — editora da PUC/SP

Uma vitrina há de lembrar de imediato, para o leigo, antes um cenário que uma encenação com sua idéia de corpos em movimento. Este livro de Sylvia Demetresco, ao referir-se à encenação, indica o que há de interativo, e portanto de vivo, numa vitrina. O estático, o meramente expositivo não cabe na vitrina: ela é uma caixa de surpresas, como o mito de Pandora. "O mito é uma alegria e a vitrina uma encenação", diz a autora.

O que leva um passante a não ignorar a vitrina — e sim a deter-se, encantar-se e envolver-se com o produto que ela expõe? A relação vitrinista-comprador, em suas múltiplas e complexas implicações, é analisada com sensibilidade e domínio conceitual.

Bem-vindo, volte sempre / Joana Botini; Leonor Macedo Soares. Rio de Janeiro: Ed. Senac Nacional, 2001. 120 p.

Nada neste livro se assemelha à forma tradicional de tratar os conteúdos em qualquer material didático. A partir de uma

situação fictícia, simula um curso básico para profissionais do ramo hoteleiro, como o cozinheiro, o garçom, a camareira e o copeiro. Os conteúdos são desenvolvidos ao longo do livro através dos diálogos travados entre os personagens da história narrada e nas tarefas a eles propostas. Os temas apresentados são: Turismo — grandes oportunidades; Gastronomia — arte e prazer; Qualidade nos serviços de hotelaria; Trabalho em equipe — uma questão de negociação; Saúde no ambiente de trabalho e Segurança no trabalho.

Marketing para não-marqueteiros: introdução ao marketing para profissionais em mercados competitivos / J. R. Bonavita; Jorge Duro. Rio de Janeiro: Ed. Senac Rio, 2001. 111 p. (Série: Para Não-especialistas, 1).

O primeiro volume da coleção "Para não- especialistas" aborda de forma

bastante clara os conceitos básicos de marketing sob a perspectiva do dia-a-dia. Assim, um médico, um advogado ou gerente de uma lanchonete que, por exemplo, não tenham formação específica na área poderão entender, desenvolver e aplicar os conceitos em seus próprios negócios.

Ao seu texto ágil e coloquial, somam-se um caderno de exercícios e um dicionário de termos comuns do marketing. Tudo para facilitar o entendimento e a fixação dos conceitos básicos. A metodologia adotada pelos autores conferem interatividade e dinamismo na apresentação dos conceitos.

De caçador a gourmet: uma história da gastronomia. FRANCO, Ariovaldo. São Paulo: Ed. SENAC São Paulo, 2001. 270 p. Il. Fotos.

Discorre sobre o alimento, os rituais e os costumes que o cercam e sobre o desenvolvimento da gastronomia. Analisando a postura complexa da humanidade com relação ao alimento, tece considerações sobre a formação do gosto no processo de socialização. Os descobrimentos marítimos, por seus efeitos profundos nos hábitos alimentares mundiais, são tratados em capítulos à parte.

O autor decidiu ater-se às culinárias de referência, ou seja, as que, durante séculos de troca de influência, contribuíram para a formação da gastronomia mundial. Entre essas, assinala as da China, do Japão, do Oriente Médio, da Itália e da França.